

CAMILA BARILI

**“O LINGUAJAR CAÓTICO”: A REPRESENTAÇÃO DOMINANTE DAS PRÁTICAS
LINGUAGEIRAS DOS TRABALHADORES AFRICANOS ESCRAVIZADOS**

PORTO ALEGRE

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: SOCIOLINGUÍSTICA**

**“O LINGUAJAR CAÓTICO”: A REPRESENTAÇÃO DOMINANTE DAS PRÁTICAS
LINGUAGEIRAS DOS TRABALHADORES AFRICANOS ESCRAVIZADOS**

CAMILA BARILI

ORIENTADORA: PROFA. DRA. FLORENCE CARBONI

Dissertação de Mestrado em Sociolinguística,
apresentada como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestra em Estudos da Linguagem pelo
Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Barili, Camila "O linguajar carioca": A
representação dominante das práticas languageiras dos
trabalhadores africanos escravizados / Camila Barili.
-- 2018. 130 f.
Orientadora: Florence Carboni.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Trabalhadores africanos escravizados. 2.
Práticas languageiras. 3. Português brasileiro. 4.
Sociolinguística. I. Carboni, Florence, orient. II. |
Título.

Com amor, para as três gerações de
mulheres da minha vida: minha avó Diva,
minha mãe Dilce e minha irmã Alessandra.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Letras pela oportunidade de realizar esta pesquisa.

À Professora Florence Carboni, uma professora e mulher admirável, que me apresentou a temática com a qual trabalho nesta pesquisa, pela qual tenho profundo interesse e encanto. Agradeço também por toda a dedicação, paciência e sabedoria, por me orientar sem medir esforços.

Aos professores do PPG-Letras que contribuíram com seus ensinamentos e experiências.

Aos professores membros da banca, Jane Tutikian, Magali Lopes Endruweit e José Rivair Macedo, que aceitaram ler essa dissertação e contribuir com suas observações.

Ao meu pai, Augusto, que me apoiou sobretudo no começo do percurso do Mestrado. E a minha mãe, Dilce, que sempre me incentivou a lutar por aquilo que quero, encorajou-me nos momentos mais difíceis e foi fonte de amor e de esperança. A minha irmã, Alessandra, companheira de batalhas, que esteve sempre perto oferecendo a mais sincera amizade. E a *nonna*, Diva, que sempre me acolheu da forma mais amorosa possível.

À madrinha Dinamara, que não mediu esforços para me ajudar sempre que precisei, e à prima de coração e amiga Júlia, pelo carinho e pela presença especial na minha vida.

Aos amigos Ana Paula, Priscila, Wanda, Éverton, Jéferson, Maicon, pelos bons momentos compartilhados, por sempre me apoiarem, por me fazerem sentir perto mesmo quando longe fisicamente e por serem simplesmente os melhores amigos que eu poderia ter.

Às amigas e colegas Débora e Suélen, pelas conversas animadoras, por juntas compartilharmos alegrias e angústias, pelo companheirismo e pela amizade sincera.

A todos que não citei, mas que torceram por mim e acreditaram no meu trabalho.

RESUMO

O escravismo colonial brasileiro durou mais de três séculos e foi determinante não só por moldar a sociedade na época, como por causar um grande impacto sobre as línguas, sobretudo as faladas pelos trabalhadores africanos escravizados. Por esse e outros motivos, pode se dizer que praticamente não existem registros escritos sobre as línguas e práticas languageiras dos cativos. Esta dissertação de mestrado, que tem como base teórica a Sociolinguística e a Sociolinguística Histórica, analisa como as classes dominantes perceberam e registraram as práticas languageiras dos africanos escravizados e libertos em escritos produzidos entre o século XIX e meados do século XX. Para isso, busca-se compreender o processo histórico-social da escravidão de africanos no Brasil, que vai desde a chegada dos primeiros africanos até a Abolição, além da situação sociolinguística dos períodos colonial e imperial brasileiros. A partir das principais características das relações sociais escravistas e da realidade sociolinguística resultante do impacto do escravismo, elaboram-se considerações no que se refere às esferas sociais em que os trabalhadores escravizados circulavam, as suas reais possibilidades de comunicação, ao modo como geriam as situações que envolviam as línguas, às chances de praticar e transmitir suas línguas, etc. Por fim, analisa-se a percepção das classes dominantes sobre as línguas africanas e os hábitos de linguagem dos africanos escravizados em escritos de intelectuais, como gramáticas, ensaios e dicionários. Podem-se destacar duas das conclusões. A primeira, é que a escravidão colonial brasileira e os escravizados, que sustentaram todas as atividades nos meios rural e urbano, foram e continuam a ser minimizados de diversas formas. A segunda, é que o princípio da pureza da língua foi criado e seguido pelas classes dominantes para fazer uma separação de classes através da língua, sem considerar que os escravizados tiveram um aprendizado difícil da língua portuguesa, o que resultou no português que se fala hoje no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores africanos escravizados. Práticas languageiras. Português brasileiro. Sociolinguística.

ABSTRACT

The Brazilian colonial slavery lasted more than three centuries and it determined the society of the time and caused a considerable impact on languages, especially on those spoken by the enslaved African workers. For this and other reasons, it is possible to say that there are not written records about the languages and the practice of languages of the captives. This Masters dissertation, which has Sociolinguistics and Historical Sociolinguistics as theoretical basis, analyses how the ruling classes perceived and recorded the practices of languages of the enslaved and freed African in written productions between the nineteenth and the mid twentieth centuries. To do so, it is essential to understand the historical and social process of African slavery in Brazil, since the arrival of the first African until the Abolition, also the sociolinguistic situation of the colonial and imperial periods. Through the main characteristics of the slave social relations and the impact of slavery and its resulting sociolinguistic reality, it is elaborated considerations about the social sphere in which the enslaved workers were, their real possibilities of communication, the way they managed the situations involving languages, the chances to practice and to transmit their languages, etc. Lastly, it is analysed the perception of the ruling classes about African languages and language habit in written records, as grammars, essays and dictionaries. It is possible to highlight two of the conclusions. First, the Brazilian colonial slavery and the enslaved, that sustained all the activities in rural and urban environment, were and continue to be minimized in various ways. Second, the principle of purity of the language was created and followed by the ruling class to separate classes through language, without considering that the enslaved had a tough learning of Portuguese language, fact that resulted in the Portuguese spoken nowadays in Brazil.

KEY-WORDS: Enslaved African workers. Practice of languages. Brazilian Portuguese. Sociolinguistics.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS | 11 |
| 1.1 A PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA DO PASSADO: CRÍTICA, HISTÓRICA E INTERDISCIPLINAR | 11 |
| 1.2 A PESQUISA SÓCIO-HISTÓRICA E INTERDISCIPLINAR..... | 13 |
| 1.3 LINGUAGEM, SOCIEDADE E IDEOLOGIA | 15 |
| 1.4 ALGUMAS DESIGNAÇÕES DOS FENÔMENOS LINGUAGEIROS | 17 |
| 1.4.1 Língua- linguagem..... | 17 |
| 1.4.2 Práticas languageiras | 18 |
| 1.4.3 Variedades linguísticas..... | 19 |
| 1.4.4 Pidgins e crioulos | 20 |
| 1.4.5 Limite entre variedades, língua, crioulo..... | 21 |
| 1.4.6 Plurilinguismo | 21 |
| 2. APONTAMENTOS PARA UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL | 23 |
| 2.1 A ESCRAVIDÃO NA HISTÓRIA | 23 |
| 2.2 O ESCRAVISMO, CONDIÇÃO <i>SINE QUA NON</i> PARA A PROSPERIDADE DA COLÔNIA PORTUGUESA..... | 24 |
| 2.3 NOVO MODO DE PRODUÇÃO | 26 |
| 2.4 A ORIGEM AFRICANA DOS TRABALHADORES ESCRAVIZADOS | 27 |
| 2.5 AS CONDIÇÕES DO TRÁFICO | 29 |
| 2.6 OS CICLOS PRODUTIVOS DA ECONOMIA ESCRAVISTA BRASILEIRA | 31 |
| 2.7 A RESISTÊNCIA DOS CATIVOS AO CATIVEIRO | 33 |
| 2.8 A RESISTÊNCIA DA ELITE BRASILEIRA AO FIM DA ESCRAVIDÃO | 34 |
| 2.9 O FIM DO ESCRAVISMO | 35 |
| 3. APONTAMENTOS PARA UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA..... | 38 |

| | | |
|-------|--|-----------|
| 3.1 | AS POPULAÇÕES NATIVAS E SUAS LÍNGUAS..... | 39 |
| 3.2 | AS LÍNGUAS DE ORIGEM DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO BRASIL 40 | |
| 3.3 | LÍNGUAS E HÁBITOS COMUNICACIONAIS TRANSPLANTADOS DA ÁFRICA PARA O BRASIL..... | 44 |
| 3.3.1 | Os efeitos linguístico-linguageiros do tráfico negreiro..... | 45 |
| 3.3.2 | Possíveis conseqüências da escravidão sobre as práticas languageiras dos escravizados..... | 51 |
| 3.3.3 | O quilombo enquanto esfera discursiva específica na escravidão | 54 |
| 3.3.4 | E as línguas crioulas? | 54 |
| 3.4 | A ESCRAVIDÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO..... | 56 |
| 3.5 | O SINGULAR DISCURSO DE UM ESCRAVIZADO: MAHOMMA G. BAQUAQUA | 57 |
| 4. | AS PRÁTICAS LANGUAGEIRAS DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS E SUA PARTICIPAÇÃO NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO VISTAS POR INTELECTUAIS DOS SÉCULOS XIX E XX | 62 |
| 4.1 | GRAMÁTICAS | 65 |
| 4.1.1 | <i>Grammatica Portugueza: Accommodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica</i> , de Francisco Sotero dos Reis, publicada em 1866 | 65 |
| 4.1.2 | <i>Compêndio de Gramática da língua portuguesa</i> , de Laurindo José da Silva Rabelo, publicada em 1867 | 67 |
| 4.1.3 | <i>Grammatica Portugueza</i> , de Augusto Freire da Silva, publicada em 1875 .. | 67 |
| 4.1.4 | <i>Grammatica Portugueza</i> , de Julio Ribeiro, publicada em 1881 | 69 |
| 4.1.5 | <i>Grammatica Portugueza: 3º ano</i> , de João Ribeiro, publicada em 1887 | 72 |
| 4.1.6 | <i>Noções de Grammatica Portugueza: de accordo com o programma oficial</i> , de Manuel Pacheco da Silva Júnior e Boaventura Plácido Lameira de Andrade, 1887 76 | |
| 4.2 | ENSAIOS..... | 79 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 4.2.1 | <i>Estudos sobre a poesia popular do Brasil</i> , de Silvio Romero, 1888 | 79 |
| 4.2.2 | <i>O linguajar carioca</i> , de Antenor Nascentes, publicado em 1922..... | 89 |
| 4.2.3 | <i>A influência africana no português do Brasil</i> , de Renato Mendonça, 1933.. | 91 |
| 4.2.4 | <i>Emília no País da Gramática</i> , de Monteiro Lobato, publicada em 1935 | 95 |
| 4.2.5 | <i>A língua do Brasil</i> , de Luiz Vianna Filho, publicada em 1936..... | 97 |
| 4.2.6 | <i>Introdução ao estudo da língua portuguesa</i> , de Serafim da Silva Neto, publicada em 1950 | 100 |
| 4.2.7 | O ensaio sociológico de Gilberto Freyre: <i>Casa grande & senzala</i> , publicado em 1930 | 107 |
| 4.3 | DICIONÁRIOS | 110 |
| 4.3.1 | <i>Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul</i> , de Antônio Álvares Pereira Coruja, publicado em 1852 | 111 |
| 4.3.2 | <i>Vocabulário brasileiro: para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa</i> , de Braz da Costa Rubim, publicado em 1853..... | 113 |
| 4.3.3 | <i>Dicionário Gramatical</i> , de João Ribeiro, publicado em 1888..... | 114 |
| 4.3.4 | <i>Dicionário de vocábulos brasileiros</i> , de Beaurepaire-Rohan, publicado em 1889 | 117 |
| 5. | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 120 |
| | REFERÊNCIAS | 123 |

INTRODUÇÃO

A minha ideia inicial para o tema de projeto de dissertação a ser apresentado na seleção de mestrado no PPGLET da UFRGS era o dialeto *talian*, ainda falado na minha região de origem e residência, na Serra Gaúcha, por descendentes de imigrantes italianos. O primeiro encontro com a Professora Doutora Florence Carboni não foi como eu imaginara, uma vez que ela me disse preferir não mais se envolver com esse tema – que havia constituído seu tema de doutorado, mas no qual ela considerava não ter mais como trazer algo novo -, mas afirmou que aceitaria me orientar caso quisesse trabalhar sobre questões relacionadas à influência da escravidão e das línguas africanas no português brasileiro. Aceitei e, desde as primeiras leituras, encantei-me com esse tema e, sobretudo, passei a perceber a sua enorme importância, histórica e social.

Logo compreendi que a influência das línguas africanas no português brasileiro constituía uma temática que, nos últimos anos, havia recebido bastante destaque, através de trabalhos de importantes pesquisadores brasileiros, mas que, na maioria deles, a ênfase era sobretudo sobre a África e menos sobre o impacto da escravatura nas línguas, nos modos de interação social e nas atividades comunicacionais dos brasileiros em geral. Esse seria um dos focos na nossa pesquisa.

A partir de então, foram necessárias muitas leituras, não apenas no campo das Ciências da Linguagem como também no da História, do Brasil e, de modo parcial e superficial, da África. Essas leituras me deram a noção do pouco conhecimento que eu e pessoas da minha geração temos sobre nosso passado e sobre nossa própria realidade social, conhecimentos que deveriam ser adquiridos na escola fundamental.

A elaboração do trabalho permitiu também que descobrisse as ideias de Bakhtin-Volochínov sobre a linguagem verbal e seu estudo, que me trouxeram uma nova perspectiva e serviram como base tanto para mostrar um pouco do que poderiam ter sido as práticas languageiras dos trabalhadores escravizados, como também para analisar e compreender a representação da classe dominante luso-brasileira e brasileira em relação às visões de mundo e às práticas languageiras dos cativos e libertos. E foi nesse momento que decidi que esse último aspecto constituiria o objeto principal do meu trabalho.

Durante as leituras na área da História, indispensáveis para compreender o período escravista luso-brasileiro e, a seguir, brasileiro, deparei-me não apenas com a dificuldade óbvia de ler ensaios em uma área que não era aquela na qual eu tinha me formado, mas também com

a necessidade de estar atenta e ter uma visão crítica sobre eventuais textos negacionistas, que tendiam a minimizar a crueldade e os efeitos sociais e psicológicos deletérios do escravismo, afirmando que os escravistas não foram tão desumanos e que os cativos não viveram tão mal assim.

Como explicarei no primeiro capítulo, enfrentei também uma dificuldade mais sutil, de ordem teórico-metodológica, que se tornou óbvia durante as disciplinas obrigatórias do PPGLET, quando colegas e, até mesmo, alguns docentes expressavam sua desconfiança e me questionavam, perplexos, quanto à pertinência de um estudo sociolinguístico sobre situações do passado, uma vez que as fontes da Sociolinguística deveriam provir essencialmente de pesquisas de campo e de entrevistas com os falantes. As leituras nas Sociolinguísticas Histórica e Crítica, muito produtivas na Europa e no Canadá, me mostraram o caminho para lidar com fontes do passado, exclusivamente escritas.

O trabalho que segue é dividido em 4 capítulos. O primeiro comporta explicações teóricas e metodológicas da pesquisa. O segundo capítulo trata do processo histórico-social da escravidão de africanos no Brasil, necessário para entender o modo com que o escravismo agiu sobre a realidade linguística e sociolinguística brasileira. O terceiro capítulo apresenta um panorama sociolinguístico dos períodos colonial e imperial brasileiros, a partir de estudos já desenvolvidos anteriormente sobre línguas indígenas e, sobretudo, línguas africanas. Nesse capítulo, procurei igualmente elaborar considerações, a partir das principais características das relações sociais escravistas, no que diz respeito às esferas sociais em que os trabalhadores escravizados circulavam, às suas reais possibilidades de interações sociais, às suas capacidades de gerir as situações plurilingues em que se encontravam, às suas chances de praticar e, eventualmente, transmitir suas línguas no ambiente familiar ou de receber uma educação formal para aprimorar sua expressão verbal, etc. Enfim, o último capítulo apresenta a percepção das classes dominantes, através dos escritos de intelectuais – gramáticos, filólogos, jornalistas, etc., luso-brasileiros e brasileiros, das línguas africanas e dos hábitos de linguagem dos africanos escravizados, em textos escritos no século XIX e na primeira metade do século XX.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

1.1 A PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA DO PASSADO: CRÍTICA, HISTÓRICA E INTERDISCIPLINAR

A principal motivação da presente pesquisa foi a indagação a respeito da importância do modo de produção escravista no que diz respeito às práticas languageiras dos trabalhadores africanos escravizados que viveram no Brasil, assim como, em última instância, em relação ao vernáculo brasileiro, como o chama Antônio Houaiss (1992), ou português brasileiro, como o denomina Rosa Virgínia Matos da Silva (2004). Dentro desse propósito geral, fixamos como objeto principal para esse trabalho buscar construir a representação que a intelectualidade luso-brasileira e brasileira tinha desses fenômenos linguístico-languageiros – o português falado pelos cativos, pelos libertos e pela população pobre em geral, além da eventual influência de línguas africanas nessas variedades do português. Em outras palavras, nos interessamos ao que a Sociolinguística francesa, desde os anos 1970, denomina o “sentimento linguístico” ou “imaginário das línguas” (GRINSHPUN; NYEE-DOGGEN, 2012).

Defendemos que o objeto da presente pesquisa pertence de direito à Sociolinguística, isto é, uma disciplina que tem como verdadeira petição de princípio, em relação ao campo denominado Linguística, o estudo da linguagem ancorada nas suas condições sociais de produção (BOUTET; HELLER, 2007). Além disso, por analisar situações do passado, sem possibilidade de atender a um dos princípios metodológicos tradicionais da Sociolinguística, que é a pesquisa de campo, esse trabalho identificou-se com duas correntes da Sociolinguística que são a Sociolinguística Histórica e a Sociolinguística Crítica.

As pesquisas em Sociolinguística costumam lidar com dados orais, geralmente coletados através de pesquisas de campo, entrevistas e questionários. No entanto, segundo Branca-Rosoff (2007, p.163, tradução nossa),

Todo trabalho sobre o passado estaria proibido se levássemos em conta apenas a definição de P. Blanchet (2000) que considera a Sociolinguística como uma *Linguística de campo* onde o essencial é recolher dados em situações «sociais reais», que implicam uma relação oral entre o pesquisador e o pesquisado. No entanto, podemos defender a ideia de uma Sociolinguística histórica cujas fontes são escritas. Trata-se de uma *linguística de corpus* consciente que não trabalha em nível da língua, objeto abstrato, acima das variações, mas que leva em conta discursos ancorados em um lugar e em um tempo determinados, de modo a contemplar os complexos vínculos entre a mudança linguística e a mudança social.

No que diz respeito às fontes, Branca-Rosoff enfatiza outras dificuldades para o sociolinguista que deseja trabalhar sobre o passado. Uma delas – que concerne diretamente nossa pesquisa – é o fato que a fala das classes subalternizadas do passado nos é acessível sobretudo através das representações de suas práticas languageiras.

No que diz respeito às representações, costuma haver muito material: gramáticos e escritores costumavam descrever os falares populares. Contudo, podemos considerar essas descrições como testemunhos válidos? Quando se interessa aos falares populares, a gramática e a literatura transmitem palavras, pronúncias diferentes, maneiras de falar, mas o faz exibindo-as ou comentando-as a partir da norma, tratando-se mais de estereótipo do que de variação quantificável (BRANCA-ROSOFF, 2007, p. 164, tradução nossa).

Quanto aos vestígios autênticos deixados por homens plebeus do passado, Branca-Rosoff mostra que, apesar de raros, podemos ainda encontrá-los em arquivos, sobretudo em situações sociais específicas. É o caso, por exemplo, de textos escritos durante a Revolução Francesa, entre 1790 e 1815, que a pesquisadora apresentou em um artigo publicado em 1989 na revista *Langage et Société* e no livro *L'écriture des citoyens*, publicado em 1994, em coautoria com Nathalie Schneider. Infelizmente, os cativos que constituem o objeto de nosso trabalho, em razão de sua situação de escravização-cativeiro deixaram raríssimos textos escritos que podem nos dar indícios sobre suas falas.

Isso se deve também ao “desprezo e à vontade das classes dominantes de silenciar a produção ideológica dos escravizados [e] a um certo desinteresse das ciências sociais em desvelar e recuperar esses registros” (CARBONI; MAESTRI, 2016, p. 200). No entanto, podemos nos aproximar dessa realidade através

Dos dados organizados pelos que fazem história social – ou numa perspectiva antropológica ou numa perspectiva da chamada nova história, que não se reporta apenas aos grandes acontecimentos, mas a evidências de vários aspectos do cotidiano dos diversificados agentes da história – [porque através deles] pode-se levantar indícios que permitam fundamentar uma aproximação à história social da linguagem. [...] os avanços sobre o passado da sociedade brasileira realizados por esses cientistas são essenciais para uma aproximação menos generalizante da história social linguística do Brasil e, conseqüentemente, para a história do português brasileiro (SILVA, 2004, p. 70).

No que diz respeito à Sociolinguística Crítica, tal como teoricamente definida e apresentada pelas sociolinguistas francesa e canadense, Josiane Boutet e Monica Heller, ela “coloca no centro de suas preocupações, não mais a língua enquanto sistema, nem mesmo a

sociedade como sistema ou como estrutura, mas a língua enquanto parte inerente às práticas sociais”. Esse domínio “explora as práticas sociais pelo que elas podem dizer a respeito dos modos como os locutores constroem o sentido, no âmbito da construção de relações de poder” (BOUTET; HELLER, 2007, p. 312, tradução nossa).

As autoras Boutet e Heller (2007) consideram que toda interação tem sua própria historicidade e seu alcance espacial, ou seja, toda interação faz parte de uma rede de interações ligadas no tempo e no espaço. Nesse sentido, as autoras dizem que a Sociolinguística Crítica traz contribuições ao plano social, à medida que possibilita a compreensão de implicações sociais e econômicas dos usos e práticas das línguas (BOUTET; HELLER, 2007, p. 314). Nesta pesquisa, buscamos indícios no plano sócio-histórico que evidenciam sobre as possíveis práticas languageiras dos trabalhadores africanos escravizados e contextualizamos as visões da classe dominante sobre essas práticas, visões registradas em gramáticas, ensaios e dicionários.

1.2 A PESQUISA SÓCIO-HISTÓRICA E INTERDISCIPLINAR

Toda a diversidade de fatores que determinaram a situação linguística brasileira no passado e a dificuldade de demonstrá-la faz com que tenhamos que recorrer à interdisciplinaridade, para nos aproximar da realidade “por indícios históricos, por conjeturas plausíveis, fundados em fatos já interpretados de demografia histórica e de fatos históricos documentados e interpretados por especialistas: historiadores, sociólogos, antropólogos, linguistas, além de outros.” (SILVA, 2004, p. 73).

A pesquisa, que tem por objetivo principal revelar as representações linguísticas da classe dominante colonial em relação às línguas e às práticas languageiras dos trabalhadores africanos escravizados, exigiu um profundo conhecimento sócio-histórico da época, dominada pelo modo de produção escravista colonial. Portanto, foi necessário lançar mão do trabalho de historiadores especialistas na escravidão brasileira, como Mário Maestri, Jacob Gorender, Robert Conrad, Décio Freitas, José Rivair Macedo e outros, para bem compreender e explicar a escravidão e sua importância essencial nas relações sociais brasileiras.

Para uma compreensão mais completa e aprofundada do escravismo colonial brasileiro, foi imprescindível o estudo do contexto de origem dos cativos africanos, por serem questões tradicionalmente tratadas de forma reducionista por intelectuais luso-brasileiros e brasileiros do período escravista. Alguns dos historiadores citados e outros estudiosos nos permitiram conhecer rudimentos da história da África. Como, por exemplo, sua divisão e sua organização

social e econômica no momento da chegada dos portugueses e de outros povos europeus a esse continente e durante o longo período em que durou o tráfico transatlântico de cativos.

Para além da história, foi, evidentemente, necessário explorar aspectos linguísticos-linguageiros relativos aos africanos escravizados, quando ainda na África. Para isso, foi imprescindível nos apropriar, mesmo que de forma rudimentar, de dados relativos à linguística africana e, mais especificamente, às línguas africanas que vieram para o Brasil e às influências dessas línguas no português brasileiro, componente essencial na formação sócio-histórica dessa língua. Foram feitas leituras de produções de especialistas, como Emílio Bonvini, Margarida Petter, Florence Carboni, Tânia Alkmin, Yeda Pessoa de Castro, Rosa Virgínia Mattos e Silva, dentre outros. Como resultado dessas leituras, históricas e linguísticas, foram produzidos os capítulos 2 e 3, que fazem uma contextualização histórica e linguístico-linguageira do período em questão.

O *corpus* da pesquisa relativo ao objeto principal de nosso trabalho, essencialmente de fontes escritas, é proveniente de “discursos” sobre os fenômenos linguístico-linguageiros determinados pela escravidão, contidos em gramáticas, dicionários e ensaios, escritos, sobretudo, da primeira metade do século XIX até 1950. A escolha do período se deve à importância que o século XIX teve na história do Brasil, com a vinda da família real portuguesa, a proclamação da Independência, o longo processo que resultou no fim do tráfico transatlântico de trabalhadores escravizados, a abolição da escravatura e o início dos estudos acerca das influências de línguas africanas no português brasileiro, que, naquele período pós-independência, ganharam impulso entre os intelectuais. O início do século seguinte nos traz intelectuais cujas ideias sobre a escravidão e suas consequências linguísticas foram muito influentes, inclusive até os dias atuais.

O procedimento após a seleção do *corpus* – que não contemplou todas as obras publicadas por falta de tempo hábil – inclui uma análise cuidadosa dos materiais, em busca de indícios da visão dos autores sobre os falares dos africanos e descendentes escravizados. Os excertos que interessavam a esse objetivo foram retirados e interpretados.

Também devido ao prazo reduzido que tínhamos à disposição para a realização dessa pesquisa e das dificuldades que ela comportou, escolhemos não trabalhar com os eventuais escritos de autoria de cativos ou libertos, por tratar-se de um estudo que exigiria uma longa pesquisa de fontes de arquivos. Nem analisamos, pelo mesmo motivo, trabalhos baseados em entrevistas de descendentes de trabalhadores escravizados, que nos permitiriam encontrar indícios sobre as possíveis práticas linguageiras dos cativos. O que fizemos foi verificar como a classe dominante se referiu à fala e às práticas linguageiras dos cativos africanos e de seus

descendentes, assim como, eventualmente, dos libertos. Pensamos igualmente, que, através desse discurso da classe dominante, poderíamos nos aproximar, mesmo que minimamente, das práticas languageiras dos cativos e de suas visões de mundo, pois, “Querendo ou não querendo, sabendo ou não sabendo, ao falar de si e de seu mundo, o escravista falava também do escravizado e de seu universo, segundo a sua ótica de classe, segundo as percepções deformadas da realidade objetiva com que se encontrava” (CARBONI; MAESTRI, 2016, p. 204). Por isso, acreditamos que essa análise, juntamente aos indícios buscados através da História e da Sociolinguística, pode nos levar a desvendar inclusive aspectos languageiros dos próprios escravizados.

1.3 LINGUAGEM, SOCIEDADE E IDEOLOGIA

Nessa pesquisa, que como dissemos pertence ao campo da Sociolinguística, adotamos um modelo de língua fundamentalmente volochinoviano. No ensaio “Que é a língua e a linguagem”¹, Volochínov mostra que,

desde as primeiríssimas etapas de sua formação, a troca verbal entre os seres humanos era indissolúvelmente ligada às outras formas de troca social. A linguagem verbal formou-se no terreno do intercâmbio no contexto da produção, terreno que ela divide com as outras formas de intercâmbio social. O intercâmbio verbal é sempre ligado, como veremos a seguir, às circunstâncias reais da vida, aos atos efetivos do homem: atos laboriosos, rituais, lúdicos, etc. (VOLOCHINOV, 2010, p. 545, tradução nossa).

Volochínov mostra sobretudo que essa linguagem inicial, das mãos e mímicas primeiro e, a seguir, sonora, só conseguiu se transformar em linguagem evoluída porque, nas etapas posteriores do desenvolvimento da atividade econômica, apareceu um fenômeno novo: o cruzamento de inteiros grupos humanos (tribos, estados, castas, etc.) e de suas línguas.

Disso resulta um enriquecimento do vocabulário, o aparecimento de *palavras combinadas*, isto é, compostas de *diversos* elementos de base. Mas, como o número de sons é limitado, há contração e truncamento dos elementos que constituem essas palavras. Essas combinações, de certa forma truncadas, já são percebidas como uma

1 Utilizamos a edição bilíngue – russo-francês – desse texto, proposta por Patrick Sériot, no livro *Marxisme et Philosophie du langage. Les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage*. (Nouvelle édition bilingue traduite du russe par Patrick Sériot et Inna Tylkowski-Ageeva. Préface de Patrick Sériot). Limoges: Lambert-Lucas, 2010. p. 521-566.

nova palavra, constituindo um único bloco, podendo servir de base para a formação de outras palavras (VOLOCHINOV, 2010, p. 535, tradução nossa).

Consideramos, assim como Volochínov, que a linguagem verbal é um “produto da atividade humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que a gerou” (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 141).

Da mesma forma, acreditamos que a expressão pessoal não vem do interior do indivíduo, mas é inteiramente um produto da inter-relação social e que a consciência individual, que encontra sua expressão material através da palavra, do signo, é um fato socioideológico: “A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de relações sociais. Os signos são os alimentos da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete a sua lógica e suas leis” (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 36).

Essa visão volochinoviana da linguagem verbal como inteiramente produzida pela atividade coletiva dos seres humanos; como organizadora da atividade mental e estruturadora da vida interior, que, em condições sociais normais, dá a essa última uma expressão mais definida e mais estável; enquanto entidade indissociável da ideologia, que reflete e refrata a realidade (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 122), mostrou-se fundamental para a elaboração dessa pesquisa, seja como fio condutor para a compreensão do que possam ter sido as práticas languageiras e a consciência dos trabalhadores escravizados, em função dos inúmeros fatores que determinaram sua vida como cativos no Brasil, seja no que diz respeito à representação mental e ao discurso que a classe dominante luso-brasileira tinha em relação aos cativos, às suas visões de mundo e suas práticas languageiras.

Em relação a esse último ponto, que constitui o objeto principal de nossa pesquisa, é importante insistir sobre o fato de que “classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 47). Esse aspecto pode ser exemplificado pela palavra *escravo*, que, no período da escravidão, designava o humano tomado como objeto, que era propriedade de um “senhor”. Mas, ao designar um africano de escravo, sugere-se que ele já nasceu nessa condição, o que não corresponde à realidade. Por isso, nesse trabalho, seguiremos o exemplo do historiador Mário Maestri, um dos primeiros a alertar para esse fato, e utilizaremos, em lugar de “escravo”, “trabalhador escravizado”. Segundo Carboni e Maestri (2003, p. 22,23),

O “escravo” era um “trabalhador escravizado”. Essa explicitação categorial da essência do trabalhador escravizado desnuda igualmente a impertinência das formas

apologéticas de auto-denominação utilizadas pelas classes opressoras no passado e retomadas pelas ciências sociais no presente. [...] A substituição de “negro”, “preto”, “escravo” por “trabalhador escravizado”, de “amo”, “senhor-de-escravos”, “escravista”, etc., por “escravizador”, restabelece plenamente a conexão histórica entre aquela forma e as formas anteriores e posteriores do produtor direto e de seu explorador. Recompõe o fio de Ariadne que une, na diversidade, todas as formas de trabalho e de sua exploração.

1.4 ALGUMAS DESIGNAÇÕES DOS FENÔMENOS LINGUAGEIROS

Como acabamos de explicitar, acreditamos que todos os fenômenos linguístico-linguageiros são fenômenos intrinsecamente sociais e que é somente nessa qualidade que precisamos estudá-los. Para nos demarcar em relação a outras correntes da Linguística e da Sociolinguística, a seguir apresentamos nossa compreensão das principais categorias utilizadas na descrição dos complexos fenômenos linguístico-linguageiros objetos desse trabalho.

1.4.1 Língua- linguagem

Existem muitas definições que buscam explicar a língua. Tendo em vista a situação social que constituiu a escravidão, partimos de uma concepção que considera a linguagem verbal

uma instituição social, ao mesmo tempo que possui aspectos inatos. Tem traços materiais e simbólicos. É intrinsecamente ligada à consciência e à subjetividade, mas é compartilhada por toda a comunidade de falantes. Tem aparentemente uma estrutura imutável, mas muda a todo momento. Pode ser um instrumento de emancipação e de poder (CARBONI, 2008, p. 9).

Com base na concepção de língua de Volochínov, como vimos, consideramos a língua um fato social, cuja existência surge da necessidade da comunicação; a palavra é ligada às condições da comunicação, as quais sempre estão ligadas às estruturas sociais. Outro aspecto que concerne à língua, ou à palavra, é que ela veicula a ideologia, que é um reflexo das estruturas sociais. Assim, modificações na ideologia desencadeiam modificações na língua (VOLOCHÍNOV, 2014).

Nesse sentido, “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja

ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 36).

Diferentes classes sociais se utilizam da mesma língua para comunicar. Nela, há confronto de interesses sociais, já que o signo reflete e refrata a realidade e nele confrontam-se índices de valores contraditórios (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 47). Esse aspecto pode ser percebido pela forma como os escravizados foram representados e pela forma como suas línguas e práticas languageiras foram representadas no discurso da classe dominante da época, como veremos no capítulo 4.

1.4.2 Práticas languageiras

Para Josiane Boutet² (1985, p. 6 *apud* CAMBON, LÉGLISE, 2008, p. 16,17, tradução nossa), a prática languageira deve ser considerada “como uma prática social e ser analisada como tal”. Nesse texto, Boutet explica que “as palavras, os discursos não são apenas os representantes das nossas ações e nossos pensamentos, não existem apenas para transmitir informações ou ideias ou ordens. Eles não só refletem o social, mas fazem parte dele e nele produzem efeitos específicos que a análise deve revelar.” (CAMBON, LÉGLISE, 2008, p. 16,17, tradução nossa).

Para Boutet³ (2002, p. 459 *apud* CAMBON, LÉGLISE, 2008, p. 20, tradução nossa), de um ponto de vista empírico, a noção de “prática languageira” assemelha-se às noções de “produção verbal”, “enunciação”, “fala”, mas ela difere dessas últimas de um ponto de vista teórico pela ênfase que é colocada na noção de “prática”. Isto é, para a sociolinguista francesa, a linguagem faz parte do conjunto das práticas sociais, seja das práticas de produção ou de reprodução:

Como qualquer prática social, as práticas languageiras são determinadas e circunscritas pelo social mas, ao mesmo tempo, elas agem sobre ele e contribuem para a sua transformação. Nessa perspectiva, a linguagem não é somente um reflexo das estruturas sociais, é também um seu real componente. Falar não é apenas uma atividade de representação, é também uma ação através da qual mudamos a ordem das coisas, movemos as relações sociais (BOUTET, 2002, p. 459 *apud* CAMBON, LÉGLISE, 2008, p. 20, tradução nossa).

2 BOUTET, Josiane. *Construction sociale du sens dans des entretiens d'ouvrières et d'ouvriers*, Paris, Ministère des droits de la femme, 1985.

3 BOUTET, Josiane. Pratiques langagières: Formation langagière, dans Charaudeau P., Maingueneau D. (dirs), *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris, Seuil, 2002.

Bautier-Castaing (1981, p. 4, tradução nossa) define práticas languageiras como “as manifestações – que resultam em atividades de linguagem – da interação dos diferentes fatores, linguísticos, psicológicos, sociológicos, culturais, educativos, afetivos... que constituem as características individuais e de grupo”.

Canut (2001, p. 392, tradução nossa) concebe as práticas languageiras

não como pré-determinadas por uma homogeneidade (a língua, uma língua “em si” ou, inversamente, “o social”), mas, ao contrário, como necessariamente mescladas e para as quais os locutores, em função dos diferentes níveis discursivos e das diversas instâncias de enunciação (familiar, histórica, política, social, ideológica, etc.), colocam ou não limites.

1.4.3 Variedades linguísticas

Todas as línguas possuem variedades, que são as diferentes formas de se dizer a mesma coisa. As variáveis, fenômeno em variação, podem permanecer estáveis por longo tempo ou podem sofrer mudanças constantemente (FARACO, 2006). Podem ser variáveis geográficas, quando pronúncia ou léxico variam de uma região para outra num mesmo território, ou sociais, quando a diferença linguística corresponde a uma diferença social.

As línguas não são estáveis, sua composição estrutural está continuamente em mudança no tempo, ademais, Faraco (2006, p.31) diz que não existe língua homogênea, “toda e qualquer língua é um conjunto heterogêneo de variedades”. Apesar de mudarem, fenômeno comum, “continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados” (FARACO, 2006, p. 14).

As variações não são apenas variações, elas têm razão de ser. Por isso, consideremos que

o falante pertence a uma *classe*, tem uma profissão, tem um certo grau de desenvolvimento *cultural*. Enfim, ele pronuncia esta palavra (em voz alta ou para si mesmo) numa certa circunstância diante de um ouvinte, presente ou pressuposto. Graças a estas condições, a esta força (“fatores”) que organizam tanto o conteúdo quanto a forma da enunciação, as palavras do falante estão sempre embebidas de opiniões, de ideias, de avaliações que, em última análise, são inevitavelmente condicionadas pelas relações de classe. (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 196).

A escolha de uma ou outra variante por parte do falante pode provocar um comportamento social, que faz parte de um conjunto de atitudes, de sentimentos que os falantes têm em relação as suas línguas e variantes e também em relação a outros falantes. Essa atitude

pode ser positiva ou negativa, como o preconceito, que é um juízo de valor sobre a língua, mas que atinge diretamente o falante (CALVET, 2002). Como veremos no capítulo 4, as classes dominantes tendiam e ainda tendem a desvalorizar as variedades de línguas das classes mais baixas.

1.4.4 Pidgins e crioulos

De certas realidades específicas de contato entre línguas, ligadas sobretudo ao comércio, resultam pidgins, línguas francas, etc. São línguas emergenciais que se formam nessas trocas sociais e comerciais, mais ou menos continuadas, entre falantes de línguas diferentes, que se caracterizam por léxico e gramática reduzidos e pela funcionalidade em restritas situações de interação. (FARACO, 2016, p. 57, 68).

A expansão mercantil portuguesa na África e na Ásia possibilitou o surgimento de pelo menos um pidgin. Mas ela acabou facilitando também o aparecimento de várias línguas crioulas de base portuguesa (FARACO, 2016, p. 62). Por exemplo, as línguas crioulas que emergiram do comércio triangular e do comércio de escravizados, quando africanos tiveram contatos mais ou menos constantes com portugueses e, a seguir, com luso-brasileiros.

Os linguistas divergem quanto à dinâmica de formação dos crioulos. Para alguns, o crioulo é um pidgin que se tornou a primeira língua de uma comunidade, com léxico muito mais ampliado, sintaxe elaborada e mais variados campos de uso, caracterizado igualmente por vocabulário emprestado de uma língua dominante e sintaxe tendencialmente da língua dominada. Para outros, como nenhuma descrição dos crioulos existentes conseguiu comprovar as relações entre as gramáticas dos crioulos e das línguas dos povos dominados, é mais provável que o que acontece na formação dos crioulos seja um uso aproximativo da língua do povo dominador repetido nas diversas gerações, uma aproximação da aproximação (CALVET, 2002, p. 53). Os crioulos mais conhecidos são de base inglesa, francesa, espanhola, portuguesa, dentre outras (CALVET, 2002, p. 54).

Calvet (2002, p. 55) conclui que “o crioulo é uma língua como as outras, cuja única característica específica está no seu modo particular de emergência”. Por muito tempo, foram línguas desprezadas, consideradas inferiores, mas hoje as línguas crioulas são promovidas a línguas oficiais, com utilização inclusive no ensino formal, como no Haiti e nas Antilhas francesas.

1.4.5 Limite entre variedades, língua, crioulo

Mas qual é o limite que separa uma variedade de uma língua de um dialeto ou de um crioulo? Lembremos que tratam-se de categorias um pouco “frágeis”, fluidas, que dependem sempre da sociedade na qual se originaram e, também, da visão teórica do pesquisador que as utiliza.

Para Blanchet (2003, p. 285, tradução nossa), “os critérios para identificar um conjunto de práticas como uma língua distinta não são linguísticos (ou pouco). Nem a intercompreensão, nem a proximidade tipológica possuem tanta relevância quanto os critérios sociopolíticos e/ou etnoculturais”.

Os limites entre essas categorias podem ser percebidos pelos próprios falantes de diversos modos, como mostra a pesquisa de Gumperz (2002), em Hemnesberget, na Noruega, que analisa o uso da língua padrão, o *bokmal*, e do dialeto *ramanal*, ambos de uso condicionado essencialmente por fatores sociais, que são minuciosamente analisados pelo pesquisador. Os residentes locais consideram as duas variedades distintas, enquanto que os estudantes, que saem da ilha, não têm nítida a distinção entre o dialeto e a língua padrão. Desse modo, há uma distinção quanto ao uso das línguas e ambos os grupos agem diferentemente na troca de códigos: o primeiro grupo faz alternância de códigos, enquanto que o segundo apresenta uma escala de variações, uma mistura entre o dialeto e a língua padrão (GUMPERZ, 2002, p. 79).

Para Gumperz (2002), os falantes dispõem de um repertório verbal, ou seja, variedades linguísticas que determinado grupo social usa e que podem ter relações fluidas ou compartimentadas. Com a disponibilidade e o controle de variantes de línguas que um falante tem, são “as regras de seleção sociolinguística [que] também explicam, em certa medida, a visão que o falante tem de que as duas variedades são entidades distintas” (GUMPERZ, 2002, p. 57).

1.4.6 Plurilinguismo

Os fenômenos especificados anteriormente são o resultado do contato entre línguas e, para além das línguas, os contatos linguísticos são contatos entre seres humanos. O plurilinguismo e o contato entre línguas resultam quase sempre em empréstimos, interferências, línguas aproximativas, mistura de línguas, alternância de códigos, línguas veiculares (cf.

CALVET, 2002). O linguista francês Philippe Blanchet⁴ (2003, p. 284 *apud* CARBONI *et al*, 2017, p. 150,151) alerta igualmente para o fato, fundamental para nossa reflexão, de que,

o plurilinguismo e os contatos entre línguas, tão relevantes para a reflexão sociolinguística, não são excepcionais ou marginais, mas amplamente majoritários e banais. As línguas são feitas para serem variáveis (pela arbitrariedade do signo), os humanos têm a capacidade inata de serem plurilíngues (por suas capacidades cognitivas e sua vida social), e os contatos linguísticos estão por todo o lugar de forma significativa, incluindo entre as variedades de uma mesma língua em comunidades e entre os falantes que tendem ao monolinguismo.

Carboni *et al* (2017, p. 156) ressaltam que o estudo do plurilinguismo no Brasil escravista é de uma grande complexidade, por envolver um elevado número de determinantes - históricas, geográficas, linguísticas, sociais, econômicas, ideológicas, etc. As autoras creem que fenômenos como o plurilinguismo, a coineização entre línguas africanas afins – línguas gerais africanas -, a criouliização entre o português e línguas africanas, etc., foram, em geral, demasiadamente instáveis para prosperar e perdurar através das gerações, entre os escravizados africanos, sobretudo em razão do próprio sistema escravista brasileiro, que, como veremos, caracterizou-se pela altíssima taxa de mortalidade da população escravizada, que era realimentada por um tráfico incessante.

4 BLANCHET, Philippe. Contacts, continuum, hétérogénéité, polynomie, organisation «chaotique», pratiques sociales, interventions ... quels modèles ? : pour une (socio)linguistique de la «complexité» , *Cahiers de sociolinguistique* 2003/1 (n° 8), p. 279-308.

2. APONTAMENTOS PARA UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

2.1 A ESCRAVIDÃO NA HISTÓRIA

O mundo ocidental conhece a escravidão desde a Antiguidade, quando as grandes civilizações do Mediterrâneo – Egito, Grécia, e um pouco mais tarde Roma – usavam o trabalho escravo nas suas unidades agrícolas e mantinham entre si um intenso comércio de cativos. Naquele tempo, a demanda de trabalhadores escravizados era pequena, porque a produção servia essencialmente para o consumo familiar, e, desse modo, apenas alguns meses do ano eram mais trabalhosos. Segundo Plekhanov (1946, p. 42), o aparecimento da escravidão pressupõe que as forças produtivas tenham atingido um grau de desenvolvimento que permita a exploração do trabalho dos cativos. A escravidão “é uma *relação de produção* cujo aparecimento marca o início da divisão em *classes* para uma sociedade que, até lá, só conhecia as divisões correspondentes ao *sexo* e à *idade*.” (PLEKHANOV, 1946, p. 42).

Para Maestri (1994, p. 88), a importância da escravidão na Antiguidade variou em função da época e da região. Quando se tornou forma de produção dominante, o escravismo, que, ao todo, durou quase mil anos, permitiu um grande desenvolvimento material do mundo antigo. No segundo século de nossa era, no Império Romano, esse sistema passou a coabitar com outra forma de exploração dos grandes latifúndios: o cultivo por agricultores livres – *colonus* – que trabalhavam em troca de uma renda monetária. Com esse último sistema, os latifundiários diminuía os seus gastos. “O confronto entre a produtividade do trabalho do camponês livre e mal apetrechado e a do escravo provido dos melhores instrumentos de trabalho levou os senhores a concederem a seus cativos o direito de levantarem uma cabana e de explorarem uma parcela agrícola, como ‘parceiros’” (MAESTRI, 1994, p. 91). Os *servus casatus* e os *colonus* foram a base de novas relações de produção, que marcavam o fim da sociedade escravista clássica (MAESTRI, 1994, p. 92).

É igualmente interessante notar que a África já conhecia a escravidão antes mesmo da chegada dos europeus ao continente. Na Idade Média, mercadores árabes canalizavam um fluxo de africanos em direção aos haréns para a escravidão doméstica na Bacia do Mediterrâneo (GORENDER, 2016a, p. 165). Na Idade Moderna, o escravismo era praticado em várias partes

do continente africano como demonstração de poder político e econômico: da Etiópia a Madagascar, do Egito ao Magreb, do Sudão à África Central (MACEDO, 2015, p. 101).

No entanto, aquele escravismo conhecido pelos africanos era fundamentalmente diferente do escravismo colonial. Primeiramente, os cativos desconheciam a palavra escravo ou palavras semelhantes. Os cativos considerados adversários eram afastados de suas aldeias, sobretudo como forma de justiça ou punição por delitos cometidos, e levados para outras aldeias e famílias distantes, como agregados. Os agregados, que trabalhavam para o seu próprio sustento e para entregar parte da sua produção ao patriarca da família, eram incorporados às famílias, faziam parte delas. Além disso, eles tinham direitos de possuir bens, não podiam ser castigados severamente nem vendidos ou executados (MAESTRI, 2012, p. 52).

Segundo Macedo (2015, p. 101), os cativos podiam ser reduzidos ao cativeiro em três circunstâncias: por compra e venda, por dívida ou por guerra, sendo esta última a razão mais frequente. Macedo acrescenta que esse escravismo não tinha por objetivo a exploração econômica nem a perda total da liberdade do cativo, uma vez que eram integrados a um novo grupo social, dos vencedores, numa “escravidão de linhagem”. Assim, podemos diferenciar dois modos de produção, o escravismo patriarcal, caracterizado por uma economia natural, e o escravismo colonial, que objetiva a produção de bens comercializáveis (GORENDER, 2016a, p. 89).

A escravidão colonial, um modo de produção novo e muito específico na História, recebeu um outro significado para os africanos, que foram arrancados do seu continente, e portanto das suas realidades social, política, econômica, linguística, etc., e inseridos à força em uma nova realidade, na qual perdiam sua liberdade.

2.2 O ESCRAVISMO, CONDIÇÃO *SINE QUA NON* PARA A PROSPERIDADE DA COLÔNIA PORTUGUESA

Foi a partir de 1530 que o escravismo se tornou a principal forma de produção da grande colônia portuguesa, organizando sua vida econômica e social (MAESTRI, 2002, p.7). Num primeiro momento, os americanos nativos foram escravizados. Os portugueses os chamavam de *brasis*, que eram sobretudo os tupinambás. Habitavam a faixa mais litorânea, eram nômades, viviam em aldeias e obtiam o seu sustento através da caça, da coleta e da agricultura.

Os historiadores especialistas nessa questão consideram que o período colonial brasileiro iniciou com a chegada dos portugueses em 1500 e terminou em 1822, quando foi

proclamada a independência do Brasil, período que se estendeu até a proclamação da República, em 1889. O modo de produção escravista foi praticamente dominante nesses dois períodos. A escravidão foi o episódio mais essencial e determinante da história do Brasil. Essa instituição moldou a sociedade da época e contribuiu para definir a sociedade dos dias atuais. Com início pelos anos de 1530 e fim em 1888, o escravismo brasileiro foi o mais duradouro das Américas e do mundo.

Com as riquezas acumuladas pelos portugueses no início da colonização, graças ao trabalho indígena, foram criadas fazendas e engenhos que produziam a principal fonte de riqueza neste período, o açúcar (MAESTRI, 2012, p. 35). A partir de então, iniciou-se um processo de importação de africanos, que duraria séculos. Algumas hipóteses foram levantadas sobre a substituição da mão de obra indígena pela africana. Para além das considerações racistas que continuam circulando – como a de que os nativos não gostavam de trabalhar – as explicações mais prováveis são que os indígenas, que morriam aos milhares por causa de doenças contra as quais não possuíam anticorpos e em razão das duras condições de trabalho impostas pelos invasores de suas terras, preferiam fugir e se instalar em outras partes de um território que conheciam muito melhor do que os portugueses. Isso teria facilitado a substituição do trabalho de nativos por africanos, que ocorreu por fins do século XVI (cf. MAESTRI, 2012).

O chamado tráfico negreiro funcionava de modo triangular: os navios partiam de Portugal cheios de mercadorias, que, na África, eram trocadas por seres humanos, pertencentes a diversas classes sociais, para serem levadas até o Brasil. Inicialmente, os cativos eram capturados pelos lusitanos, mas quando esse comércio tornou-se propriamente um negócio, foram construídos entrepostos de cativos nas faixas costeiras, para onde os africanos capturados no interior do continente eram levados para serem vendidos e embarcados (MAESTRI, 2012, p. 45). Os postos de partida na África, construídos pelos europeus, eram cada vez mais bem organizados: africanos capturavam africanos e somente na costa o negócio era selado com os portugueses. Os fortes foram construídos no litoral do Golfo da Guiné, nos portos de Luanda, na África Central, e em Angoche, Quelimane, Quizungo Grande, Inhambane e Lourenço Marques, em Moçambique (MACEDO, 2015, p. 106). O tráfico de escravizados acontecia por questões de interesse comercial “extra-africanos” e africanos (MACEDO, 2015, p. 100).

Diversas eram as circunstâncias em que um africano podia perder a liberdade e ser vendido. Uma delas era a punição por ter cometido algum delito, como morte, adultério, roubo, etc. A prática de aprisionamento por infração já existia na África e foi intensificada com a possibilidade de venda desses indivíduos e com o estabelecimento dos europeus na costa

(MAESTRI, 2012, p. 54). O singular relato de Mahommah G. Baquaqua, africano escravizado no Brasil em 1845, confirma o fato de que os africanos escravizados vinham de sociedades onde eram predominantemente livres, de sociedades organizadas e complexas, com formas de governo bem definidas; com certo desenvolvimento na agricultura, na manufatura; com tradições e também conflitos internos, como toda sociedade (cf. BAQUAQUA, 1854).

O caso de Mahommah Baquaqua é representativo dos fatos históricos mencionados quando mostra que, após a chegada dos portugueses ao continente e sua necessidade de mão de obra escravizada, além dos infratores, qualquer pessoa, de qualquer classe, poderia ser capturada para ser vendida e escravizada. No seu relato, Baquaqua conta que tinha um tio muito rico, que era ferreiro de um rei (BAQUAQUA, 1854, p. 41), inclusive, ele mesmo, Mahommah era próximo ao rei e de sua confiança. No posto que ocupava em relação ao monarca, Baquaqua diz: “fui apontado como objeto de vingança por uma classe invejosa de compatriotas, que me fizeram cair em uma armadilha e ser vendido à escravidão” (BAQUAQUA, 1854, p. 53, tradução nossa). Após capturado, praticamente atravessou o país durante dias até chegar à costa, onde aguardou por mais dias, até que fossem reunidos mais escravizados para serem embarcados no navio (BAQUAQUA, 1854, p. 63).

O tráfico de africanos garantia a reposição constante de trabalhadores, inutilizáveis pelo trabalho em razão das terríveis condições de vida no sistema escravista, que frequentemente os levavam à morte, ainda jovens. Eram os portugueses que detinham o monopólio do tráfico, dominando uma vasta área africana, especialmente a ilha de São Tomé, o primeiro grande centro de distribuição de cativos, e posteriormente a Angola, que passou a ter esse papel centralizador entre os séculos XVII e XVIII. Nesse período, companhias luso-brasileiras começaram a se encarregar do tráfico, estabelecendo comércio direto entre a colônia brasileira e a África, sem mais precisar passar pela Metrópole (BONVINI, 2014, p. 27).

2.3 NOVO MODO DE PRODUÇÃO

Esse novo modo de produção, nas palavras de Maestri (2002, p. 7), “moldou profundamente a sociedade até a Abolição” e foi em torno dele que a sociedade e a economia se organizaram. Nesse sistema, o escravizado era visto como um objeto, uma propriedade de outro ser humano, característica que era permanente e hereditária.

Como vimos, há grandes diferenças entre a escravidão que se praticava na Antiguidade, a conhecida em partes da África, e a escravidão colonial que vigorou no Brasil e outras colônias

européias na América, do sul e do norte, por diversos séculos. Segundo Gorender (2016a), o escravismo colonial foi um modo de produção novo, desconhecido até então na história da humanidade, que se diferencia do escravismo antigo principalmente pela estrutura e dinâmica de funcionamento. O escravizado, nesse novo sistema, seria escravizado para sempre, assim como seus filhos.

Segundo o historiador Décio Freitas (1977, p. 20), a nova organização social, moldada por um sistema de produção social baseado no escravismo, era composta essencialmente por duas classes, que participavam do processo de produção: a dos escravizadores e a dos escravizados. Eram grupos antagônicos, de exploradores e explorados, em que uns se apropriavam do trabalho dos outros devido ao lugar que ocupavam na estrutura econômica da sociedade. Os trabalhadores livres também faziam parte da categoria escravizados, eram geralmente muito pobres, desempenhavam outras funções: eram feitores, artesãos, domésticos ou soldados, e não partilhavam das mesmas aspirações da classe dos escravos (FREITAS, 1977, p. 21).

Os escravizados tinham baixa expectativa de vida, eram isolados socialmente, e também substituídos constantemente, o que tornou difícil uma tradição de classe, porque estavam impossibilitados de criar uma experiência de luta, tudo isso em razão das condições de vida que o próprio sistema lhes impôs. “Os escravos, enquanto classe, lutavam pateticamente sós, contra tudo e contra todos, numa luta sem perspectiva” (FREITAS, 1977, p. 23).

Por outro lado, ao serem escravizados, os homens e as mulheres africanos perdiam suas referências sociais, antropológicas e culturais, formadas no decorrer de suas vidas nas suas respectivas comunidades africanas. Como qualquer outra sociedade, a africana era dividida em diferentes classes sociais, mas, como veremos a seguir, havia importantes diferenças em relação, por exemplo, às sociedades europeias.

2.4 A ORIGEM AFRICANA DOS TRABALHADORES ESCRAVIZADOS

O historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro (2009, p. 15) mostra que, para “estudar a presença das línguas africanas no atual idioma brasileiro, é preciso situar devidamente a África e os povos africanos na formação do Brasil”. Nossa intenção, nesse tópico, não é fazer uma descrição detalhada das regiões de origem dos trabalhadores escravizados, até porque o tempo que tivemos à disposição para a realização desse trabalho não nos permitiria estudar uma realidade tão complexa. Nosso objetivo é, por um lado, alertar para a grande complexidade que o continente africano apresentava quando os portugueses ali chegaram, no

que se refere à diversidade étnica e sobretudo à organização socio-política e, por outro, indicar as regiões do continente mais tocadas pelo comércio de cativos, que, é bom lembrar, podem não corresponder aos atuais países de mesmo nome.

Ao falar da África da época do tráfico, é também importante relativizar a ideia que temos do Brasil na época, uma vez que a unidade do território e da cultura do Brasil constituiu-se muito tardiamente, não existindo naquele então. Segundo Alencastro (2009, p. 18), até o século XVII, o extenso território do Estado de Grão-Pará e Maranhão, formado pelos atuais Ceará, Piauí, Pará, Maranhão e Amazônia, tinha pouquíssimo contato com o “Estado do Brasil”, constituído fundamentalmente dos outros atuais estados da Federação, “onde se desenvolvia o polo de produção escravista” e que “entretinha relações densas e regulares com os portos e enclaves portugueses na África e, principalmente, com Angola”. Para esse historiador, “a centralidade de Angola na história do Brasil é muito anterior à inserção da Amazônia no restante da América Portuguesa” (ALENCASTRO, 2009, p. 19).

Segundo o historiador português Arlindo Manuel Caldeira (2006, p. 8), durante o final do século XV e primeiros anos do século XVI, os cativos vinham “acima de tudo, do golfo da Guiné, principalmente dos chamados 'rios da Guiné' ou 'Costa dos Escravos', isto é, da bacia do Niger, com particular destaque para o reino do Benim”. Logo a seguir, a produção do açúcar pelos portugueses, no Brasil e na ilha de São Tomé, exigiu a intensificação do tráfico e “o recurso ao Congo e a Angola ('reino de Ndongo')” para a procura de cativos (CALDEIRA, 2006, p. 8). Mais tarde, muitos africanos seriam capturados e escravizados na região que corresponde ao atual Moçambique.

O linguista Bonvini identifica vários ciclos de “importação” de trabalhadores escravizados entre os séculos XVI e XIX, em função das regiões do Brasil e do tipo de produção em que eles foram inseridos, assim como das regiões das quais eram originários e das línguas que falavam:

- (i) no século XVI, o ciclo da Guiné, sendo os escravos principalmente sudaneses, originários da África situada ao norte do equador;
- (ii) no século XVII, o ciclo do Congo e de Angola, que trouxe ao Brasil negros da zona banta;
- (iii) no século XVIII, o ciclo da costa de Mina, que atingiu de novo negros sudaneses. A partir da metade do século XVIII, esse ciclo desdobrar-se-á num ciclo propriamente baiano: o ciclo da baía do Benim;
- (iv) no século XIX, os escravos vieram um pouco de cada lugar, mas com predominância de negros vindos de Angola e de Moçambique (BONVINI, 2014, p. 26)

No que diz respeito à organização social e política dominante na África, na época da

chegada dos portugueses, Jacob Gorender (2016a, p. 164) mostra que “o nível social dos povos africanos já era bastante diferenciado no século XV, quando o tráfico mercantilista teve início”. Haveria, fundamentalmente, segundo Gorender, “povos já com divisão de classes e constituídos em Estados e as sociedades tribais sem Estado, situadas em vários graus do comunismo primitivo” (GORENDER, 2016a, p. 164). Segundo esse autor, “também variava o desenvolvimento econômico, atingindo este, nos povos dotados de organização estatal, um estágio superior ao da maior parte das sociedades ameríndias pré-colombianas e aproximado ao da sociedade índia tradicional” (GORENDER, 2016a, p. 164). Portanto, contrariamente a uma crença, como veremos, difusa até mesmo nos escritos da intelectualidade brasileira que analisaremos no capítulo 4, Gorender considera que, no momento da chegada dos portugueses, nos séculos XV-XVI,

Por sua evolução endógena – e não por influência árabe, como supõem historiadores racistas –, haviam esses povos negros alcançado notável progresso na agropecuária e no artesanato, principalmente no trabalho com os metais, especialidade em que, sob alguns aspectos, achavam-se mais adiantados do que alguns europeus da época. Qualquer que fosse, contudo, o estágio social, dominavam entre os povos africanos a prioridade comunal da terra e formas diversas de trabalho coletivo (GORENDER, 2016a, p. 164).

Segundo Mário Maestri (2012), as aldeias africanas costumavam ser administradas por uma assembleia de pais de família. Geralmente, essas aldeias tinham um chefe, que era pouco diferente dos demais aldeões. O agrupamento de aldeias ou linhagens distintas, lideradas pela mesma pessoa, formava uma cheferia. E a reunião de cheferias podia constituir um pequeno Estado.

Gorender mostra que

O tráfico mercantilista iniciado pelos portugueses introduziu um fator externo destrutivo que paralisou ou perverteu a evolução endógena dos povos negros. [...] Capturar prisioneiros para o tráfico tornou-se atividade prioritária de tribos primitivas de remotas regiões interioranas e de sólidos Estados litorâneos, como o Daomé, nascido do tráfico no século XVII e fundado no monopólio real do comércio de escravos (GORENDER, 2016a, p. 166).

2. 5 AS CONDIÇÕES DO TRÁFICO

Em alguns casos, sobretudo quando capturados em áreas distantes da faixa costeira, no interior do continente, os cativos precisavam percorrer longas distâncias para chegar até os entrepostos nas costas africanas. Tinham de caminhar por várias semanas, muitas vezes

descalços, percursos durante os quais machucavam-se, eram sempre vigiados e castigados, e sofriam por causa da insuficiência de água e alimentos (MAESTRI, 2012, p. 44). O africano Baquaqua, escravizado no Brasil em 1845, morador de Zoogoo, no Benin atual, no livro *Biography of Mohammah G. Baquaqua, a native of Zoogoo, in the interior of Africa*, relata que, após ter sido sequestrado, passou dezenas de dias caminhando, atravessando matas, rios, em meio a animais perigosos, parando em diversas aldeias, onde foi vendido a diversos compradores sucessivos, antes de chegar no reino de Dahomey, na cidade de Ouidah, que, segundo o seu relato, era uma grande cidade, com casas construídas diferentemente de todas aquelas que ele tinha visto até então. De lá foi embarcado para o Brasil (BAQUAQUA, 1854, p. 52 *et seq.*).

Quando estávamos prontos para ir para o exterior, nós fomos acorrentados juntos, e amarrados com cordas ao redor dos nossos pescoços, e fomos assim arrastados para a costa do mar. O navio estava a certa distância. Eu nunca tinha visto um navio antes, e a ideia que tinha dele é que era um objeto de adoração do homem branco. Eu imaginei que seríamos todos massacrados, e que estávamos sendo levados para lá para esse propósito. Eu fiquei alarmado por minha segurança, e a impotência tinha quase tomado conta de mim (BAQUAQUA, 1854, p. 63, tradução nossa).

Ainda antes de embarcar, aqueles seres, jovens na sua maioria, perdiam suas identidades, e isso era um prenúncio do que estava por vir: eram marcados a ferro quente, e, ainda nos portos lusitanos na África, eram batizados e recebiam nomes cristãos. Na costa africana, ficavam alojados em feitorias, construções rústicas dirigidas por um europeu ou mestiço, nas quais permaneciam até que se alcançasse o número suficiente de pessoas para embarcar (MAESTRI, 2012). Por vezes, a espera durava dias e até meses. Enquanto isso, os cativos, provenientes de uma mesma região ou de regiões próximas, estavam em contato uns com os outros e possivelmente se comunicavam de alguma forma, mesmo que suas línguas não fossem sempre intercompreensíveis entre si. Bonvini (2014, p. 31, 32) considera que uma tal organização do tráfico criou as condições para a emergência de uma nova situação linguística, como veremos no ponto seguinte.

As longas viagens desafiavam a resistência dos cativos, que ficavam acorrentados e empilhados nos porões dos navios, capazes de transportar de cem a quatrocentos cativos (MAESTRI, 2012, p. 61). Baquaqua afirma que

Quando um navio negreiro chegava [ao Brasil], as novas se espalhavam como fogo, e desciam todos aqueles interessados na chegada da embarcação, com sua carga de mercadoria humana, aqueles que selecionavam do estoque os [cativos] mais adequados para seus diferentes propósitos, e compravam os escravos precisamente do

mesmo modo como bois ou cavalos seriam comprados em um mercado. (BAQUAQUA, 1854, p. 68, tradução nossa).

As vendas aconteciam sobretudo nas cidades, onde os africanos eram reunidos e avaliados pelos interessados em comprá-los. No relato, Baquaqua afirma que, ao chegar, permaneceu em uma feira de escravizados por um ou dois dias antes de ser novamente vendido a um negociante de escravos na cidade de Recife, que o vendeu novamente a “um homem do campo, que era padeiro e residia não muito longe de Pernambuco” (BAQUAQUA, 1854, p. 68, tradução nossa). Em outro momento, quando ia ser vendido pelo padeiro, seu último dono, foi levado à cidade: “Depois de toda essa crueldade, ele me levou para a cidade e vendeu-me a um negociante” (BAQUAQUA, 1854, p. 72, tradução nossa).

Os compradores poderiam levar poucos ou muitos africanos para escravizar. Possuir escravizados dava status, como comprova a vivência de Baquaqua:

Tinha um homem de cor lá, que queria me comprar, mas por uma ou outra razão, ele não terminou a compra. Eu meramente menciono esse fato para mostrar que a posse de escravos se origina do poder e qualquer um que dispõe dos meios para comprar seu semelhante com o vil metal pode se tornar um senhor de escravos, não importa sua cor, sua crença ou sua nacionalidade, e o homem negro escravizaria seus semelhantes tão prontamente quanto o homem branco, se ele tivesse o poder. (BAQUAQUA, 1854, p. 73, tradução nossa).

Outro fato interessante a destacar é que, embora a maioria dos trabalhadores escravizados pertencesse a ricos fazendeiros, muitas pessoas “pobres” viviam do trabalho de um ou mais cativos (CONRAD, 1975, p. 13). A preferência dos compradores, especialmente dos que tinham muitos cativos, era que os escravizados falassem línguas diferentes, para evitar que se comunicassem entre si e juntos combinassem uma fuga ou rebelião.

2.6 OS CICLOS PRODUTIVOS DA ECONOMIA ESCRAVISTA BRASILEIRA

Num primeiro momento, entre os séculos XVI e XVII, o açúcar dominou a economia e Salvador foi a cidade mais importante da colônia portuguesa. No século XVII, a produção açucareira entrou em crise, quando os holandeses, expulsos de Pernambuco, em 1654, instalaram-se no Caribe e desenvolveram ali uma importante produção de açúcar, que prejudicou fortemente a agromanufatura açucareira brasileira, sem no entanto a fazer desaparecer. Como haviam feito, em vão, no momento de sua chegada, os portugueses e luso-brasileiros voltaram a procurar metais preciosos (MAESTRI, 2012, p. 92).

No fim do século XVII, foram descobertas as Minas Gerais, cuja exploração, que alcançou lucros incontáveis, fez com que se intensificasse o tráfico africano, “propiciando à Coroa grossa receita de impostos” (GORENDER, 2016a, p. 476). Em *O Escravismo Colonial*, Gorender mostra que “a mineração induziu uma concentração de mão de obra servil de dimensões até então desconhecidas no Brasil”, já que os “escravos eram necessários não só aos trabalhos de extração do ouro, mas também ao transporte de cargas” e que, nos primeiros tempos, “os caminhos não permitiam a passagem de animais e as cargas subiam as montanhas no lombo de índios e negros” e mesmo “depois de intensificado o uso de equinos e sobretudo muares, continuou o emprego de escravos no transporte de mercadorias frágeis trazidas dos portos marítimos até o planalto mineiro” (GORENDER, 2016a, p. 476). Durante o ciclo da mineração, que durou três quartos de século, mais ou menos, toda a população da colônia aumentou também rapidamente, já que a corrida ao ouro provocou um maior afluxo de imigração portuguesa e uma fortíssima intensificação do tráfico.

A partir da metade do século XVIII, o café foi um dos produtos que mais movimentou a economia colonial, sendo exportado para diversos países da Europa. As plantações encontravam-se sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e Minas Gerais, e juntas reuniam um grande número de escravizados. As condições de vida nas fazendas de café eram muito duras, os africanos e descendentes escravizados acordavam muito cedo e trabalhavam continuamente por 13 horas, às vezes até 18 horas (MAESTRI, 2002).

O Rio Grande do Sul, ao contrário do que se pensa, também foi uma província fortemente escravista. E “será a charqueada, na última vintena do século XVIII, a responsável pela estruturação de um sólido regime social de produção escravista no Rio Grande do Sul” (MAESTRI, 1984, p. 54). Foram as charqueadas que mais “consumiram” trabalhadores escravizados e possibilitaram pela primeira vez “os meios necessários para uma introdução significativa de ‘escravos novos’ em nossos territórios” (MAESTRI, 1984, p. 54). Eram espalhadas por muitos lugares, Maestri (1984, p. 59) explica que “a localização e a identificação exata das inúmeras charqueadas do ciclo escravista é impossível”, e acrescenta que elas se localizam sobretudo em “trechos navegáveis dos principais tributários das lagoas de nosso litoral”, tendo em vista o único eixo possível de transporte.

No início do século XIX, após a independência, o escravismo continuava a ser a instituição mais característica da sociedade brasileira, dominado naquele então pela produção do café, cuja exportação aumentou em quase quatrocentos por cento de 1826 a 1829. Posteriormente a esse período, a produção de café continuou a aumentar e com ela a importação de africanos, mesmo que, a partir de 1830, essa prática fosse considerada ilegal. Com o fim

definitivo do tráfico, em 1850, aumentou o tráfico interno de escravizados para as regiões produtoras de café (CONRAD, 1975, p. 5).

2.7 A RESISTÊNCIA DOS CATIVOS AO CATIVEIRO

Por todo o país, os trabalhadores africanos escravizados e seus descendentes desempenhavam as mais diversas atividades de produção, nos campos e nas cidades.

O caráter “pacífico” do sistema escravista é arraigado graças à historiografia brasileira, frisa Freitas (1977, p. 9), que marginaliza o fato de que “enquanto houve escravidão no Brasil, os escravos se revoltaram e marcaram a sua revolta em protestos armados”. Havia outras formas de resistência do trabalhador escravizado, como a resistência ao trabalho, apropriação de bens de produção e do escravista, o suicídio, a fuga, as insurreições, a formação de quilombos (MAESTRI, 2012, p. 110).

Com raríssimo apoio de camadas sociais mais elevadas, os trabalhadores africanos e, a essas alturas, brasileiros escravizados, estavam na luta praticamente sós contra todo o sistema e todos aqueles que o apoiavam. Para Maestri (1984, p. 141), “A insurreição escrava, ou seja, o plano conspiratório de 20 ou mais escravos para alcançar a liberdade, na maioria das vezes, abortava antes da sua realização”, por causa das fortes repressões dos senhores.

Os quilombos, que na língua quimbundo significa acampamento, eram inicialmente denominados *mukambu*, que em quimbundo significa telhado de palha. Eles existiram desde o início da escravidão e eram compostos por trabalhadores africanos escapados ou libertos, que se refugiavam em lugares de difícil acesso. O quilombo, criação genuína de escravizados, constituía uma forma de luta contra a escravidão, era realmente uma sociedade organizada economicamente, politicamente e socialmente, sempre à margem da sociedade colonial escravista (FREITAS, 1977, p. 73).

Nos quilombos havia uma nova organização social: os quilombolas viviam de atividades como policultura, artesanato, trocas comerciais; viviam de uma economia de subsistência; viviam com suas mulheres e filhos, tinham leis e praticavam cultos. Era comum que organizassem buscas a engenhos e plantações para libertar mais escravizados e também para conseguir armas e munições. O problema que tinham sempre em vista era a luta e a resistência contra a escravidão (FREITAS, 1977, p. 73).

Essa organização dos trabalhadores africanos e descendentes escravizados para lutar contra a escravidão era numerosa e esteve presente em diversos lugares pelo Brasil, como Sergipe, Salvador, Jaguaripe, Maragogipe, Muritiba, Tocantins, Maranhão, Pernambuco, Pará

(FREITAS, 1977), Rio de Janeiro, Pelotas, Porto Alegre (MAESTRI, 1984), para citar alguns. O quilombo mais conhecido e um dos maiores é o de Palmares, localizado na capitania de Pernambuco.

Além dos quilombos, havia outras formas de libertação. Uma dessas formas eram os cultos religiosos afro-brasileiros, uma libertação simbólica. Segundo Freitas (1977, p. 91), os cultos eram tolerados e reprimidos. O mesmo acontecia com a música, uma das poucas coisas que eram permitidos fazer, reproduzida durante o trabalho, e através da qual é possível encontrar vestígios da rara voz dos cativos africanos.

2.8 A RESISTÊNCIA DA ELITE BRASILEIRA AO FIM DA ESCRAVIDÃO

As elites coloniais lutaram com unhas e dentes contra o fim da escravidão. Em meados do século XIX, o preço dos escravizados subira muito, em razão do fim do tráfico transatlântico. Os valores se equiparavam aos bens que haviam nas fazendas, muitas vezes superando-os. Os escravistas eram muito dependentes do sistema, argumentavam que os escravizados eram importantes para a economia, porque praticamente só eles trabalhavam, por isso, qualquer ameaça ao sistema gerava uma grande revolta por parte dos fazendeiros (CONRAD, 1975, p. 25).

A ideia da necessidade do escravismo estava tão enraizada, que os senhores não tinham interesse em substituir os trabalhadores escravizados por máquinas, conservavam os trabalhos agrícolas primitivos. Os fazendeiros estavam afeitos a serem servidos por escravizados e a mandá-los com poder absoluto, tinham um relacionamento cômodo, que não queriam abandonar. “A escravatura penetrava a vida brasileira, encontrando seu caminho até na imprensa de um modo cotidiano na forma de anúncios classificados para a venda e aluguel de escravos ou para a captura de fugitivos” (CONRAD, 1975, p. 16, 17).

Para Conrad (1975, p. 25), a resistência em abandonar o sistema residia na importância social e econômica da instituição, além de que “A conservação da escravatura também estava intimamente relacionada com a sobrevivência de atitudes tradicionais que mantinham e protegiam a maioria dos costumes e instituições que o Brasil herdara do passado colonial”.

A relutância em abandonar o sistema escravista e todas as justificativas da sua necessidade são visões de mundo que foram expressas pelas representações dominantes. Além disso, “As representações sobre a escravidão, determinadas pelas relações de produção dominantes, originavam narrativas sobre os explorados, necessariamente contraditórias e, portanto, polifônicas” (CARBONI; MAESTRI, 2016, p. 180), como veremos no capítulo 4.

No início do século XIX, a Grã-Bretanha estava decidida em interferir nas nações que fossem necessárias para a eliminação do tráfico internacional de escravizados. Somente uma grande pressão internacional como essa foi capaz de levar o tráfico ao fim em 1851 e 1852. Os diversos acordos não cumpridos ainda em 1810 e 1826 – nos quais o Brasil se comprometeria em garantir a liberdade de africanos livres – resultaram num súbito aumento de importação de escravizados, através de um contrabando que atingiu uma enorme proporção (CONRAD, 1975, p. 30, 31).

Somente o tráfico garantia a reposição de escravizados, uma vez que não eram capazes de manter seu grande número através da reprodução natural por diversas condições e políticas que os levavam à morte (CONRAD, 1975, p. 35). Após o fim do tráfico, houve a circulação interna de escravizados: aqueles pertencentes a áreas que menos necessitavam de mão de obra foram deslocados para regiões de grandes plantações. Assim, os escravizados foram migrados das regiões do norte, oeste e extremo sul para plantações de café no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (CONRAD, 1975, p. XVII).

Nesse período, os movimentos abolicionistas do mundo ecoavam pelo Brasil, como o conflito militar nos Estados Unidos. Com isso, os escravizados nas senzalas começavam a agitar, para o terror dos senhores. Maestri (2002, p. 120) diz que “As transformações estruturais e a pressão pública internacional determinaram, no início dos anos de 1860, o nascimento das primeiras correntes de opinião antiescravistas” e a partir de 1870, as cidades brasileiras estavam num processo de desescravização, um sinônimo de modernização.

O apoio imperial resultou no fortalecimento do movimento emancipacionista, que contava com o apoio de outros grupos sociais. Segundo Maestri (2002), outros pequenos passos eram dados em direção à Abolição, como o decreto que não podia-se mais leiloar escravizados; o escravizado podia comprar sua liberdade; a Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre, dentre outras medidas.

2.9 O FIM DO ESCRAVISMO

Até 1860 não tinha existido qualquer organização antiescravista e qualquer jornal brasileiro que defendesse a abolição da escravatura, tão convencidos os brasileiros estavam da importância dessa instituição (CONRAD, 1975, p. 39). Um fato que dificultou a organização e influência do pensamento antiescravista antes desse período, segundo Conrad (1975, p. XVI), foi o grande índice de analfabetos: durante o Império, não houve uma educação popular efetiva, 86% dos brasileiros, inclusive escravizados, não sabiam ler ou escrever. Conseqüentemente,

“Esses analfabetos, na sua maioria, não tinham, sem dúvida, qualquer voz ou influência política e, assim, eram fracos candidatos às fileiras de um movimento de protesto que tivesse força”.

O grande índice de analfabetos entre a população livre e escravizada dificultou o registro escrito sobre as experiências e visões de mundo sobre a condição que viviam. A não ser pela obra *The biography of Mahommah G. Baquaqua: a native of Zoogoo, in the interior of Africa*, relato de um africano escravizado no Brasil e fugido aos Estados Unidos, onde publicou a obra em inglês, os registros aos quais temos acesso foram escritos por não escravizados, e portanto, apresentam visões de mundo dominantes.

O movimento emancipacionista, que exigia o fim da instituição escravista, surgiu com força em 1879 e continuaria a crescer nos anos seguintes. Já se verificava trabalho livre em algumas regiões nesta época. Tanto a região norte quanto a região sul, como tiveram seus escravizados deslocados para o sudeste e enfrentavam escassez de mão de obra, passavam pelo processo de desescravidão há algum tempo, acelerando o progresso da emancipação (CONRAD, 1975, p. 151). Por outro lado, a escravatura permanecia forte e havia mais resistência por parte dos fazendeiros sobretudo nas regiões do café.

Uma lei de outubro de 1886 proibia o castigo físico aos cativos em espaços públicos. A partir de 1879, diversas sociedades antiescravistas foram fundadas pelo Brasil, clubes e associações abolicionistas. A repressão seria cada vez menor e isso significava o fim do cativo (MAESTRI, 2002).

A ideia de pôr fim ao escravismo tomava conta dos deputados em 1887, tão agonizante a instituição escravista estava. Em 1886, as fugas das fazendas, que sempre aconteceram, intensificaram-se, criando uma crise nas províncias cafeicultoras. Com o fim da escravidão em São Paulo, poucos obstáculos restavam para a abolição total da escravatura (CONRAD, 1975).

Com o desfalque de trabalhadores, os fazendeiros foram arruinados, a nova solução seria contratar ex-escravizados e caboclos livres para trabalhar, oferecendo salários. Na visão de Freitas (1977, p. 104), o império passou a ser visto como o grande benfeitor dos escravos por ter abolido a escravatura, quando na verdade retardou a abolição o máximo possível, e as leis promulgadas ainda os deixavam, de alguma forma, prendidos ao escravismo. Tampouco foi o Império que libertou os trabalhadores africanos e brasileiros escravizados. Para Maestri (2012, p. 124), os trabalhadores escravizados abandonaram sucessivamente as fazendas, libertando-se e levando a instituição ao fim: em 1886, abolicionistas radicais promoveram uma fuga maciça das fazendas paulistas, “O plano teria falhado, mas os cativos começaram a escapar, a partir dos primeiros dias de 1887, individualmente ou em grupos numerosos, indo refugiar-se

principalmente nas cidades. Logo, o movimento assumiu um caráter multitudinário”. O autor acrescenta que o abandono das fazendas se estendeu ao Rio de Janeiro.

Em 7 de maio de 1888, um projeto de lei que abolia a escravidão tramitava para os partidos aprovarem. O ato sancionado em 13 de maio de 1888 declarava liberdade sem condições a centenas de milhares de escravizados, e levou uma grande alegria ao povo, que festejou durante dias (CONRAD, 1975, p. 332).

Desde 1808, houve um incentivo migratório que promoveu a vinda de famílias europeias, especialmente alemães, suíços, austríacos. Num primeiro momento, o objetivo não era substituir a mão de obra escrava, mas formar uma população livre de pequenos proprietários agrícolas para abastecer as grandes cidades com produtos que não eram cultivados pelos escravizados. No Segundo Reinado, o incentivo imigratório foi retomado, especialmente por alemães (1824) e italianos (1875), que se estabeleceram na região Sul. Imigraram por causa das dificuldades de viver bem nos seus países de origem, advindas de uma grande crise (MAESTRI, 2002). Na verdade, foi um investimento político, econômico e cultural do governo para branquear a população e modernizar. Convém, no entanto, lembrar que todos esses imigrantes também trouxeram aspectos culturais, ideológicos e suas línguas, que eram reproduzidas livremente em seus países e no Brasil também, diferentemente dos imigrantes forçados, os africanos escravizados.

A escravidão foi muito dura com os africanos e com seus descendentes, foi também extremamente limitadora. Os trabalhadores africanos escravizados não tinham direitos, eram prisioneiros do trabalho árduo, não podiam ser eles mesmos, tinham de ser ninguém. Por outro lado, ao tomar consciência do que estavam passando, resistiam. A tomada de consciência, feita sempre através da linguagem, e a resistência, levaram-lhes à libertação.

A partir do panorama da formação socioeconômica brasileira apresentado anteriormente, que abrange desde o período colonial até a abolição da escravatura, apresentamos, a seguir, elementos para compreender, de um modo geral, a história sociolinguística brasileira no período em questão, com ênfase em elementos para uma história das práticas languageiras da população escravizada e dos pobres livres e, de certa forma, do português popular brasileiro.

3. APONTAMENTOS PARA UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA

A contextualização histórica realizada no capítulo 2 evidencia a presença, no território do Brasil colonial e, a seguir, imperial, de povos diversos, falantes de línguas pertencentes a famílias linguísticas fortemente diferenciadas: comunidades tupi-guaranis, colonizadores portugueses e, em alguns momentos, holandeses e franceses e, durante cerca de trezentos anos, falantes de inúmeras línguas africanas, que chegaram sem cessar, vindos de diversas regiões daquele continente. Sem falar da imigração, a partir das últimas décadas do período estudado, de grandes contingentes de imigrantes europeus não portugueses e de asiáticos.

O cruzamento de povos etnicamente e linguisticamente diversos sempre aconteceu e continua acontecendo. Alguns linguistas afirmam que foi graças a miscigenações entre os primeiros seres humanos que a linguagem humana atingiu seu pleno desenvolvimento. (VOLOCHINOV, 2013, p. 139). A exceção é o monolinguismo, não o plurilinguismo:

o plurilinguismo e os contatos de línguas, tão relevantes para a reflexão sociolinguística (...), não são excepcionais nem marginais, mas amplamente majoritários e banais. As línguas são feitas para serem variáveis (...), os humanos têm a capacidade inata de serem plurilíngues (graças às suas capacidades cognitivas e à sua vida social) e contatos linguísticos estão operando fortemente em todo lugar, inclusive entre as “variedades” de uma mesma língua, em comunidades e em locutores que tendem ao monolinguismo⁵ (BLANCHET, 2003, p. 284, *apud* CARBONI *et al.*, 2017, 151).

Parece evidente que o plurilinguismo leva a fenômenos diversos em função do tipo de sociedade que lhe deu origem. No caso do Brasil, como vimos, os africanos, que, em alguns momentos da história, foram a maioria da população, estiveram presentes no território na qualidade exclusiva de trabalhadores e de prisioneiros, escravizados, vivendo em absoluta sujeição a outrem, sem praticamente nenhum direito civil, possibilidade de ter família, ter e educar filhos, frequentar escolas, falar suas línguas maternas nem aprender a se expressar plenamente na língua do país, etc. e cuja única função era realizar tarefas impostas pelos seus donos. Nesse capítulo, faremos considerações gerais e exploratórias sobre os possíveis efeitos da escravidão sobre as línguas de origem e as práticas languageiras dos trabalhadores escravizados africanos. Antes disso, diremos algumas palavras sobre os efeitos deletérios que a colonização portuguesa teve sobre os povos nativos e suas línguas.

5 Ibid., p. 284.

3.1 AS POPULAÇÕES NATIVAS E SUAS LÍNGUAS

Não há uma concordância entre os especialistas quanto ao número de línguas tupi-guarani faladas no território no momento da chegada dos portugueses às costas brasileiras: entre 360, segundo Aryon Rodrigues, e 1.500, segundo Antônio Houaiss (SILVA, 2004, p. 76). Essa disparidade deve-se talvez ao fato de existirem muitas variedades das mesmas línguas, que alguns observadores não familiarizados podem ter assimilado a línguas distintas (CARBONI *et al.*, 2017, p. 154).

Devido aos estudos dos primeiros historiógrafos, é possível saber que havia

certa homogeneidade cultural e linguística, ao longo de toda a costa e bacia do Paraná/Paraguai, em que predominaram grupos indígenas do tronco linguístico tupi, sobretudo da família tupi-guarani e, em vários pontos litorâneos, tupinambá e tupiniquim, grupos inimigos, mas de línguas tão semelhantes – ou variantes dialetais de uma mesma língua (SILVA, 2004, p. 76).

Já na parte interior do continente, predominavam línguas do tronco linguístico macro-jê (SILVA, 2004, p. 77).

Essa proximidade entre línguas do mesmo tronco linguístico faladas por nativos na costa levou os europeus à generalização de algumas dessas variedades, através da denominação *língua geral*. Segundo Maria Carlota Rosa (1992, p. 85), em documentos dos séculos XVI e XVII, o termo *língua geral* não designava uma língua de contato entre índios e não índios. Referia-se, “do mesmo modo que *língua brasileira* ou apenas *língua*”, à “língua nativa das tribos que ocupavam a quase totalidade da costa brasileira.” A autora ressalta que,

em virtude de ser majoritária, uma vez que era falada por '*algumas dez nações de índios*' espalhados pela costa e por '*uma grande corda do sertão*' e por não contar com uma denominação específica no século XVI, essa língua começaria a ser caracterizada pelo adjetivo *geral* e seria tomada por principal pelos portugueses, '*entre as muitas e várias nações de diferentes línguas que aqui habitavam*'. (ROSA, 1992, p. 85).

A respeito do plurilinguismo que caracterizou os primeiros tempos da história do Brasil colônia, a autora traz a informação de que, ainda no século XVI, os portugueses enviavam crianças órfãs e judias ao novo mundo para que elas aprendessem as línguas dos nativos. Rosa mostra que o viajante francês Jean de Léry relatou no seu livro *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, publicado em 1580, que o navio no qual ele viajara levava seis jovens meninos que iriam aprender as línguas dos “selvagens”, especificando o editor desse livro que as crianças haviam sido disseminadas nas aldeias tupis onde conviveram com outras crianças (ROSA, 1992,

p. 90), como medida para facilitar a comunicação com os nativos. Rosa fala também que, cem anos mais tarde, em 1694, Padre Vieira teria afirmado que, em São Paulo, famílias de portugueses e de índios “estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender à escola” (ROSA, 1992, p. 91).

Nesse ponto, é interessante lembrar que os jesuítas tiveram um importante papel no conhecimento que temos hoje das línguas indígenas faladas na época. Faziam parte do programa da catequese aprender a ter domínio das línguas locais (SILVA, 2004, p. 77), mais especificamente, da língua geral ou brasílica. E não custa lembrar que o padre José de Anchieta descreveu essa língua na *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*, publicada em 1595, que serviu como base para outros jesuítas e para os colonizadores que buscavam esse conhecimento (SILVA, 2004, p. 94).

Rodrigues (2002, p. 19), grande estudioso brasileiro de línguas indígenas, aponta como prováveis causas da redução das línguas nativas ainda no período colonial, por um lado, o desaparecimento dos povos indígenas como consequência do escravismo, em virtude de novas doenças trazidas pelos europeus e pela redução dos seus territórios, com consequente redução do plantio, e, por outro, sua inserção na cultura do colonizador.

3.2 AS LÍNGUAS DE ORIGEM DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO BRASIL

Se a realidade sociolinguística dos nativos era complexa, ainda mais complexa foi a dos trabalhadores africanos escravizados. Como visto no capítulo 2, os africanos capturados o foram em diversas regiões da África, pertencentes a espaços bem diversificados do ponto de vista geográfico, étnico, cultural e linguístico. A África, como vimos, é um extenso continente, que, já no momento da chegada dos portugueses no século XV, abrigava um grande número de línguas, mais de 2.000, segundo Maragarida Petter (2015, p. 193). Como veremos, seus habitantes, historicamente, foram acostumados a lidar com situações comunicativas plurilíngues.

Segundo Margarida Petter (2015), os registros referentes ao tráfico podem dar indicações sobre as línguas africanas que foram transplantadas ao Brasil. O tráfico atingiu sobretudo regiões africanas como as atuais Guiné Bissau, Gana, Togo, Benim, no Golfo da Guiné; República do Congo, Angola, Benguela, na África central e Moçambique, na costa oriental da África austral. Quanto às línguas faladas nesses lugares, elas pertencem a duas grandes áreas linguísticas: a oeste africana, com línguas muito diversificadas, e a área austral,

na qual são faladas sobretudo línguas do subgrupo banto. Este último foi e é o grupo com menor número de línguas sendo faladas pelo maior número de pessoas (PETTER, 2015, p. 222). Bonvini (2014, p. 30,31), grande pesquisador sobre o assunto, lista mais pontualmente as seguintes línguas que provavelmente foram faladas no Brasil:

a) Da área oeste africana:

- Tronco **nigero-congolês**, famílias:

- **atlântica**: *fula, uólofe, manjaco, balanta*;
- **mandê** (sobretudo, o mandinga);
- **bambara, maninca, diúla**;
- **gur**: subfamília *gurúnsi*;
- **cua** (subgrupo gbe): *eve, fon, gen, aja* (designadas pelo termo *jeje* no Brasil);
- **ijóide**: *ijó*;
- **benuê-congolesa**:

defóide: falares *iorubás*, designados no Brasil pelo termo *nagô-queto*;

edóide: *edo*;

nupóide: *nupe (tapa)*;

ibóide: *ibo*;

cross-River: *efique, ibíbio*;

- Tronco **afro-asiático**: **chádica**: *hauçá*;

- Tronco **nilo-saariano**: **saariana**: *canúri*.

b) Da área austral (línguas classificadas diferentemente das apresentadas no item anterior. Guthrie⁶ (1948 *apud* PETTER, 2015, p. 60) as identificou por meio de uma letra e um número, sendo, por exemplo, A uma zona, A70 é um grupo e A71 é uma língua pertencente a um grupo dialetal. Essa classificação serviu de referência para as línguas bantas):

- Tronco **nigero-congolês**, família **benue-congolesa**, subgrupo **banto**:

6 GUTHRIE, M. *The classification of Bantu languages*. London: International African Institute, 1948.

- *H. 10 congo (quicongo): quissolongo, quissicongo (quissangala), quizombo, quissundi* (falada pelos bacongos, numa zona correspondente ao antigo reino do Congo) e *quivili, iuoio (fiote), quiombe* (faladas em Cabinda e em Loango);
- *H. 20 quimbundo* (falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo), *quissama, quindongo*;
- *H. 30 iaca-holo: iaca, imbangala, chinji*;
- *K. 10 chôcue: uchôcue, ochinganguela, chilucazi, luena (luvale)*;
- *L. 30 luba: chiluba-cassai (lulua)*;
- *L. 50 lunda: chilunda, urunda*;
- *P. 30 macua: omacua*;
- *R. 10 umbundo* (falado pelos ovimbundos na região de Benguela, em Angola): *umbundo, olunianeca*;
- *R. 20 cuaniama, indonga: ochicuaniam, cuambi*;
- *R. 30 herero: ochiherero*.

A etnolinguista Yeda Pessoa de Castro, doutora em línguas africanas pela Universidade Nacional do Zaire, apresenta um quadro um pouco diferente “de línguas subsaarianas documentadas no Brasil durante o período da escravidão, de acordo com a classificação proposta por Joseph Greenberg, em 1966” (CASTRO, 2009, p. 179).

Quadro 1 – Línguas subsaarianas documentadas no Brasil

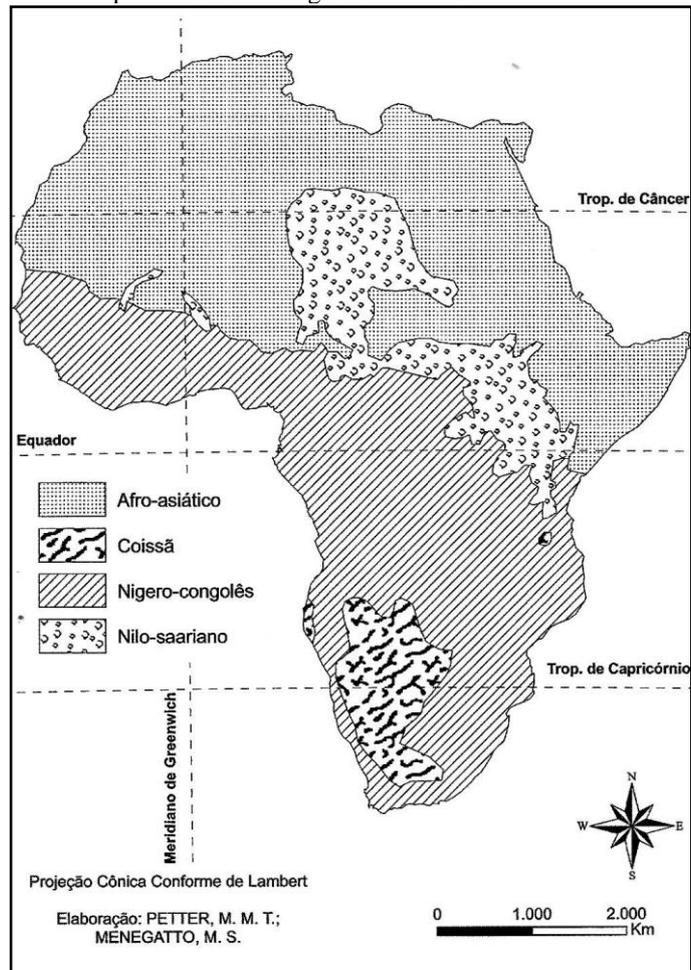
| Família | Grupo linguístico | Língua | Século de registro | Localização | |
|---------------|---------------------|--------------|----------------------|--|--|
| Níger-congo | Banto | Congo-Angola | XVII ao XIX | Salvador (Bahia) | |
| | Oeste-Africanas | KWA | Ewe-fon ou mina-jejê | XVIII | Zona de mineração – Minas Gerais |
| | | | Nagô-ioruba | XIX | Centro urbano – Salvador (Bahia) |
| | | | Tapa ou nupe | XIX | Centro urbano – Salvador (Bahia) - Minoritária |
| | Atlântico Ocidental | Fulani | XIX | Centro urbano – Salvador (Bahia) - Minoritária | |
| | Gur ou Voltaíco | Grunce | XIX | Centro urbano – Salvador (Bahia) - Minoritária | |
| Afro-asiática | Afro-asiático | Hauçá | XIX | Centro urbano – Salvador (Bahia) - Minoritária | |

Fonte: CASTRO, Yeda Pessoa de. O português do Brasil, uma intromissão nessa história. In: GALVES, C; GARMES, H.; ROSA RIBEIRO, F. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 179.

A diversidade de línguas do século XIX mostra que, por causa do anunciado fim do tráfico, os cativos foram importados de diversas partes da África. Vale notar que, apesar da diversidade de línguas, exceto o hauçá, de família afro-asiática, “podemos constatar que elas têm uma origem comum. Pertencem à única grande família linguística níger-congo. Portanto, são línguas aparentadas” (CASTRO, 2009, p. 179).

A seguir, o mapa mostra a distribuição geográfica dos troncos linguísticos predominantes na África apresentado e adaptado por Petter (2015, p. 52), que considera “a classificação atualmente aceita”.

Mapa 1 – Troncos linguísticos da África



Fonte: HEINE, B.; NURSE, D. *African languages: an introduction*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2000. *apud* PETTER, 2015, p. 52.

3.3 LÍNGUAS E HÁBITOS COMUNICACIONAIS TRANSPLANTADOS DA ÁFRICA PARA O BRASIL

Antes de iniciarmos as considerações sobre as possíveis consequências da escravidão sobre as línguas, práticas languageiras e hábitos comunicacionais dos cativos africanos no Brasil, consideramos importante lembrar que, nesse trabalho, adotamos uma visão volochinoviana da linguagem verbal, segundo a qual, ela é produzida pela atividade coletiva dos seres humanos e é nessa qualidade que ela organiza a atividade mental e estrutura a vida interior (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 122). Essa visão constitui o fio condutor para a compreensão do que possam ter sido, por um lado, as práticas languageiras e, por outro, a consciência dos trabalhadores escravizados, em função dos diversos aspectos de sua vida enquanto trabalhadores escravizados no Brasil, que procuramos apresentar no capítulo 2.

Como vimos, também no capítulo 2, além da(s) língua(s), as diversas formas de organização social na África diferiam muito das que dominavam no Brasil, em relação a inúmeros aspectos. Tais divergências, no entanto, existem em qualquer situação de emigração/imigração, sem necessariamente constituir entraves à adaptação e integração dos povos envolvidos. Não é o caso da imigração de pessoas mantidas no cativeiro, cuja única função passa a ser o trabalho forçado. Nesse caso, a integração social e linguística é necessariamente prejudicada e até mesmo, fortemente improvável.

Costuma-se insistir no fato de que as línguas africanas dos trabalhadores escravizados perderam completamente as funções sociais e os valores que tinham na África. “Para aqueles seres humanos, cada uma daquelas línguas dava lugar a determinadas representações e materializava-se em discursos externos e internos com os quais iam construindo-se suas consciências, enquanto parte da ideologia social” (CARBONI, 2009, p. 96), o que, no Brasil, nas condições dramáticas impostas pela escravidão e o trabalho forçado, não foi mais possível. Bonvini (2014, p. 33) também considera que as línguas africanas trazidas para o Brasil “trata[m]-se sempre de línguas desenraizadas de seu nicho ecológico, submetidas, além disso, ao perigo de diversas rupturas”. Porém, de novo, os fenômenos apenas citados acontecem em muitas situações de imigração, que se diferenciam da imigração de trabalhadores escravizados pelo fato, entre outros, de os escravizados não terem vindo acompanhados de suas famílias ou de conterrâneos, como acontece na maioria dos casos de imigração, com os quais pudessem continuar praticando sua língua ou suas línguas de origem. Por outro lado, os cativos, uma vez no Brasil, não tiveram a possibilidade de aprender plenamente a língua vernácula dos locais em que se encontravam, como acontece na imigração livre.

3.3.1 Os efeitos linguístico-linguageiros do tráfico negreiro

3.3.1.1 A entrada no Brasil de centenas de línguas africanas

O primeiro efeito linguístico do tráfico negreiro foi, evidentemente, a entrada no Brasil colônia e império de um número impressionante de falantes de línguas africanas, duzentas a trezentas, segundo a maioria dos especialistas. Em alguns momentos da história do Brasil, o número de africanos presentes no território era superior ao de portugueses e nativos. O historiador estadunidense Robert Conrad, que se dedicou ao estudo da escravidão brasileira, considera que o “número exato de escravos introduzidos no Brasil durante um período de mais de três séculos, jamais será conhecido” (CONRAD, 1975, p. 34), mas, segundo ele, certamente,

o tráfico foi grande e constante durante todo esse tempo, apesar das taxas de mortalidade durante as viagens, por terra, ainda na África, e, sobretudo por mar, alcançarem os 25%, nos primeiros anos do tráfico, declinarem progressivamente, atingindo uma média aproximada de 9% a 10% nos primeiros anos do século XIX (GORENDER, 2016a, p. 169-170).

Mesmo após o tráfico ter sido abolido, em 1830, com o tratado firmado pelo imperador Pedro II com a Inglaterra – uma abolição “para inglês ver” -, enormes quantidades de cativos continuaram sendo desembarcados ilegalmente nos portos brasileiros ou “eram trazidos para a terra firme em dezenas de pequenos portos, ancoradouros, enseadas, e mesmo em praias abertas, particularmente nas províncias de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, onde havia a maior demanda por escravos” (GORENDER, 2016a, p. 42). O relato do cativo fugido Baquaqua, capturado escravizado após a abolição do tráfico, fala de como foi a chegada a Pernambuco e é significativa a esse respeito:

Nós chegamos em Pernambuco, na América do Sul, de manhã cedo, e o navio ficou vagueando durante o dia sem ancorar. Durante todo aquele dia nós não comemos ou bebemos nada, e levaram-nos a entender que nós deveríamos permanecer perfeitamente em silêncio, e sem alarde, caso contrário nossas vidas estariam em perigo. Mas quando “a noite jogou seu manto na terra e no mar”, a âncora caiu e nos foi permitido ir ao convés para sermos vistos e analisados por nossos futuros donos, que tinham vindo para fora da cidade. Nós desembarcamos a algumas milhas da cidade, na casa de um fazendeiro, a qual era usada como um tipo de mercado de escravos. (BAQUAQUA, 1854, p. 76, tradução nossa).

A tentativa de estimativa do número de cativos africanos chegados em vida no Brasil realizada por Conrad no segundo capítulo de *Os Tumbeiros* (1975, p. 34-43), mostra números muito diferentes que vão de cerca de 3.500.000 a 8.000.000. Segundo o site “The Transatlantic Slave Trade Database”⁷, de 1501 a 1875, teriam embarcado para o Brasil 5.532.118 cativos africanos e teriam desembarcado em vida 4.864.373. Segundo o site do IBGE⁸, em 1600, viviam 100.000 pessoas no Brasil, entre eles 30.000 brancos e 70.000 negros, mestiços e índios. Para 1660, o site indica 74.000 brancos e índios livres e 110.000 escravos, sem mais especificações.

No livro *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, Robert Conrad apresenta as seguintes estimativas: em 1798, haveria 1.666.000 brancos, livres de cor e índios e 1.582.000 escravos mulatos e negros. Em 1817/18, esses números seriam, respectivamente, 1.887.900 e

7 VOYAGES. The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Análises do Tráfico de Escravos. Disponível em: < <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>>. Acesso em: 11 de jan. 2018.

8 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil 500 anos. Estatísticas de povoamento: evolução da população brasileira. Disponível em: < <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>>. Acesso em: 11 de jan. 2018.

1.887.900. Em 1874, isto é, mais de quarenta anos após o fim oficial do tráfico e 24 anos após seu fim efetivo, segundo Conrad, havia no Brasil 8.220.620 pessoas livres e 1.540.829 escravos mulatos e negros.

De todas as línguas africanas faladas no Brasil, apenas duas foram registradas através de documento escrito. O primeiro documento, que é do fim do século XVII e descreve o quimbundo, chama-se *A Arte da Lingoa de Angola, oferecida a Virgem Senhora N. Do Rosario, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Dias da Companhia de Jesu*, por Pedro Dias, escrito em Salvador e publicado em Lisboa. Segundo Bonvini (2014, p. 37, 38), essa é a primeira gramática sistemática do quimbundo, ela testemunha o emprego corrente e habitual de uma língua africana no século XVII no Brasil. Trata-se de uma língua em sua integralidade, muito próxima da que é falada atualmente em Angola. O segundo documento teve sua primeira versão em 1731 e sua segunda versão em 1741, pelo mesmo autor, versão conservada em Évora, e tem como título *Obra nova de Lingoa g.^{al} de mina, traduzida, ao nosso idioma por Antonio da Costa Peixoto, Naciognal do Rn.º de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do concelho de Filgr.^{as}*, de Antônio Costa Peixoto.

Este manual era destinado aos escravizadores e aos futuros donos de escravizados (BONVINI, 2014, p. 39). A língua mina “corresponderia a um falar veicular”, que se encontraria numa fase de pidginização, isto é, uma fase em que a língua estava submetida ao tríplice fenômeno de “adaptação”, de “simplificação”, e de “redução” (BONVINI, 2014, p. 45).

Petter considera a língua geral de mina uma “variedade veicular tipologicamente próxima das línguas africanas” da costa do Benim; e que seu surgimento se explica

pela economia da comunicação, pela necessidade de ultrapassar o esfacelamento desses diversos falares muito próximos tipologicamente da língua africana utilizada nas minas, no século XVIII. Esse texto, só publicado em 1945, em Lisboa, é o documento mais importante e ‘precioso’ sobre as línguas africanas no Brasil, porque testemunha a existência de uma língua veicular africana designada Língua Geral, provavelmente em referência à língua geral indígena (PETTER, 2015, p. 228).

Vemos, assim, que desde o início da escravidão colonial até 1731, apenas duas obras acerca de línguas africanas foram produzidas no Brasil. Para Petter, no século XX, não há nenhum documento que registre o uso de línguas africanas no Brasil, o que, segundo ela, não significa que não fossem faladas. Hoje, a contribuição das línguas africanas no vernáculo brasileiro se revela sutilmente em modos de falar, não como línguas plenas, mas revelam traços (PETTER, 2015, p. 232.).

O que aconteceu com essas línguas e as outras línguas nativas desses cativos africanos? Segundo Faraco (2016, p. 143), “Nenhuma dessas línguas sobreviveu [salvo alguns resquícios em celebrações litúrgicas das religiões afro-brasileiras e num léxico de origem africana, corrente como uma espécie de 'língua secreta', em algumas poucas comunidades negras rurais isoladas].”

Terminaremos essa seção com as palavras da linguista Yeda Pessoa de Castro, que inicia o artigo *O português do Brasil, uma intromissão nessa história* (2009, p. 176) com a seguinte constatação:

O que aconteceu com as línguas negro-africanas que foram faladas no Brasil durante o período da escravidão no país? Por que elas deixaram de ser faladas como línguas plenas no Brasil, se por três séculos consecutivos seus falantes foram numericamente superiores ao contingente de falantes portugueses na colônia sul-americana? Essas são perguntas intrigantes que, no entanto, com raríssimas exceções, ainda não foram, entre linguistas e filólogos, objeto de reflexão cientificamente isenta, ou seja, desprovida de ufanismos literários de superioridade da língua portuguesa e de orientação metodológica de visão etnocêntrica, a partir desses mesmos princípios academicistas.

3.3.1.2 O tráfico negreiro e sua “língua geral”⁹

Alencastro (2009, p. 20) mostra que em meados do século XVI, no início do tráfico negreiro, “começou a se formar uma cultura escravista comum no Atlântico Sul”, cujo primeiro centro foi a ilha de São Tomé, onde os portugueses desenvolveram a primeira adaptação de cultura da cana e da produção de açúcar em grande escala, antes de transplantá-la para o Brasil. E essa “ilha transformou-se também numa plataforma de embarque de escravos para as Américas. Gente escravizada vinda do golfo da Guiné e do Congo”. Segundo esse autor, “os primeiros escravos africanos chegados ao Brasil, ao Nordeste, vinham precisamente de São Tomé como mão de obra especializada, já treinada na cultura da cana e na produção de açúcar.” E esses cativos, que eram originários do Golfo da Guiné e de Angola, falavam, segundo Alencastro, uma língua luso-africana, “a língua de São Tomé”, que “constituiu o primeiro substrato linguístico do Arquipélago do Capricórnio”. Alencastro considera igualmente que, além de ser falado na ilha de São Tomé, “o português era língua franca em boa parte da costa ocidental e oriental africana, como também língua veicular interétnica no reino Congo e em

9 Expressão usada por Antônio Houaiss, no livro *O português no Brasil*.

Angola, sendo utilizado em todos os documentos oficiais e comerciais em ambas as regiões” (ALENCASTRO 2009, p. 23-24).

Quando a necessidade de mão de obra escravizada aumentou, os portugueses construíram fortalezas, como as de Arguim e de São Jorge da Mina, a fim de proteger o complexo sistema de tráfico que se instituiu nas costas da África, com cidades portuárias (São Paulo de Luanda, São Felipe de Benguela, etc.), feitorias fortificadas e até mesmo presídios militares no interior “que balizavam os caminhos das caravanas de escravos e serviam de depósito intermediário” (GORENDER, 2016a, p. 166). Havia também agentes, chamados *pumbeiros* – negros livres ou escravos de confiança – que escambavam escravos com as tribos do interior (GORENDER, 2016a, p. 167). Nessas feitorias, presídios, etc., “muitos escravos aguardavam durante meses [...], convivendo ali seja com feitores que usavam a língua portuguesa (certamente numa forma simplificada) na interação com a massa cativa multilíngue, seja com escravos que tinham já algum conhecimento do português” (FARACO, 2016, p. 145). Os próprios *pumbeiros* que levavam os cativos do interior para a costa já deviam ter conhecimentos de português. Observemos o mapa, que evidencia as regiões das quais os cativos eram embarcados.

Mapa 2 – Regiões costeiras de onde os trabalhadores africanos escravizados eram levados para partir da África



Fonte: VOYAGES. Mapas introdutórios. David Eltis e David Richardson. Atlas of the Transatlantic Slave Trade. Disponível em: < <http://www.slavevoyages.org/assessment/intro-maps>>. Acesso em: 11 de jan. 2018.

Baquaqua, nas suas memórias, afirma que “alguns dos escravos a bordo podiam falar português. Eles moravam na costa com famílias portuguesas e eles costumavam interpretar para nós” (BAQUAQUA, 1854, p. 68, tradução nossa). De fato, há notícias de que, nos navios negreiros, havia intérpretes, africanos escravizados que já dominavam o português e que faziam a ligação entre os capitães e os cativos (FARACO, 2016, p. 145). Para Faraco (2016, p. 145), situações como essas favoreciam a adoção do português como língua franca pelos escravizados, mesmo que de forma mais simples, precária.

Enfim, um último efeito do comércio de cativos foi o fato de que os compradores finais preferiam africanos de origem étnico-linguística diferente. Esse princípio supostamente diminuía as possibilidades dos trabalhadores escravizados se comunicarem e eventualmente organizarem atos coletivos de resistência à escravidão. Castro apresenta, no entanto, um

importante argumento mostrando que essa estratégia foi ineficaz em impedir rebeliões, que “não deixaram de eclodir em todos os tempos e em diversos sítios”, porque se baseava em uma visão equivocada da realidade linguística africana e, em particular, no desconhecimento de que os africanos tendiam a ser plurilíngues, “em razão, entre outras coisas, do comércio mantido entre eles e dos casamentos exogâmicos” (CASTRO, 2009, p. 180). Mesmo equivocada, essa estratégia existiu e tendeu a diminuir as possibilidades para os cativos de poderem falar línguas conhecidas e manter um mínimo de relações sociais.

3.3.2 Possíveis consequências da escravidão sobre as práticas linguageiras dos escravizados

Em diversos momentos do século XX, intelectuais brasileiros tenderam a minimizar a crueldade e os efeitos sociais e psicológicos do escravismo. Um dos casos emblemáticos é Gilberto Freyre que, nos anos 1930, falava de um escravismo patriarcal, benigno e consensual (GORENDER, 2016b, p. 10), visão que seria retomada, nos anos 1970, por Kátia M. de Queirós Mattoso, com o livro *Ser escravo no Brasil*¹⁰ (apud GORENDER, 2016b, p. 31). Como já foi dito, acreditamos que qualquer dos sistemas escravistas coloniais tais como os conhecemos nas Américas diminuiu fortemente as possibilidades de adaptação e integração social, cultural e linguística dos trabalhadores escravizados. No caso do Brasil, que importou o maior número de cativos e último país a abolir essa instituição,

se os escravos fossem geralmente bem tratados e os negros mais respeitosos e melhor ajustados, como têm dito gerações de conhecidos historiadores como Gilberto Freyre, João Ribeiro e outros, se o casamento e a família tivessem realmente sido encorajados, se a escravidão brasileira tivesse realmente resultado na “reabilitação” dos escravos e em uma melhora da sua situação, dificilmente teria sido necessária sua importação maciça e constante para o Brasil por mais de três séculos (CONRAD, 1975, p. 17).

No Brasil, as estatísticas comprovam que, contrariamente a outras colônias americanas, não era prevista a auto-reprodução da população escravizada,

1. porque, em geral, a importação era de homens, e mui poucas mulheres; o que se queria principalmente eram braços para o trabalho, e não famílias; 2. Porque não se promoviam casamentos; a família não existia para os escravos; 3. Porque pouco ou nada se cuidava dos filhos; 4. Porque as enfermidades, o mau trato, o serviço e trabalho

10 MATTOSO, Kátia M de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

excessivo inutilizavam, esgotavam, e matavam dentro em pouco grande número.¹¹ (MALHEIRO, 1944 *apud* CONRAD, 1975, p. 17).

Se a linguagem verbal, na visão volochinoviana que adotamos nesse trabalho, é uma “espécie de superestrutura das condições socio-econômicas” (VOLOCHÍNOV, 2010, p. 539), se ela é produto da vida social, é claro que condições de vida material como essas que acabamos de mencionar, que prejudicavam enormemente as possíveis relações sociais dos escravizados, prejudicaram também o desenvolvimento pleno de sua linguagem. Por outro lado, sempre segundo Volochínov, é através da linguagem verbal que os seres humanos formam sua consciência, individual e social e é através dessa última e da própria linguagem que podemos agir sobre o mundo, sobre os outros, de modo a eventualmente melhorar nossa própria vida. Todos esses aspectos, tão essenciais à vida individual e em sociedade, foram prejudicados pela escravidão tal como se deu no Brasil, levando os cativos, sobretudo os que tinham as oportunidades de comunicação reduzidas, à alienação da consciência.

Por exemplo, as esferas socio-comunicacionais nas quais os cativos praticavam a linguagem eram, na maioria dos casos, restritas ao trabalho e a algum raro e curto momento de lazer e eventualmente de culto. Carboni (2009, p. 96) explica que certas formas de produção, sobretudo no meio urbano, podem ter favorecido as relações sociais, proporcionando melhores oportunidades de congregação com outros cativos ou libertos que praticassem as mesmas línguas africanas ou mesmas línguas gerais. Basta lembrar de Baquaqua, que realizava vendas para seu escravizador, situação em que também o contato com o português seria prolongado, e só desempenhava essa função quem tivesse um bom domínio da língua.

Mesmo assim, diversos fatores podiam facilitar ou dificultar essa aprendizagem ou, eventualmente, o uso de alguma língua africana para a comunicação com outros cativos. A extração social dos cativos na África foi certamente um desses fatores. Por exemplo, Mahommah Baquaqua, que pertencia a uma família relativamente bem estruturada e tinha tido um certo estudo, fala, nas suas memórias, da relativa facilidade com a qual aprendeu a falar português, ao ponto de melhorar relativamente sua situação.

Na minha passagem no navio de escravos, eu reuni um pouco de conhecimento da língua portuguesa, pelos homens que mencionei anteriormente, e como meu senhor era um português, eu podia compreender muito bem o que ele queria, e podia deixar claro que eu faria tudo o que ele precisasse contanto que fosse capaz de fazer, o que aparentemente deixou ele muito satisfeito [...] Eu logo aperfeiçoei meu conhecimento da língua portuguesa enquanto estava lá, e era capaz de contar até cem. Então, eu fui enviado para

11 MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. 2. ed. São Paulo, 1944.

vender pão para o meu senhor, primeiro pude ir pela cidade, e depois pelo interior, e à noite, depois de voltar novamente para casa, vendia numa venda até às nove da noite. Sendo honesto e perseverante, eu geralmente vendia tudo, mas às vezes as vendas não eram tão bem sucedidas, e então me restava o chicote (BAQUAQUA, 1854, p. 68-70, tradução nossa).

Ao trabalhar na casa-grande, os cativos e as cativas tinham mais contato com o português e com situações de fala mais variadas, o que lhes dava a possibilidade de desenvolver uma expressão verbal mais plena, com um vocabulário um pouco mais rico, adquirindo até mesmo regras pragmáticas do uso da língua, mesmo que mantivessem características fonológicas e sintáticas das línguas africanas. A esse propósito, lembramos que Gilberto Freyre, no seu *Sobrados e mucambos*, lamenta o fato das mucamas corromperem a língua falada pelos filhos da casa-grande: “muitas senhoras, verdadeiras negras no falar, 'comendo os [r] e os [s] no fim das palavras, trocando os [r] pelos [l]; dizendo *fazê, mandá, comê*, dizendo *cuié e muié*; outras ainda trocando o [lh] por [l], dizendo *coler e muler*'” (FREYRE, 2004, p. 189). Era também comum que os filhos de cativos africanos brincassem com os filhos dos escravizadores.

Quanto às “senzalas plurilíngues de muitas unidades produtivas escravistas, inúmeros fenômenos linguísticos podem ter surgido: convergência e coineização entre línguas africanas e afins, enfraquecimento de alguns falares e fortalecimento de outros” e até mesmo o surgimento de línguas gerais (CARBONI, 2009, p. 97). Mas, certamente, durante as longas jornadas de trabalho nas plantações, os cativos tinham contato o português aproximativo falado pelo capataz, geralmente limitado a expressões usuais de mandar e desmandar ou relacionadas a campos semânticos específicos a cada tipo de trabalho, seus instrumentos, suas metas a cumprir, etc.

Nas esferas sócio-comunicativas restritas aos escravizados, a prática linguageira parece ter se dado com maior frequência através do canto, sobretudo na esfera do trabalho. No capítulo seguinte, a análise do ensaio de Silvio Romero mostra a referência ao fato da poesia popular poder ser observada através do povo no seu trabalho.

A nomenclatura utilizada para se referir aos trabalhadores escravizados, que tinham como critério seu conhecimento do português, aponta para outros fatores que influenciavam a aprendizagem do português – localização geográfica, período histórico em que chegaram ao Brasil, etc. Segundo Houaiss, os cativos

a) ou eram ladinos, isto é, já vinham da África com conhecimentos da língua geral do tráfico negreiro (do século XV ao XVIII), que era o português, caso em que tendiam rápido a perder a língua própria, pela segregação linguística a que eram submetidos, consolidando a seu modo o português e uma língua geral; b) ou eram boçais, e nesse caso entravam no circuito de uma língua geral, ao sabor de sua localização no território

brasileiro; c) ou lograram conviver com coétnicos e colíngues, o que se fez mais possível no auge do processo negreiro (pelo século XIX até 1854), caso em que falavam sua língua de origem (caso do nagô ou ioruba), acendendo aos poucos à “outra língua” (ou geral ou, nos fins do século XVIII em diante, o português mesmo). (HOUAISS, 1992, p. 41-42).

3.3.3 O quilombo enquanto esfera discursiva específica na escravidão

Tudo leva a crer que a situação linguística constituída nos quilombos diferenciava muito da do trabalho escravizado. Os quilombos reuniam locutores de diversas línguas e procedências, africanos, mestiços, etc. Por outro lado, nesse contexto, o papel social e a consciência social dos ex-cativos e seus descendentes era diferente, especialmente porque estavam livres e tinham a consciência de estar resistindo e lutando. Não há informação precisa sobre as dinâmicas linguísticas nessa realidade, mas tudo indica que tenha sido utilizada uma língua em comum. Para Décio Freitas (1977, p. 46), no Quilombo de Palmares, por exemplo, utilizava-se um português misturado com línguas africanas. Segundo o autor, a língua do escravizador teria sido utilizada por ser a mais neutra, uma vez que a “massa de escravizados” não constituía uma unidade étnica ou linguística. Por outro lado, Silva Neto (1986, p. 77) acredita que os palmarenses falavam um “dialeto” (denominação sua) africano de origem banto, especialmente pela maioria dos quilombolas serem de origem angolana.

É difícil precisar que línguas os quilombolas falavam, sobretudo porque se trata de uma situação complexa e de pouca documentação. Contudo, os quilombos eram espaços em que os trabalhadores africanos e seus descendentes tinham liberdade para se comunicar e, portanto, melhor organizar a consciência através da palavra. Os estudos que existem sobre quilombos não tratam sobre as práticas languageiras por eles utilizadas, mas, segundo Silva (2004, p. 87), podemos

conjeturar, em termos linguísticos, que, nessas situações sociais, se encontrariam múltiplas falas correntes no Brasil: africanas, indígenas, português africanizado, português indígena, até português europeu, já que açoitavam fugitivos. Seriam laboratórios de formação, muito possivelmente, de um português geral brasileiro, necessário à articulação com a sociedade, sobretudo a do segmento escravo, mas não só, externa a esses espaços ilegítimos.

A mesma autora também considera improvável a adoção de uma língua geral africana quando era o português a língua que facilitaria a integração na sociedade (SILVA, 2004, p. 89).

3.3.4 E as línguas crioulas?

As línguas crioulas são uma possível decorrência da escravidão. Elas são fenômenos complexos e os estudiosos sobre o assunto ainda discutem qual seria a origem real dessas línguas. Para Calvet (2002, p. 55), as línguas crioulas têm uma característica única pelo modo como emergem.

É possível que, através da situação de línguas em contato, tenha existido um crioulo no Brasil? Para Houaiss (1992, p. 129), houve uma tendência à criouliização no Brasil, e foi na dialética do confronto entre o português lusófono e o suposto crioulo que emergiu o português brasileiro. Outro autor que acredita na existência de crioulos é Silva Neto (1986, p. 97), que define esse crioulo como “falares [que] representam uma língua europeia toscamente aprendida por povos de cultura e situação social inferior”, e afirma que houve a existência de crioulos e semicrioulos, uma linguagem “muito longe do português dos brancos”.

Bonvini (2014, p. 18) faz um levantamento de estudiosos sobre crioulos no Brasil e apresenta Silvio Elia, que afirma não ter havido crioulos no Brasil, mas semicrioulos, os quais define como um português simplificado. John Holm¹² (1987, *apud* BONVINI, 2014) também analisa a língua portuguesa e conclui que o português brasileiro é um semicrioulo. Bonvini (2014, p. 18) apresenta G. Guy e a conclusão de uma análise que mostrou que houve um processo de criouliização no passado que deixou traços no presente.

Por outro lado, existem autores que contestam essas conclusões. Como A. Naro¹³ (1973; 1978), que diz não ter existido um processo de criouliização do português, especialmente por dois motivos: a pré-existência de uma língua geral indígena e a convivência não de uma, mas de diversas línguas africanas. Em concordância, Tarallo diz ser pouco provável a hipótese de criouliização, porque “se o português brasileiro se originasse realmente de um crioulo de base portuguesa, ele deveria ainda situar-se na fase de descriouliização, prosseguindo em direção à língua-alvo, o português europeu” (BONVINI, 2014, p. 20). A hipótese de Tarallo é convincente, uma vez que o português brasileiro está se distanciando do português europeu e não se aproximando. Bonvini (2014, p. 52) diz que, ao longo de cinco séculos, não há documentos identificados que mencionam a existência de um crioulo no Brasil, mas os documentos inventariados tendem a colocar-se a favor da existência de alternância de códigos e empréstimos lexicais na língua portuguesa em relação às línguas africanas.

¹² HOLM, John. Creole influence on Popular Brazilian Portuguese. In: GILBERT, G. *Pidgin and creole Languages*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1987.

¹³ NARO, A. *Criouliização e mudança natural. Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973.
 _____. A Study on the Origins of Pidnization. *Language*, 54 (2): 314-317.

São diferentes hipóteses e muitos debates acerca da existência ou não de línguas crioulas no Brasil e ainda não há uma unanimidade. Há dois fatores que dificultam a resposta a essa dúvida. O primeiro é a escassez de dados que relatem ou registrem as línguas faladas especialmente pelos africanos e seus descendentes escravizados na época. O segundo é a grande complexidade das dinâmicas linguísticas em um território tão grande e complexo como o Brasil no decorrer de mais de três séculos.

É muito provável que tenham se formado línguas crioulas no Brasil, decorrentes do contato constante e a necessidade de comunicação entre os trabalhadores africanos escravizados com outros africanos, com os senhores e com índios. No entanto, é provável que essas línguas não tiveram força suficiente para permanecer, por diversos motivos. Um indício disso pode ser encontrado na comparação da situação do Brasil com a do Haiti, onde ainda hoje um crioulo de base francesa é falado por toda a população. Nessa comparação, um dado importante diferencia as duas realidades: os trabalhadores escravizados da colônia francesa do Haiti fizeram uma revolução em 1791 e expulsaram os escravizadores.

De certa forma, a inexistência, atualmente, de alguma língua crioula ou de registros sobre elas, mostra o quanto os trabalhadores escravizados foram reprimidos através do controle do escravizador; mostra também o quanto “não tinham voz”, porque principalmente não tinham direitos; e o quanto as línguas de menos prestígio foram abafadas de forma que só prevalecesse uma, a língua do colonizador português, que, mesmo assim, sofreu a influência das línguas e práticas languageiras dos escravizados, como veremos a seguir.

3.4 A ESCRAVIDÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Apesar da limitação que os trabalhadores africanos escravizados sofreram quanto à utilização de suas línguas e, por conseguinte, seus aspectos culturais, é possível encontrar influências de línguas africanas no português brasileiro, mas não só no português vernacular, como também na língua considerada padrão, e isso é muito significativo. É especialmente no léxico que as influências de línguas africanas podem ser vistas. Um inventário da autora Castro mostrou 3.517 vocábulos de origem africana no português, vocábulos esses que foram adaptados à fonologia, morfologia e sintaxe do português pelos falantes. Outro fator que demonstra a influência de línguas africanas no português brasileiro, é este apresentar aspectos gramaticais que não coincidem com os mesmos do português lusitano (PETTER; CUNHA, 2015). Ou seja, pode-se falar em influências de línguas africanas no léxico, na sintaxe e na fonologia portuguesa.

Romero, na sua obra *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*, analisada no próximo capítulo, relata algumas palavras cabindas que aprendeu, um testemunho do seu uso, e acrescenta que

Esta língua de aspecto primitivo e rudimentar, contribuiu para avolumar com alguns vocábulos o português do Brasil. Por ela tive o ensejo de ver e observar o fenômeno do cruzamento de uma língua com outra, fato em que a língua mais culta tende afinal a triunfar, sem deixar contudo de sofrer grandes alterações (ROMERO, 1888, p. 12, 13).

Com o avanço espacial do português, as outras línguas foram perdendo espaço, por causa de “uma política linguística lusófila, centralizadora e opressora, sub-reptícia ou explícita, ditada pelo desprezo das classes dominantes portuguesas e brasileiras para com os setores subalternizados da população que favoreceu o predomínio português” (CARBONI, 2009, p. 94). Além disso, a expansão da escolarização, tardia, com apenas 5% de letrados no século XVIII e com 99,9% de escravizados analfabetos no século XIX (SILVA, 2004), foi um aspecto da política linguística que muito contribuiu para a difusão da língua padrão. E não só para a difusão do português, como para o silenciamento dos africanos e descendentes escravizados e livres perante a classe letrada. A difusão e as possíveis influências do pensamento antiescravista foram completamente comprometidos pelo grande número de escravizados e libertos analfabetos.

A tese da autora Mattos e Silva, que faz um brilhante estudo sobre o português brasileiro no seu livro *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, é que os africanos e seus descendentes foram os agentes principais da difusão do português popular ou vernacular pelo território brasileiro. Ela chega a essa conclusão com base na presença maciça de africanos e seus descendentes no Brasil colonial e imperial, na atuação constante dessas pessoas nos mais diversos meios, na mobilidade geográfica que a economia impôs, pela circulação interna de escravizados, e nos mais diversos papéis sociais que desempenharam na sociedade.

3.5 O SINGULAR DISCURSO DE UM ESCRAVIZADO: MAHOMMA G. BAQUAQUA

Uma das motivações do enfoque da presente pesquisa – a visão dos intelectuais contemporâneos da época sobre as práticas de linguagem dos escravizados – é a falta de registro de fala dos africanos e descendentes escravizados e a conseqüente dificuldade de reconstruir essas práticas para, por um lado, melhor compreender de que modo elas contribuíram às diversas características das práticas linguageiras dos brasileiros atuais e, por outro lado, para

nos aproximar de suas visões de mundo. Um dos poucos relatos diretos de trabalhador escravizado no Brasil é *The Biography of Mahommah G. Baquaqua: A native of Zoogoo, in the interior of Africa*. A obra, provavelmente editada, inteiramente ou em partes, foi escrita originalmente em inglês e publicada em Detroit, em 1854. Apesar de não abordar especificamente aspectos linguageiros, o relato fornece interessantes indícios que podem ser úteis para a compreensão do objeto dessa pesquisa

Segundo suas próprias palavras, Mahommah Gardo Baquaqua nasceu na África Central na cidade de Zoogoo, cujo rei era tributário do rei de Bergoo, em uma região da África que corresponde ao atual Benim. Ele seria de uma família estruturada: o pai era maometano e a mãe, originária era de Kashna, praticava outra religião. Ele tinha dois irmãos e três irmãs. A família teria contato com o rei: além do irmão ser vidente e auxiliar a realeza, o próprio Baquaqua era uma pessoa de sua confiança. Toda a parte inicial do livro descreve muitos aspectos cotidianos e culturais da cidade e da região onde ele vivia, mostrando a complexidade de sua organização e a sua grande diversidade e pluralidade de etnias, culturas e línguas.

Após ser enganado por um rei de uma cidade vizinha, Baquaqua foi capturado e iniciou uma longa viagem pelo interior até chegar à costa, onde foi vendido e embarcado em um navio, acorrentado com diversos outros africanos.

Algumas das hipóteses que formulamos, neste mesmo capítulo, sobre usos das línguas pelos escravizados são confirmadas: “Alguns dos escravizados a bordo sabiam falar português. Eles tinham vivido na costa com famílias portuguesas e eles costumavam traduzir para nós. Eles não ficavam presos no porão conosco, mas desciam ocasionalmente para nos contar uma coisa ou outra.” (BAQUAQUA, 1854, p. 68, tradução nossa). Ou seja, no período em que Mahommah foi trazido à força para o Brasil, em 1845, já havia cativos que, por morar com famílias de língua portuguesa, tinham mais domínio dessa língua e tinham e faziam o papel de intermediários. Além do contato com o português ou com um pidgin português na costa africana, o escravizado africano passava a longa e penosa viagem ouvindo variedades dessa língua.

Naturalmente, tão logo chegou a Pernambuco, Baquaqua foi vendido. A primeira família possuía outros quatro escravizados, era católica e rezava duas vezes ao dia. Obrigava os escravizados a ajoelhar e rezar, mesmo que não soubessem o que estavam dizendo:

Nós fomos ensinados a cantar algumas palavras que nem sabíamos o que significavam. Além disso, nós tínhamos que fazer o sinal da cruz por diversas vezes. No momento do culto, meu senhor segurava um chicote na mão, e aqueles que mostravam sinal de desinteresse ou sonolência, eram imediatamente trazidos de volta à consciência pela aplicação do chicote (BAQUAQUA, 1854, p. 69, tradução nossa).

Mahommah estava em contato com outros escravizados e, por também desenvolver trabalhos dentro da casa, tinha contato com os senhores. As situações cotidianas proporcionaram *input* suficiente para que logo falasse português:

Eu logo aprimorei meu conhecimento de língua portuguesa enquanto aqui, e era capaz de contar até cem. Eu fui enviado para vender pão para meu senhor, primeiro pela cidade e depois pelo país, e à noite, depois de voltar para casa, vendia em uma venda até às 9 da noite. Sendo sempre honesto e perseverante, eu geralmente vendia, mas às vezes as vendas não eram bem sucedidas, e então me restava o chicote (BAQUAQUA, 1854, p. 70, tradução nossa).

Após ser vendido para um negociante de escravizados, foi enviado para o Rio de Janeiro e novamente vendido. Como mencionado anteriormente, ter escravizados significava ter poder: “Tinha um homem de cor que queria me comprar [...]. Eu meramente menciono este fato para ilustrar que a escravidão é gerada pelo poder” e qualquer pessoa podia se tornar dona de escravizado (BAQUAQUA, 1854, p. 73, tradução nossa). Do Rio de Janeiro, junto ao escravizador, Baquaqua fez diversas viagens a Rio Grande, o que mostra que havia circulação interna de escravizados.

De alguma forma, havia comunicação entre os escravizados. Alguns assuntos eram sobre acontecimentos no mundo, por exemplo, as revoltas de escravizados no Haiti e a conseqüente abolição, e a situação de outros lugares, como mostra Mahommah: “Nós todos tínhamos aprendido que em Nova Iorque não havia escravidão; que era um país livre e, uma vez que chegamos lá, não há que temer dos nossos senhores cruéis, e nós estávamos muito ansiosos para chegar lá.” (BAQUAQUA, 1854, p. 78, tradução nossa).

O último dono de Baquaqua enviou-o a trabalho em um navio para Nova Iorque. A viagem foi muito difícil, Mahommah sofreu com muita violência. Ele esteve em contato com falantes de inglês no navio, com quem aprendeu a palavra que representa o que mais desejava, desde o dia que acordou prisioneiro: liberdade –

As primeiras palavras que aprendi em inglês, que meus dois companheiros e eu tínhamos aprendido era F-R-E-E; nós fomos ensinados por um homem inglês que estava à bordo, e oh! Quantas vezes eu repeti isso, de novo e de novo. Este mesmo homem disse-me sobre Nova Iorque (ele sabia português). Ele me disse como pessoas de cor eram livres em Nova Iorque, e isso me fez sentir muito feliz (BAQUAQUA, 1854, p. 82, tradução nossa).

A fala de Baquaqua mostra que, não só no Brasil, como nos navios nas longas viagens, pessoas de diversas línguas estavam em contato e encontravam alguma língua em comum para se comunicarem. Até então, ele tinha aprendido o português, estava prestes a aprender o inglês,

e após o francês ou crioulo haitiano, de quando esteve no Haiti: “Eu não sabia uma palavra da língua deles, que era o Crioulo” (BAQUAQUA, 1854, p. 87, tradução nossa). E teve contato também com o espanhol: “Havia, à bordo, um homem de cor chamado Jones, que falava espanhol muito bem. Durante a viagem, ele fez grande esforço para me instruir e dar as ideias corretas de coisas que eu tinha formado a noção mais absurda.” (BAQUAQUA, 1854, p. 86, tradução nossa).

No Haiti, encontrou uma generosa família estadunidense, com a qual, dois anos depois, voltou para Nova Iorque, onde estudou: “Eu permaneci aproximadamente três anos na escola, e durante aquele tempo fiz um bom progresso no aprendizado” (BAQUAQUA, 1854, p. 94, tradução nossa). Por pouco tempo, Mahommah esteve no Canadá, onde sentiu-se acolhido: “Eu fui gentilmente tratado por todas as classes em qualquer lugar que eu fosse, e devo dizer que, no meu coração, eu nunca esperei receber tanta gentileza, atenção e humanidade em uma nação tão distante da minha terra natal” (BAQUAQUA, 1854, p. 98, tradução nossa).

As expressões de tempo utilizadas no relato são um tanto vagas, então não se sabe ao certo a duração dos eventos: “Eu permaneci no mercado de escravos por um dia ou dois” (BAQUAQUA, 1854, p. 68), “ele me enviou ao Rio de Janeiro, onde permaneci por duas semanas antes de ser vendido” (BAQUAQUA, 1854, p. 72), “Eu permaneci no Rio de Janeiro aproximadamente um mês” (BAQUAQUA, 1854, p. 77), etc.

No relato em inglês, duas palavras são apresentadas no falar português de Baquaqua: “cassori” (p. 70), xingamento de um dos senhores quando estava bravo; “Senora” (p. 73), quando um capitão o convidou para conhecer a esposa dele. Provavelmente fossem palavras usadas frequentemente pelo escravizador e pelo escravizado.

Pelo pouco tempo que Baquaqua esteve no Brasil, mas nem por isso de trajetória menos sofrida, ele não chegou a perder a consciência, lamentava ter perdido a liberdade e via esse modo de escravidão como único e terrível:

A grande fonte de miséria para a África é o seu sistema de escravidão, que alcança uma pavorosa extensão, mas escravidão doméstica naquele país não é nada comparado a essa; o comércio de escravizados é horrível. Escravizados são pegos no interior e levados à costa, onde são trocados por rum e tabaco ou outros produtos comercializados (BAQUAQUA, 1854, p 38).

A comunicação entre os escravizados geralmente foi dificultada pelos senhores, o que tornava a atividade mental desses seres mais limitada, confusa e mais distante dos níveis superiores da ideologia. Segundo Volochínov (2013), a atividade mental inferior, neste caso devido à escassa ou nenhuma comunicação, leva o homem à alienação da realidade social

objetiva, a mente não é mais dialógica, aproxima o homem do seu lado mais biológico. Com isso, ele perde a noção do que é bom para si mesmo.

Baquaqua esteve no Brasil por dois anos, por isso não sofreu profundamente com as consequências da rara comunicação. Quando a expressão é materializada através da palavra, a vida interior é estruturada e dá-lhe uma expressão ainda mais definida e estável (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 122). A maioria dos escravizados não tinha a materialização da atividade mental, especialmente africanos escravizados que passavam toda a vida na mesma condição.

4. AS PRÁTICAS LINGUAGEIRAS DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS E SUA PARTICIPAÇÃO NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO VISTAS POR INTELLECTUAIS DOS SÉCULOS XIX E XX

Eu consegui, enquanto passageiro de um navio de escravizados, reunir um pouco de conhecimento sobre a língua portuguesa, através dos homens mencionados anteriormente, e como meu senhor era um português, eu poderia compreender muito bem o que ele quisesse e mostrar que eu faria tudo o que ele quisesse, contanto que conseguisse. (BAQUAQUA, 1854, p. 69, tradução nossa)

Foram mais de três séculos de escravismo e de forte presença de africanos no Brasil e, no entanto, até muito recentemente, raros foram os registros de suas práticas languageiras: as línguas que usavam, as soluções que davam aos contatos linguísticos, as esferas sociais nas quais estavam inseridos e os tipos de comunicação social estavam competentes, etc. Raros também foram, no passado, as tentativas de levantamento e descrição das línguas africanas e das prováveis línguas crioulas e/ou das línguas gerais e aproximativas que devem ter se desenvolvido em todo o território brasileiro, nos períodos colonial e imperial

A principal razão alegada hoje para essa falta é a impossibilidade de ter acesso a línguas faladas no passado por uma população – escravizada e até mesmo liberta – que deixou pouquíssimos documentos escritos, por razões óbvias ligadas ao cativo. Contudo, muitos cientistas sociais do passado viveram durante a vigência da escravatura e mesmo assim, fora raríssimas exceções, não tiveram interesse em levantar esses dados. Segundo Maestri (2004, p. 14), Gilberto Freyre, suficientemente

sensível para recolher antigos livros de receitas, [...] não empreendeu a coleta direta do depoimento dos milhares de ex-cativos ainda vivos antes e após a publicação de *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*, o que faria apenas, e muito tangencialmente, no tardio *Ordem e progresso*. E isso apesar de abundarem iniciativas semelhantes nos USA, certamente de seu conhecimento

É preciso enfatizar que, há alguns anos, essa situação mudou muito e existem inúmeros especialistas, no campo da Linguística, que trabalham sobre essas problemáticas, como Emílio Bonvini, Margarida Petter, Yeda Pessoa de Castro, Tania Alkmin, Dante Lucchesi.

No que diz respeito ao período colonial, podemos citar duas exceções: dois trabalhos, do final do século XVII e início do século XVIII, que buscaram descrever duas línguas africanas

faladas no Brasil. O primeiro, por ordem cronológica, é uma descrição, de 48 páginas, do quimbundo: *Arte da lingua de Angola, oeferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãy, e Senhora dos mesmos Pretos, pel P. Pedro Dias da Companhia de Jesu*, publicada em Lisboa em 1697, mas produzida em Salvador por Pedro Dias. O autor, nascido em Portugal, veio ao Brasil ainda na infância. Foi jesuíta, jurista e médico (PETTER, 2015, p. 226).

Este documento, segundo Petter (2015, p. 227), é de grande importância científica tanto para a África quanto para o Brasil, porque é a primeira gramática sistemática do quimbundo. Além disso, o trabalho testemunha o emprego de uma língua africana no Brasil, muito próxima da que se fala em Angola.

No artigo *Arte da língua de Angola de Pedro Dias (1697) sob o prisma da dialetologia do kimbundu*, Jean-Pierre Angenot, Catherine Barbara Kempf e Vatomene Kukanda consideram que a língua descrita por Dias seria uma coiné, proveniente de uma mistura de línguas “litorâneas das zonas H (kikongo e kimbundu) e R (umbundu)¹⁴ em contato com o português do século XVII”. Segundo os autores, o termo quimbundo é ambíguo, podendo referir-se a um grupo de línguas ou uma língua apenas (ANGENOT *et al*, 2011, p. 232). O artigo faz um levantamento dos vocábulos descritos por Dias, e analisa quais deixaram marcas no português vernacular brasileiro. Os autores (ANGENOT *et al*, 2011, p. 235) mostram sobretudo que uma gramática descritiva do quimbundo já fora feita no século XVII – mais especificamente em 1642 -, na própria Angola, pelo Padre Francesco Pacconio, uma vez que um dialeto do quimbundo – o mbaka - havia sido escolhido para catequisar os angolanos na África. Pedro Dias teria então ampliado essa gramática, utilizando, inclusive, exemplos da obra de Pacconio. Os autores concluem que, quando se comparam as duas produções, de Dias e de Pacconio, são perceptíveis uma série de discrepâncias em relação ao vocabulário, e reforçam a argumentação de que são descritas variedades de línguas distintas, a falada em Salvador ou Rio de Janeiro e a falada em Angola. O artigo deduz que o quimbundo descrito por Dias é provavelmente uma coiné, resultado do contato entre inúmeras línguas africanas, na sua maioria de origem banto (ANGENOT *et al*, 2011, p. 241).

O segundo documento é de 1731, obra produzida no Brasil por Antonio da Costa Peixoto e publicada em Portugal. A *Obra nova de Lingoa g.al de minna, traduzida, ao nosso Igdioma por Antonio da Costa Peixoto, Naciognal do Rn.º de Portugal, da Provincia de Entre*

14 As línguas bantas foram classificadas por letras e números, modelo elaborado por Guthrie, na qual as letras indicam zonas linguísticas, os números nas suas dezenas indicam grupos dialetais e os números das unidades indicam as línguas pertencentes as grupos dialetais (PETTER, 2015, p. 60).

*Douro e Minho, do concelho de Filgr.*⁴⁵ constituiu em uma descrição da língua “mina”, uma língua veicular africana que se formou durante o ciclo do ouro, na passagem do século XVII para XVIII, em Minas Gerais, no quadrilátero formado por Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará e Rio dos Montes, onde se concentravam cem mil cativos, “eles eram originários da costa do Benim – chamada Mina e situada, grosso modo, entre Gana e a Nigéria – e regularmente renovados durante um período de 40-50 anos” (BONVINI, 2014, p. 39).

Segundo o próprio Peixoto, o objetivo da obra era traduzir a língua geral de Mina. De fato, com esta tradução da “lingoa g.^{al} de Minna” ao “nosso idioma portugues”, o autor esperava “evitar alguns (...) descomcertos”, pois se “todos os senhores de escravos e hinda os que os não tem, souvecem esta lingoage não sucedarião tantos insultos, ruínas, estragos, roubos, mortes, e finalm.^{te} cazos atroces, como m.^{tos} miseraveis tem experimentado” (PEIXOTO, 1944, p. 13).

A seguir, apresentaremos algumas gramáticas, ensaios e dicionários a fim de verificar se há, neles, alguma indicação sobre eventuais influências de línguas africanas no português brasileiro ou alguma consideração sobre as línguas africanas e seus falantes na história do Brasil. Para finalizar, diremos algumas palavras sobre como os africanos escravizados e suas práticas linguageiras foram representados na literatura brasileira.

É importante lembrar que, durante a vida de alguns dos intelectuais citados a seguir, o Brasil já havia se tornado independente de Portugal (1822) e se transformado em um império. Do mesmo modo, alguns foram contemporâneos das pressões inglesas sobre o Brasil para que fosse abolido o tráfico negreiro, abolição que se concretizou, apenas formalmente, em 1831 e, efetivamente, em 1850, como vimos no capítulo 2. Alguns destes gramáticos e filólogos também foram contemporâneos dos movimentos, sobretudo de cunho liberal e federalista, que eclodiram durante o século XIX em muitas províncias brasileiras. No Maranhão, estado do primeiro autor apresentado, por exemplo, entre 1838 e 1841, teve lugar o movimento conhecido como a Balaiada, dirigido por grupos liberais radicais e no qual participaram livres pobres e trabalhadores escravizados. Nesse e em outros movimentos, o

ingresso das classes subalternas na cena política determinou que as camadas sociais intermediárias e as oligarquias regionais abandonassem rapidamente os movimentos liberais provinciais. Nos fatos, as elites e os setores médios regionais preferiram vestir a canga do centralismo da Corte a se aliarem aos setores subalternos e colocarem em perigo a ordem escravista. (MAESTRI, 2002, p. 76).

Para Volochínov (2014, p. 43), a estrutura socio-política de uma dada época e de um dado lugar tende a determinar a forma e os meios de comunicação verbal, nas diversas esferas

sociais e ideológicas, assim como as formas e os temas dos atos de fala individuais. Mais adiante, o mesmo autor especifica que “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação socio-ideológica” (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 44). E, se olharmos mais de perto, veríamos “a importância incomensurável do componente hierárquico no processo de interação verbal, a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação.” (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 44). Mais especificamente, Volochínov mostra que o “respeito da etiqueta languageira, das regras de 'bem-falar' e demais formas de adaptação do enunciado à organização hierarquizada da sociedade, têm uma importância imensa no processo de explicitação dos principais gêneros utilizados na vida quotidiana.” (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 44).

Essas reflexões, ao nosso ver, dizem diretamente respeito às possíveis práticas languageiras dos trabalhadores escravizados, que tiveram pouquíssimas – para não dizer nenhuma – possibilidades de ter acesso aos modos considerados corretos de falar e se comunicar. Mesmo assim, eles falaram, se comunicaram e, inclusive, suas pronúncias, suas regras morfo-sintáticas, seu modo de construir enunciados, etc. influenciaram fortemente o vernáculo brasileiro. Algumas delas, inclusive, são consideradas hoje formas padrão, como o pronome “você”. Mas, mesmo assim, por pertencerem à classe mais subalternizada do Brasil até 1888, em uma sociedade em que o modo de produção dominante era a escravidão, essa classe e suas práticas languageiras tenderam, por muito tempo, a permanecer invisíveis, não sendo, em alguns casos, nem mesmo levadas em consideração por aqueles que se consideravam os guardiões do saber e do bem-falar. E acreditamos que essa ausência de interesse pelas línguas e práticas languageiras dos cativos africanos e dos nascidos no Brasil por parte de muitos filólogos, gramáticos, escritores, etc. do século XIX, era devido à convicção – em muitos casos – inconsciente de que os trabalhadores escravizados não contavam e que a escravidão, por ser um mal necessário, não iria e não deveria acabar.

4.1 GRAMÁTICAS

4.1.1 *Grammatica Portugueza: Accommodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*, de Francisco Sotero dos Reis, publicada em 1866

Francisco Sotero dos Reis nasceu em 1800 e morreu em 1871, em São Luiz do Maranhão. Foi poeta, crítico literário, jornalista, professor e gramático. É patrono de uma das cadeiras de sócios da Academia Brasileira de Letras e da cadeira de nº. 17 da Academia Maranhense de Letras.

Analisamos a segunda edição de sua *Grammatica Portugueza: Accommodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*, publicada em 1871, na qual foram corrigidos erros tipográficos, alguns tópicos foram completados e esclarecidos e a ortografia e a pontuação foram uniformizadas (REIS, 1871, sem numeração). Essa gramática foi escolhida por ser uma das mais importantes produções de Reis e por ser uma das primeiras gramáticas produzidas no Brasil a que tivemos acesso com facilidade.

Nesse manual, Reis mostra que entende a gramática como a “ciência dos princípios imutáveis e gerais da palavra pronunciada ou escrita em todas as línguas” (REIS, 1871, p. V) e define a gramática portuguesa como “a arte de falar e escrever corretamente a língua” (REIS, 1871, p. VII).

Na parte nomeada “Etimologia”, Reis (1871) trata sobre definições de categorias gramaticais, tais como substantivos, pronomes, adjetivos, advérbios, verbos, etc. Ele não aborda as origens do português, como a princípio é possível deduzir. A língua portuguesa é considerada uma língua moderna, sempre lembrando a sua procedência latina (REIS, 1871, p. 128). Os capítulos seguintes denominam-se Sintaxe, Ortografia e Prosódia e são distribuídos em 304 páginas.

Em nenhum momento, na gramática, é feita qualquer referência a variedades populares do português brasileiro, nessas, incluídas as de africanos e seus descendentes, escravizados ou libertos. Nenhum dos exemplos citados por Reis remete à realidade escravista vivida na época. A maioria deles são frases soltas que versam basicamente sobre cultura e artes, Deus, lugares (muitos de Portugal), pátria: “Nasceu em Lisboa, junto ao Tejo” (REIS, 1871, p. 160), “Nenhum governo é bom para os homens máos” (REIS, 1871, p. 172), “É glorioso morrer pela pátria” (REIS, 1871, p. 179) “Deus, que é justo, premeia os que se desviam do caminho da virtude” (REIS, 1871, p. 232). E, frequentemente, há comparações com línguas clássicas, consideradas de mais prestígio, como o grego e sobretudo o latim.

Ou seja, não parece haver interesse em registrar nada que remeta ao momento histórico marcado pelo escravismo colonial, nem à presença de trabalhadores africanos escravizados e de comunidades nativas.

4.1.2 *Compêndio de Gramática da língua portuguesa, de Laurindo José da Silva Rabelo, publicada em 1867*

Laurindo José da Silva Rabelo foi médico, professor e poeta. Nasceu no Rio de Janeiro, em 1826, e morreu na mesma cidade, em 1864. É patrono da Academia Brasileira de Letras, da cadeira número 26. Seus pais eram mestiços e de origem humilde. Seu pai foi oficial de milícias. Laurindo Rabelo estudou em seminário e na escola militar. Foi professor em um curso preparatório à escola militar.

Sua obra, *Compêndio de Gramática da língua portuguesa*, foi adaptada pelo governo imperial para uso nas escolas regimentadas do exército e para o ensino de aprendizes artilheiros (RABELLO, 1872). A edição que analisamos é a segunda, de 1872. Em 158 páginas, ela trata mais especificamente sobre aspectos formais da língua portuguesa. Aborda questões morfológicas e sintáticas, prosódicas e ortográficas. Todos os exemplos utilizados são de palavras ou frases soltas, desprovidas de contexto e não há qualquer menção a línguas nativas no Brasil, nem sobre línguas africanas ou sobre usos não padrão – erros – da língua portuguesa no Brasil. Não trata também de sua origem ou de eventuais influências de línguas africanas e indígenas.

4.1.3 *Grammatica Portugueza, de Augusto Freire da Silva, publicada em 1875*

Augusto Freire da Silva nasceu em 1836, em São Luís do Maranhão. Era filho de um antigo oficial de milícias. Não há registro sobre a data da sua morte. Foi comerciante, advogado e professor. Exerceu a magistratura como juiz municipal entre 1863 e 1870 (BLAKE, 1883, p. 378).

A sua *Grammatica Portugueza* é de 1875 e a edição utilizada nesta análise é a nona. Não há informações na obra acerca das modificações feitas nas novas reedições. Nesta que consultamos, Silva apresenta, de forma relativamente extensa, em 478 páginas, conceitos essenciais sobre a gramática da língua e sua literatura. O autor descreve o funcionamento da língua padrão portuguesa, sem citar usos populares, exceto quando fala sobre vícios de linguagem.

Ao falar de vícios de linguagem, o autor se pergunta se a escolha do padrão de língua deveria ser a do Rio de Janeiro, centro político da nação, “não se achando a pronúncia mesmo

aí escoimada de vícios, cumpre que o padrão pelo qual a devemos aferir, seja a da gente mais civilizada e culta” (SILVA, 1906, p. 55).

O autor também aborda vícios de pronúncia, os quais considera como “violações da correta pronúncia” (SILVA, 1906, p. 57), que atribui aos denominados “rústicos” e não exclui a possibilidade dos “habitantes das capitais” (SILVA, 1906, p. 57) também falarem do mesmo modo. Silva (1906, p. 60) especifica particularidades de algumas regiões brasileiras que considera vícios de pronúncia, como os baianos, que pronunciam o *x* com som de *xe*; os caipiras de São Paulo, que dizem *djente*, *djogo*, *tchave*, *tchapéu* “conservando modos de pronunciar arcaicos dos primitivos colonos portugueses”. E acrescenta que “são próprios do povo inculto os seguintes vícios de pronúncia: a metátese do *r* e a permuta do *l* em *r*: preguntar; sordado [...]; o dar ao *e* o som de *i*: piqueno, mi deixi” (SILVA, 1906, p. 60). Além disso, ressalta que há vícios de pronúncia resultantes da má acentuação que são muito comuns mesmo em pessoas cultas (SILVA, 1906, p. 61). Enfatizamos que a maioria do que o autor considera vícios faz parte do vernáculo brasileiro atual.

A origem do português é apresentada, e, de forma mais detalhada, aspectos fonéticos e prosódicos são explicitados. Após, o autor trata sobre morfologia, lexicologia, e a classe das palavras, com um extenso estudo sobre verbos. A parte final do livro é dedicada a especificações acerca da literatura, como figuras de linguagem, metrificacão e pontuacão.

O autor mostra-se atento ao fato da língua ser mutável e evolutiva quando afirma que “As línguas estando sujeitas, como tudo quanto existe, à lei fatal da transformacão, nunca se podem considerar fixadas – desenvolvem-se e evoluem-se continuamente” (SILVA, 1906, p. 288), sem especificar as causas dessas mudanças. São escassas mas significativas as menções sobre o português que se fala no Brasil, tendo em vista as possíveis influências de línguas africanas e nativas. Primeiramente, Silva, na seção intitulada *Dialetos portuguesas*, faz a seguinte consideracão: “Cada uma das línguas românicas têm seus dialetos particulares. O português, por terem sido menos vastas sua extensão e vida histórica, conta apenas três: o galego, o indo-português e o africano” (SILVA, 1906, p. 25).

Há distorcão entre a realidade e sua representacão quando Silva (1906, p. 25) afirma que “O africano ou crioulo consta de muitas variedades dialetais que constituem as línguas dos ilhéus e dos continentes nas colônias portuguesas da África, mormente de Cabo Verde.” Primeiro, porque denomina, de modo reducionista, como “o africano” as numerosas línguas da África, as quais chama também diminutamente de dialeto. Segundo, porque toma “o africano” como sinônimo de “crioulo”. Não menciona qualquer informacão sobre o povo africano, mas dá destaque às colônias portuguesas, buscando ressaltar o prestígio e a nobreza de Portugal.

Silva também aborda o elemento estrangeiro na língua portuguesa: “O elemento estrangeiro provém, ou das línguas faladas na península ibérica, anteriormente ao latim; ou das línguas dos conquistadores, depois do domínio romano; ou de origens diversas” (SILVA, 1906, p. 245). Cita elementos de influência na língua portuguesa, dentre eles, o espanhol, o “cigano”, o francês, o italiano, as línguas germânicas e americanas, como o tupi, as asiáticas e finalmente chega ao africano, ao qual dedica apenas dois parágrafos:

Elementos das línguas africanas — Algumas palavras desta origem foram introduzidas no portuguez indirectamente pelos árabes até o século 14, : papagaio, azagaia, etc; outras vieram directamente pelo comraercio e trato entre portuguezes e africanos no século 15. E no 16. âugio, búzio, gimbo; outras finalmente se immiscuiram no Brazil, depois cio século 17. : inhame, calundu, giló. Quasi todos os vocábulos desta origem pertencem á lingua bunda e aos dialectos do Congo : banzar, banzé, baht,que, calunga, hindu, mahmgo, moleqtie, mandinga, molambo, samba, combuca, zanga, etc. Em alguns logares da Africa, ainda se fala um dialecto portuguez, distincto do reinol (SILVA, 1906, p. 251).

O autor especifica também que a maioria dos vocábulos é proveniente da língua bunda e dos dialetos do Congo, como “banzar, banzé, batuque, calunga, lundu, malungo, moleque, mandinga, molambo, samba, combuca, zanga, etc” (SILVA, 1906, p. 251). Essa é praticamente a única parte de toda a gramática que faz referência à presença de vocábulos africanos no português brasileiro, mesmo que de forma sutil. Contudo, apesar da gramática ter sido produzida ainda enquanto vigorava a escravidão e do autor ser do Maranhão, província onde havia uma grande população de cativos africanos, alguns dos quais tomaram parte no movimento conhecido como a Balaiada, não há nela qualquer menção ao escravismo.

4.1.4 Grammatica Portugueza, de Julio Ribeiro, publicada em 1881

Júlio Ribeiro nasceu em Sabará, em Minas Gerais em 16 de abril de 1845, e morreu em Santos em 1º de novembro de 1890. É patrono da cadeira número 24 da Academia Brasileira de Letras. Era abolicionista, republicano e anticlerical. Foi um jornalista combativo e polêmico. Segundo Orlandi e Guimarães (1998, p. 14), Júlio Ribeiro propunha uma gramática que fosse a “descrição metódica dos fatos de linguagem”, que não formulasse leis e regras, mas expusesse fatos, ordenados de modo tal que eles pudessem ser facilmente aprendidos. Como romancista, um dos principais expoentes da corrente naturalista, escreveu o famoso romance *A carne* (1888).

Estudos recentes, como de Vidal Neto em *A Grammatica Portuguesza, de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua*

portuguesa no Brasil, consideram que Júlio Ribeiro foi o primeiro gramático a registrar pioneirismos no português do Brasil e por isso poderia ser considerado um gramático inovador, que se diferencia dos autores anteriormente analisados. Segundo esse estudo, a gramática de Júlio Ribeiro representaria um corte epistemológico quanto à tradição gramatical, uma vez que o vínculo ao Naturalismo alterou a sua visão sobre a gramática. Portanto, essa gramática, na sua segunda edição, apesar de também ser um manual da língua, com a descrição das suas regras, apresenta aspectos do português vernáculo (VIDAL NETO, 2010, p. 124, 126). Ainda no prefácio, na página 1 da edição de 1885, o autor denuncia que as antigas gramáticas da língua portuguesa eram mais dissertações de metafísica do que exposições dos usos da língua. .

Julio Ribeiro distinguia a aprendizagem do bom uso da língua através dos bons oradores ou pela gramática:

Ao ouvir bons oradores, ao falar com pessoas instruídas, ao ler artigos e livros bem escritos, muitas pessoas conseguem falar bem e escrever corretamente sem ter seguido cursos de gramática. Não se pode, no entanto, negar que as regras do bom uso da linguagem expostos como o são nas gramáticas tornam a aprendizagem mais fácil.¹⁵ (RIBEIRO *apud* ORLANDI; GUIMARÃES. 1998, p. 14).

A obra é dividida em duas partes. A primeira (página 13 a 208) trata de fonética, prosódia e ortografia; apresenta os elementos morfológicos das palavras e a etimologia. A segunda (página 209 a 353) trata da sintaxe. Assim como as gramáticas produzidas anteriormente, também há comparações entre a língua portuguesa e o latim, com exemplificações. Ribeiro (1885, p. 137) fala do domínio da língua portuguesa e apresenta dados da extensão desse domínio, conforme as áreas geográficas que compreende e o número de habitantes. Os países e regiões mencionados são: Ilhas da África, com 150.000 habitantes; Guiné Meridional, com 2.000.000 de habitantes, e Timor, com 300.000 habitantes (RIBEIRO, Júlio, 1885, p. 138). Especifica que, dentre essas regiões, há muitas tribos que não falam português.

Ribeiro (1885, p. 139) reconhece que há nas línguas influências do meio e do homem: “O que não sofre dúvida é quanto contribuiu para elas [as leis glóticas] a influência do meio, aliada ao pendor que tem o homem, assim como todo animal, para empregar o mínimo de esforço possível na realização de atos fisiológicos” e explica que o princípio biológico, junto à ação dos meios, produz a contração de sons de vogais e a permutação de alterantes, o que denomina princípio da mínima ação, do menor esforço a fazer para pronunciar. De modo pouco

15 RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

científico, Ribeiro afirma que é “por causa desta tendência, pronunciadíssima nos climas enervadores dos países intertropicais, que as línguas europeias tanto se têm adoçado e corrompido em certas partes da América.” (RIBEIRO, Júlio, 1885, p. 138, 139). Seria, portanto, o clima o responsável pelas mudanças linguísticas!

Ao tratar sobre os substantivos derivados de línguas estrangeiras, Ribeiro (1885, p. 162) afirma que, além de substantivos derivados da língua latina, “há em Português substantivos das seguintes línguas estrangeiras”, agrupando as línguas em antigas (como o fenício, hebraico, etc.), e modernas, onde cita, o Eslavo, Italiano, Tupi, Cigano, Inglês, etc. e duas línguas africanas: Bunda e Congo. Dentre os exemplos e expressões de outras línguas, ele destaca aquelas de mais prestígio, como as românicas e a grega.

Há, na gramática, considerações acerca do modo como o povo fala. Por exemplo, em “Os escritores antigos e o povo ainda hoje fazem a concordância com o primeiro [substantivo], ex.: Cícero, AQUELE fonte de eloquência” (RIBEIRO, Júlio, 1885, p. 233, grifo do autor). Essa preocupação é também perceptível no trecho “Este uso, autorizado pelo falar do povo e mesmo por escritores como Garret, não exige grande soma de atenção para ser entendido” (RIBEIRO, Júlio, 1885, p. 250). Considera que “o povo rude é conservador tenaz dos elementos arcaicos das línguas” (RIBEIRO, Júlio, 1885, p. 11), atitude que ele parece considerar correta.

No entanto, os trechos anteriormente citados levam a crer que a palavra “povo” possa se referir aos portugueses, essencialmente. Primeiro, por comparar a fala de escritores antigos à do povo, ou seja, aqueles que tinham acesso à escrita. Segundo, porque em outro exemplo, coloca junto o povo e escritores como Garret, o que também leva a crer que esse povo possa ser o de Portugal. Além disso, quando Ribeiro (1885, p. 293, grifo do autor) diz que “*Os caipiras*, fiéis aos usos arcaicos da língua, como sôe [sic] sê-lo a gente do povo, exprimem-se de modo análogo aos dos Franceses: põem claro um pronome que represente o sujeito neutro e impessoal dos verbos impessoais” e explica, em nota de rodapé, que “Parece ser também este o uso corrente em Portugal. Garret o põe na boca da gente do povo que faz entrar em suas composições” (RIBEIRO, Júlio, 1885, p. 293), ele estabelece uma relação de comparação entre o povo do Brasil e de Portugal, e sugere que esses caipiras sejam de origem portuguesa..

Quanto ao falar de escravizados e “caipiras”, Ribeiro faz a constatação de que

Entre nós ouvem-se a escravos e a *caipiras* analfabetos fórmulas complicadas e corretíssimas do subjuntivo português, ao passo que estrangeiros literatos, versados em gramática e filologia, após longos anos de residência no país, naufragam quase sempre quando as têm de empregar (RIBEIRO, Júlio, 1885, p. 268, grifo do autor).

Mostra, assim, que era comum ouvir o falar de escravizados na sua época.

Por fim, vale ressaltar que em algumas partes da sua obra, Julio Ribeiro, que era abolicionista, faz menção indireta à escravidão em frases soltas usadas para exemplificar regras específicas. Por exemplo, na página 212: “Negreiros são TRAFICANTES DE ESCRAVOS.”, grifos do autor, quando exemplifica a frase construída com um particípio chamado frase participial. Outra consideração é feita pela frase na página 229, “a burra da criada”, quando exemplifica a junção do adjetivo ou substantivo de qualificação que utiliza a preposição *de* a um nome de indivíduo que se queira “qualificar energicamente”.

4.1.5 *Grammatica Portugueza: 3º ano, de João Ribeiro, publicada em 1887*

João Ribeiro nasceu em Laranjeiras, Sergipe, em 24 de junho de 1860, e morreu no Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1934. Ribeiro nasceu nas últimas décadas do escravismo colonial, quando o tráfico negreiro já havia sido abolido, em um período caracterizado por movimentos abolicionistas e pelo emancipacionismo, como vimos anteriormente. Ficou órfão de pai muito cedo e foi residir com o avô, de espírito liberal, o que contribuiu para a sua formação. Estudou arquitetura, música, literatura e filologia. Foi professor de História no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Fez parte da Academia Brasileira de Letras, com a cadeira número 31. Para João Ribeiro, “a Gramática Descritiva (ou explicativa ou prática) é a arte qui ensina a falar e a escrever corretamente, isto é, segundo o uso das pessoas eruditas”¹⁶ (RIBEIRO, 1887 *apud* ORLANDI e GUIMARÃES 1998, p. 15).

Sua *Grammatica Portugueza: 3º ano* teve a primeira publicação em 1887, um ano antes do fim do escravismo, época marcada por turbulências, como em Campos: “uma reunião abolicionista fora dissolvida violentamente em Campos”, onde “campos de cana de açúcar haviam sido queimados, talvez como represália. Isto foi apenas o prelúdio à violência de outubro e novembro, causada por greves de escravos e fugas maciças” (CONRAD, 1975, p. 325), que iam se espalhando pelos outros estados.

A gramática baseou-se no novo programa do Colégio Pedro II, de 1887. Ela teve inúmeras edições. A que usamos é de 1889. A obra é dividida em lições. O autor mostra, inicialmente, os diversos conceitos de gramática e fala sobre a origem da língua portuguesa,

16 RIBEIRO, Júlio. *Procellarias*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1887.

com todas as transformações ocorridas a partir da sua evolução do latim. As lições seguintes abordam fonologia, morfologia, classificação das palavras e sintaxe.

Na lição da fonologia, Ribeiro fala sobre interferências, sem, no entanto, mencionar nenhuma provinda de línguas africanas ou indígenas no português. Quando se trata da exemplificação dos usos da língua, os exemplos mais ocorrentes dizem respeito somente aos índios: “Os índios no Brasil, em conformidade com a língua tupi, tornavam oxítonos os vocábulos portugueses: cabará (cabra), cabarú (cavalo), curuzú (cruz) etc.” (RIBEIRO, João, 1889, p. 19), ou ainda: “em alguns brasileirismos o sufixo eira ou êra representa o vocábulo tupi-guarani cuér, cuéra, guê, e denota o tempo passado. Tais são os dois exemplos: Tap-éra – (aldeia, taba, que existiu), Capo-eira – (mato, caí, que existiu)” (RIBEIRO, João, 1889, p. 72, grifos do autor), dentre outros.

Assim como Julio Ribeiro, João Ribeiro não especifica a que parte da população se refere o termo “povo” quando o utiliza. Pode tanto se referir a portugueses e seus descendentes, como também a africanos e seus descendentes escravizados ou libertos, pelo tipo da variação que a fala apresenta. Por exemplo, “A acção erudita tem concertado [sic] os destroços desta tendência, mas arbitrariamente o povo diz: kelemente, kilaro, baravo e bravo, periquito e prequito, tataravô e tetra-avô, caravelha e cravelha, brôa e borôa, crôa e corôa, tamarela e tramela, glotão e golotão.” (RIBEIRO, João, 1889, p. 54).

Acerca das justaposições nas palavras, Ribeiro (1889, p. 74, 75) cita exemplos de palavras estrangeiras, sem nenhuma menção a qualquer palavra de origem africana. São palavras de línguas inglesa, francesa, latina, grega, holandesa, alemã, italiana, árabe, turca, mexicana e tupi-guarani. Em outras exemplificações da origem de vocábulos estrangeiros no português, essas mesmas línguas voltam a ser citadas junto com outras (RIBEIRO, João, 1889, p. 139), mas sem menção a qualquer língua africana.

Ao tratar sobre etimologia, Ribeiro (1889, p. 166) considera apenas que “Os elementos estrangeiros representam os vocábulos introduzidos de diversas línguas, como o árabe, o germânico, o francês, etc.”. Novamente, nomeia apenas as línguas consideradas de mais prestígio. E isso se repete quando fala que a maioria dos vocábulos no português são provenientes do latim e que “Depois de constituída a língua, por influências literárias ou de outra espécie, foram adotados muitos vocábulos franceses, italianos, alemães, ingleses, gregos e latinos” (RIBEIRO, João, 1889, p. 167). Além disso, Ribeiro acrescenta que “Por meio das colônias portuguesas na Ásia e na América, a lexicologia pátria recebeu apreciável número de vocábulos índicos e americanos” (RIBEIRO, João, 1889, p. 167). Até então, nenhuma consideração sobre as influências e entrada de palavras de origem africana.

Ribeiro (1889, p. 171, 172) esclarece que os elementos estrangeiros citados anteriormente são abundantes no português, mas há origens mais secundárias, e cita o céltico, hebraico, russo, turco, persa e os americanismos, além da língua espanhola e do tupi-guarani.

Ao tratar dos dialetos, Ribeiro os define como “modos de falar ou escrever a língua portuguesa” (RIBEIRO, João, 1889, p. 306). Nessa mesma página, ele define a língua portuguesa como a língua “falada e escrita na região europeia conhecida sob o nome de Portugal” – ou seja, só considera português a língua falada em Portugal. O modo de falar português no Brasil não é considerado língua portuguesa, mas dialeto do português. E cita alguns que considera os dialetos mais notáveis do português. Dentre eles está o galego, o indo-português (falado na Índia), o áfrico e o dialeto brasileiro (RIBEIRO, João, 1889, p. 306). Essa apreciação surpreende vindo de uma pessoa tão erudita, pois, como sabemos, além das numerosas línguas indígenas faladas no Brasil no período colonial, havia um grande número de línguas africanas e considerá-las dialetos do português constitui uma visão reducionista.

Ao especificar o que entende por dialeto áfrico, o autor faz as seguintes considerações sobre as línguas africanas: “Compõe-se de muitas variedades dialetais, produzidas pelas línguas dos ilhéus e dos continentais africanos (sic)” (RIBEIRO, João, 1889, p. 306). Ou seja, do mesmo modo que Júlio Ribeiro, para João Ribeiro as línguas africanas seriam dialetos e as línguas mistas, crioulizadas seriam dialetos da língua portuguesa. E ainda, ao tentar especificar o que seria o dialeto brasileiro, Ribeiro afirma que a “língua portuguesa” falada no Brasil é impropriamente chamada dialeto e que ela se distingue “por diferenças notáveis de prosódia e de sintaxe, por um vocabulário novo de termos tupis-guaranis e africanos” (RIBEIRO, João, 1889, p. 306). Ao considerar impróprio chamar a língua falada no Brasil de dialeto, Ribeiro mostra que, na sua concepção, dialeto tem valor menor do que uma língua.

Na gramática, há também considerações sobre os brasileirismos, com léxicos que abrangem vocábulos de origem tupi e africana e são empregados pelo povo brasileiro (RIBEIRO, João, 1889, p. 307). Ribeiro apresenta alguns exemplos de vocábulos africanos introduzidos no português, que ele tirou do *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Macedo Soares, como “*Malungo* – companheiro. *Calunga* – rato pequeno. *Candongas* – mentira. *Mataco* – nádegas. *Vatapá* – iguaria. *Quibebe* – idem. *Quilombola* – negro fugido. (RIBEIRO, João, 1889, p. 308, grifos do autor). Dentre os vocábulos citados, o único que remete à escravidão é quilombola e, na sua definição, não há menção das palavras *escravo* ou *cativo*, condição em que os africanos fugidos estavam.

Os exemplos apresentados na gramática revelam uma tendência da classe dominante em classificar as pessoas conforme sua cor, na seção que aborda “proposições contractas”, ou

seja, orações subordinadas e coordenadas que podem ter em comum o mesmo objeto. “*Os franceses e os russos são brancos. Os franceses são brancos. Os russos são brancos.*” (RIBEIRO, João, 1889, p. 223, grifos do autor).

Cabe também assinalar que a palavra *escravidão* aparece como exemplo associada a mais duas palavras, por uma única vez, *negridão* e *escuridão*, quando Ribeiro (1889, p. 156) fala que “Os nomes em *ão* do tipo latino mansidão (*mansuetudinem*) deram origem a formações numerosíssimas e próprias do idioma: *escravidão, negridão, escuridão*”, grifos do autor. Convém igualmente ressaltar que, para Ribeiro (1889, p. 310), a dialeção no Brasil teria ocorrido por diversos fatores. Entre eles, havia as “novas necessidades da vida colonial, as condições climatéricas e topográficas, as relações constantes com os povos originários índios e com os africanos, que desde cedo foram introduzidos no país, [e que] deram em resultado uma alteração muito notável na língua”.

No mesmo trecho, Ribeiro esclarece que “O elemento africano forneceu o vocabulário da vida doméstica, das cozinhas e dos trabalhos agrícolas” (RIBEIRO, João, 1889, p. 310). Nas atividades que predominantemente desempenhavam, os trabalhadores africanos escravizados deixaram marcas de suas línguas.

Das cousas que favorecem a dialeção do português na América, duas tendem a aniquilar-se, e são o elemento tupi e o africano, que vão desaparecendo pela extinção da imigração negra e pelo caldeamento das raças. A estas tendências de dissolução se deve juntar a reação culta e literária que procura aproximar a linguagem das fontes vernáculas e clássicas (RIBEIRO, João, 1889, p. 310).

Nesse trecho, Ribeiro deixa transparecer diversas das suas crenças. A primeira é que as mesclas linguísticas entre as variedades de português, as línguas tupi e as línguas africanas iriam cessar em razão do fim da escravatura – que ele chama de “imigração negra” – e que haveria de ter necessariamente uma assimilação dos africanos aqui existentes, dos nativos, dos descendentes de portugueses e dos imigrantes europeus, já numerosos naquela época, em diversas regiões do país. Em outras palavras, Ribeiro não considera possibilidade alguma das línguas de africanos, de indígenas e de imigrantes europeus e asiáticos serem faladas pelas gerações seguintes. O autor mostra claramente que não havia preocupação com a disseminação das línguas africanas, já que “as próprias forças imanentes ao escravismo colonial encarregaram-se de destruir as línguas à medida que aniquilavam tendencialmente os seres humanos cativos, cultural e materialmente” (CARBONI, 2009).

4.1.6 *Noções de Grammatica Portugueza: de accordo com o programma oficial, de Manuel Pacheco da Silva Júnior e Boaventura Plácido Lameira de Andrade, 1887*

Silva era filho do doutor Manuel Pacheco da Silva, nasceu em 6 de agosto de 1812, no Rio de Janeiro, e morreu na mesma cidade, em 8 de abril de 1889. Dedicou-se ao magistério desde muito jovem, e foi nomeado professor de português e história da literatura no Colégio Pedro II (BLAKE, 1900, p. 177). Quanto ao co-autor dessa obra,

Apesar dos relevantes serviços prestados pelo autor ao Ensino de Língua Portuguesa, tanto como professor da Escola Normal quanto como coautor da obra em epígrafe, poucas notícias se tem de Lameira de Andrade. Sabemos que foi casado com Carolina Levereuth de Andrade, teve um filho, Pedro Lameira de Andrade, e veio a falecer quando esse contava 17 anos (FÁVERO; MOLINA, 2007, p. 1).

A obra *Noções de Grammatica Portugueza: de accordo com o programma oficial* é de 1887, um ano antes da abolição da escravatura. A obra é dividida em lições, distribuídas nas 537 páginas, as quais definem gramática, especificam questões de ortografia, de classificação das palavras, além de etimologia e sintaxe. A primeira edição da obra foi escrita em forma de pontos, já a segunda edição apresenta-se sob uma forma considerada moderna, baseada na história e na comparação, e com o acréscimo da sintaxe (BLAKE, 1900, p. 177,178).

Os exemplos apresentados ao longo do livro ilustram a história da língua e as regras de seu uso. Os autores fazem frequentemente referência ao latim: “Em latim, as palavras eram somente paroxítonas e proparoxítonas” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 21). Outras línguas, consideradas de prestígio, são também mencionadas ao longo do livro, como o inglês, o francês, o alemão: “Nas frases *vou amanhã, je vais demain, I go, ou am going tomorrow, Ich gehe morgen*, etc, os advérbios *amanhã, demain, tomorrow, morgen*, [...] é que representam verdadeiramente as palavras de tempo” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 95).

Na seção dedicada à ortografia e ao comparar as ortografias fonética, etimológica e mista, os autores especificam que a “todas as incorrecções e innovações dos povos ignorantes, oppos-se a corrente erudita que luctou pela tradição da orthographia latina.” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 51), sem especificar quais seriam na sociedade de então os referentes da categoria “povos ignorantes”.

Na sexta lição, dedicada à morfologia, numa nota de rodapé, os autores citam o africano, junto com “latim, grego, céltico, germanico, phenico, arabe, hebraico” e o tupy, que constituiriam os vários elementos históricos cuja influência tornaria difícil “a determinação

sincera e criteriosa de todas as raízes" das palavras na língua portuguesa (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 61). É interessante lembrar que, para os autores, o termo *africano* sugere uma língua apenas, como se, em todo o continente africano, se falasse apenas uma língua.

Os autores mencionam igualmente a influência africana ao abordar as causas seja da sinonímia seja das diferenças locais do português, e afirmam que elas são “às vezes devidas à maior influência de um dos elementos históricos da língua. No Brasil, por exemplo, deve-se ter em muita conta o elemento indígena e o africano. Exemplo: *pacova* banana, *gerimum* abobora, quiabos *quingombô*, *calunga* camondongo.” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 127, grifos do autor), sem mais distinções entre essas duas “línguas”.

Na nona lição, quando abordam os pronomes, os autores falam da palavra *ocê*, considerada “forma atrofiada de *vosmecê*, contracção de *vossemecê* ou *vocemecê*, que representa a transformação do título honorífico *Vossa Mercê* em um simples signal unitário. A palavra *ocê* desterroou quasi que completamente da linguagem popular o pronome *vós*” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 92, grifos do autor). Já se atestava nesta época o uso do pronome *ocê*, que teve origem popular, ou seja, da população livre pobre e dos trabalhadores escravizados, que usavam para se dirigir aos senhores. De nenhuma forma esse fato é explicitado quando os autores se referem à origem do pronome.

Alguns vocábulos que remetem à escravidão são mencionados de forma aleatória, fora de qualquer contexto, para fins de exemplificação, como ao explicar os verbos intransitivos reflexivos: “*Refugiar* sem o pronome indica idéa causativa: - *elles* refugiaram *os escravos*” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 99, grifos do autor). Outros vocábulos produzido no contexto escravista são *aboliconista* e *escravista*, utilizados para exemplificar a derivação de sufixos terminados em *ista* (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 311). Também mencionam *escravizados* e *libertação* na vigésima primeira lição, sobre etimologia, quando explicam a origem latina da palavra *libertino*, que vem de “*libertinus (libertus)* e significa o indivíduo livre da escravidão legal. O escravo manumittido era *liberto* (i. e. *liberatus*) com relação ao senhor; em relação, porém, á classe a que pertencia depois da manumissão, era *libertino*” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 316).

A seção na qual os autores tratam mais detidamente da influência de línguas africanas na constituição do léxico português brasileiro é a 22ª lição, cujo título é “Da constituição do lexico portuguez. Línguas que maior contigente forneceram ao vocabulario portuguez” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 315). Nela, após dedicarem 4 páginas e meia ao latim, uma ao germânico, meia página ao árabe, um parágrafo ao hebraico, os autores tratam das muitas outras línguas que, “pelas relações commerciaes e litterarias” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887,

p. 327), influenciaram o léxico do português. A ordem de apresentação dessas línguas é: índico, slavo, espanhol, italiano, inglês, alemão, francês, africano, brasileiro (tupi) (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 327-332).

O que mais surpreende é a visão dos autores quanto ao modo como a influência africana se deu no português: “Algumas palavras desta origem foram introduzidas no português indirectamente pelos Arabes até o século XIV (*papagaio, azagaia*); as outras vieram directamente pelo comércio e trato entre Portuguezes e Africanos (*bugio, buzio, gimbo...* - Sec. XV e XVI [...]) e ainda acrescentado no Brasil depois do XVII (*inhame, calundú, giló...*).” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 329, 330).

Além disso, os autores observam que

Quasi todos os vocabulos desta origem pertencem á língua bunda, e aos dialectos do Congo: *banza, banzar, banzé* (barulho, motim, disputa), *batuque, cacunda* (costas), *calunga, cangerè, catinga, caxeringuengue* (faca velha), *jongo, lundu, macaco, malungo, moleca moleque* (ou do Árabe?), *marimba, mandinga* (feitiço), *mulambo, quegila, samba, cumbuca, senzala, sova* (governador), *urucungo* (instrumento mus.), *zanga, zumbi, zungú*, etc (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 330).

E acrescentam que “muitos desses vocabulos pertencem tão somente ao léxico brasileiro: *camondongo, clunga, pucuman picumam* (fuligem), *muxinga* (açoite), etc...” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 330). Os autores citam uma canção com termos africanos, com uma sintaxe muito parecida com o que poderia ser um crioulo:

Na linguagem do Brasil, muito frequente é ainda hoje o emprego de termos do elemento africano, que aparece também – ainda que raro –, nas canções populares: *Você gosta de mim / Eu gosto de você; / Si papae consenti / Oh! meu bem, Eu caso com você. / Alê, Alê, calunga Mussunga, mussunga ê* (JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 330).

Na lição intitulada “Anomalias grammaticas. Idiotismos. Dialectos. Provincialismos. Brasileirismos”, os autores discorrem sobre os diversos dialectos do português, entre eles “o português fallado no Brasil”, que divergiria do português falado em Portugal, em relação à pronúncia e à transferência de significados. O vocabulário, nos dois países, seria o mesmo, sendo, no entanto, o brasileiro “mais opulentado com o elemento tupy-guarani, e mais alguns termos africanos.” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 510). Isto é, os autores mostram desconhecer o fato de que foram muitas as línguas africanas trazidas com o tráfico transatlântico de africanos que enriqueceram o português brasileiro.

Entre os 184 brasileirismos citados nesse capítulo (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 513-522), há somente três termos para os quais a origem africana é especificada. São

batuque, jongo - “dança de negros” e *Muxinga* - “açoute -voc. Afr.” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 514 e 57). Os outros termos que são facilmente identificados como africanismos são: *banzeiro, cuchillar, caçulo, calundu, calunga, camondongo, farofa, mungangas, muxoxo, mulambo, mandinga, mocambinho, mocambos, muxiba, nhô, yoyô, quimanga, senzala, samba, xingar, xingamento*, e destacamos as definições de “*Quilombo* – lugar onde se refugiam e reúnem negros fugidos” e “*Quilombola* – negro que se acolhe ao quilombo” (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1887, p. 519), sem fazer alusão, nessas definições, à escravidão, principal razão da fuga e da constituição de quilombos.

A análise das gramáticas mostrou que a maioria dos gramáticos e filólogos prezava muito pela “pureza” da língua portuguesa, fazendo uma nítida separação entre o “bem” e “mal” falar e, sobretudo, escrever. Uma pronúncia menos prestigiosa, ou que se afastava do que era considerado genuinamente português, era tratada como “vício de pronúncia”, própria do “povo inculato”. As primeiras gramáticas analisadas, de 1866 e 1867, de Francisco Sotero dos Reis e Laurindo José da Silva Rabelo, não mencionam línguas africanas ou falares de escravizados, o que evidencia a invisibilidade dos africanos escravizados e libertos para as classes dominantes e a elite intelectual, e a despreocupação dessas últimas em registrar a rica realidade linguística de uma época em que ainda se vivia o escravismo, em que grande parte da população era de origem africana, e portanto que falava línguas africanas. As gramáticas dos anos seguintes, isto é, as de Augusto Freire da Silva, Julio Ribeiro, João Ribeiro, Manuel Pacheco da Silva Júnior e Lameira de Andrade, respectivamente de 1875, 1881, e as duas últimas de 1887, consideram “o africano” ou “áfrico” um dialeto da língua portuguesa, o que evidencia a visão reducionista dos autores em relação às línguas dos africanos. Essas gramáticas não propõem um estudo aprofundado das línguas africanas, mas citam, de forma sintética, algumas palavras de origem africana que tinham entrado na língua portuguesa, evidenciando que essa influência atingiu também a língua padrão.

4.2 ENSAIOS

4.2.1 *Estudos sobre a poesia popular do Brasil, de Silvio Romero, 1888*

Silvio Romero foi advogado, jornalista, crítico literário, filósofo, ensaísta, professor, historiador da literatura brasileira e político. Nasceu em Lagarto, no Sergipe, em 21 de abril de 1851, um ano após a cessão do tráfico transatlântico de escravizados, e morreu no Rio de Janeiro,

em 18 de julho de 1914. Era filho de comerciantes portugueses. Estudou Direito; formou, com outros amigos, a Escola do Recife, que buscava inovar a mentalidade brasileira. Contribuiu como ensaísta, crítico e poeta nas folhas de jornais de Recife. Teve um envolvimento político: depois de formado, elegeu-se deputado à Assembleia provincial de Sergipe, em 1874; mais tarde, foi juiz municipal em Paraty, por pouco tempo; no governo de Campos Sales, foi deputado provincial e depois federal pelo Estado de Sergipe.

A sua contribuição para a historiografia literária brasileira foi uma das mais importantes do seu tempo. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e fundador da cadeira número 17 da Academia Brasileira de Letras, em janeiro de 1897. Pesquisou e escreveu sobre o folclore brasileiro e publicou, além da obra aqui analisada, *O elemento popular na literatura do Brasil*, *Contos populares do Brasil* e *Cantos populares do Brasil*.

A obra *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* é dividida em dez capítulos, distribuídos em 365 páginas, de cunho mais literário do que linguístico. No entanto, existem importantes considerações sobre a língua e os modos de falar dos escravizados, como veremos a seguir. O capítulo I trata sobre a caracterização da poesia popular brasileira. Do capítulo II ao V, Romero apresenta as origens da poesia popular e reúne autores da época, como Celso de Magalhães, José de Alencar, Couto de Magalhães, Carlos de Koseritz e Araripe Júnior, dos quais apenas Celso de Magalhães fala sobre influências africanas. Romero apresenta citações desses autores, inclusive trechos de poesias e contos populares, e faz a análise crítica do que dizem. É a partir dessa análise crítica que se pode perceber a visão do autor sobre as influências de línguas africanas no português. O capítulo VI aborda mulheres e crianças na poesia popular, os capítulos seguintes abordam as origens populares da poesia, a literatura de cordel e as transformações que ocorreram na língua portuguesa.

No primeiro capítulo, Romero esclarece que “A poesia popular revela o caráter dos povos”, cantos que nos definem e individualizam (ROMERO, 1888, p. 6), e especifica que são três as categorias de população através das quais “se póde proceder ao estudo da poesia popular”. A que ele considera, sob certos aspectos, a mais importante é a dos povos inteiramente bárbaros e até selvagens, que ainda hoje existem na Africa, America e Oceania (ROMERO, 1888, p. 7), o que constituía uma visão comum da classe dominante, segundo a qual os povos dominados eram vistos como selvagens.

Romero considera que “à primeira vista parece que o povo do Brazil é dos mais adequados para o estudo da poesia e das crenças populares, por conter nada menos de três distintos ramos de procedencias. *O caboclo, o negro e o branco*” (ROMERO, 1888, p. 8, grifos

do autor). Considera povo brasileiro os nascidos no Brasil, os genuínos natos, enquanto que o “portuguez nato, o negro da *costa* e o indio *selvagem*” (ROMERO, 1888, p. 8, grifos do autor) são considerados estrangeiros.

Existem considerações sobre as línguas dos trabalhadores africanos escravizados, um testemunho do contato entre os povos e da dureza da escravidão:

Quasi sempre encontrei os negros filhos da Africa aqui vivendo, ou completamente olvidados de sua língua e idéas nativas ou em estado de não poderem dar esclarecimentos apreciáveis a semelhante respeito. Os que se lembram ainda da língua, acham-se por tal fôrma entrelaçados em os nossos costumes, que não são mais, em rigor, um documento vivo das suas primitivas crenças (ROMERO, 1888, p. 10).

No capítulo 3, procuramos mostrar que a comunicação dos trabalhadores escravizados não estava comprometida porque eles esqueciam suas línguas nativas. As dificuldades de comunicação provinham do fato de eles participarem quase que exclusivamente da esfera social do trabalho feitorizado – nas plantações, nos engenhos, nas minas, etc. As oportunidades de uma comunicação mais ampla davam-se na senzala, nas poucas horas de descanso, na casa-grande e nas cidades, no caso de escravo de aluguel ou de ganho. Além disso, como vimos, a condição social que o escravismo colonial impunha aos trabalhadores escravizados levava muitos deles à completa alienação de sua consciência, desde o momento em que foram arrancados de seu ambiente socio-ideológico-cultural na África até sua morte como cativo no Brasil.

Publicada em 1888, ano em que “os cativos se agitavam e, muitas vezes, abandonavam pacificamente as fazendas, dirigiam-se para as cidades ou se escondiam nos matos e nos cerros” (MAESTRI, 2002, p. 151), e em que ocorre fim da escravatura, em maio, a obra de Romero apresenta marcas desse fato histórico: “O melhor ensejo, pode-se dizer, está passando com a benéfica extinção do tráfico. Apressem-se, porém, senão terão de perdê-lo de todo. E, todavia, que manancial para o estudo do pensamento primitivo! (sic)” (ROMERO, 1888, p. 11). Ou seja, Romero considera primitivo o pensamento dos cativos africanos.

O autor apresenta, em seguida, algumas palavras cabindas com seu significado, “taes como as aprendi e pude escrevel-as” (ROMERO, 1888, p. 11): tuya – fogo, combo – cabra, cuço – galinha, unquento – mulher, yacala – homem, buto – café, gúlo – porco, mannduba – rapariga, massango – milho, cuni – pão, enzo – casa, guba – amendoim, tanga – funda, missanga – contas, vula – chuva, emboá – cachorro, fuco – noite, muanami – filho (meu), gananzambi – ser sobrenatural, mumbundo – negro, mundéle – branco, muno – eu, guey – você, dungo – pimenta, méssô – olhos, mayacá – mandioca, piuqui – preto, uncôco – rio, zala – fome, guiando

– esteira, panguiami – camarada (meu), muini – sol, gonda – lua, cufuá – morrer, cudiá – comer, fumuami – sonho (meu), tatame – pai (meu), guámi – mãe (minha), nenê – grande, uá – muito, pacaça – burro (ROMERO, 1888, p. 11, 12). Esse pequeno vocabulário de termos africanos falados pelos negros cabindas não demonstra necessariamente que ele conhecesse essa língua ou que ele tivesse contatos regulares com falantes de línguas africanas. O que sabemos é que ele lamentava “que 'no Brasil se houvesse descurado completamente do estudo das línguas africanas faladas pelos escravos pretos' e que os intelectuais brasileiros estivessem 'levianamente deixando morrer os nossos negros da Costa como inúteis' e abandonando 'o estudo de tantos dialetos africanos que se falam em nossa senzala’”¹⁷ (RODRIGUES, 1977, p. 122 *apud* CARBONI, 2009, p. 109).

Essa língua cabinda, Romero a considera

de aspecto primitivo e rudimentar, [que] contribuiu para avolumar com alguns vocabulos o portuguez do Brazil. Por ella tive o ensejo de vêr e observar o phenomeno do cruzamento de uma lingua com outra, facto em que a lingua mais culta tende afinal a triumphar, sem deixar comtudo de sofrer grandes alterações. O cabinda, dirigindo-se a um companheiro aqui no Brasil, diz ás vezes – *Guei 'tá cudiando,*, você está comendo. Quem não vê que aquelle '*tá é o nosso está,* e que o *cudiá,* comer, em cabinda, tomou a fôrma do participio presente portuguez? (ROMERO, 1888, p. 12, grifos do autor).

Há, na obra, registro de aspectos culturais trazidos por africanos, como em “Lagarto, em Sergipe, no dia de Reis celebra-se a festa de S. Benedicto e apreciam-se então ali dous folguedos especiaes: o dos *Congos*, que é proprio dos negros, o das *Tayêras*, feito pelas mulatas” (ROMERO, 1888, p. 30, grifos do autor) e especifica que os Congos são “uns pretos”, vestidos de reis e príncipes e fazem a guarda de três rainhas também negras, que acompanham São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Enquanto que as Tayêras são mulatas, vestidas de branco e enfeitadas de fitas, acompanham a procissão cantando e dançando. Os versos que elas dizem fazem referência a santos católicos:

Virgem do Rosario, / Senhora do mundo, / Senão vou ao fundo... / Indêrê, rê, rê, rê... / Ai! Jesus de Nazareh! / Meu S. Benedicto / Não tem mais corôa; / Tem uma toalha / Vinda de Lisboa... / Indêrê, rê, rê, rê... / Ai! Jesus de Nazareh! (ROMERO, 1888, p. 31).

Os trabalhadores africanos escravizados muito trabalhavam, e era no trabalho que encontravam uma oportunidade de expressão através das canções. Romero atesta isso quando

17 RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: CEN, 1977.

afirma que “Outro ensejo para apreciar a evolução da poesia popular é observar o povo no seu trabalho” (ROMERO, 1888, p. 34), porque diz ter observado os trabalhadores cantando “lavrando a terra, ou deitando mattas ao chão, ou nos engenhos no moer das cannas e na preparação do assucar, sempre o trabalhador vai cantando e improvisando. É o cantar elogio ou cantar ao desafio, expressões de alegria usadas em Pernambuco” (ROMERO, 1888, p. 35). Fala de trabalhadores, mas em nenhum momento menciona que esses trabalhadores são africanos nem que são escravizados.

Outro registro de palavra de origem africana encontra-se ainda no capítulo I, quando Romero fala de um original costume, observado “em outras provincias”, especificando que se trata de “um trabalhar livre e galhofeiro ao som de cantigas” (ROMERO, 1888, p. 35): “um roceiro, que tem um serviço atrasado, roçagem, plantação ou colheita, convida os vizinhos para o ajudarem a levar avante o eito; acendendo estes, forma-se o que chamam no Rio de Janeiro *potirão* ou *potirum*. O *potirum*, expressão africana, dura ás vezes dous a tres dias” (ROMERO, 1888, p. 35).

O autor considera “evidente a origem portuguesa de alguns e transformação mestiça de outros” ditados, adivinhações, folguedos de crianças, poesias populares (ROMERO, 1888, p. 36), ou seja, a essas categorias de poesia popular atribui a origem sempre portuguesa, com apenas alterações mestiças, como se não houvesse criações poéticas de mestiços e muito menos africanos ou índios.

No capítulo II, cujo título é *Analyse dos Escriptores, que trataram da nossa poesia popular*, Romero fala de Celso de Magalhães, nascido 1849, em Viana, Maranhão, falecido muito jovem, em 1879, que desde muito cedo dedicou-se à produção de poemas e participou ativamente de eventos políticos e literários da sua época. Celso de Magalhães é o único autor analisado por Romero a falar sobre a contribuição africana.

Celso acredita que o africano entrou na formação do povo brasileiro, o povo considerado por ele civilizado, e que “deturpou a poesia, a dança e a música” (ROMERO, 1888, p. 49). Romero vai além e, para o fato de Magalhães considerar que africanos tornaram o romance menos nobre, diz que esse autor tem um furor anticientífico para com os africanos, porque foram os mestiços que provocaram transformações na língua (ROMERO, 1888, p. 61).

Romero apresenta alguns versos e afirma que “Ouvimos, por vezes, entre negros esta *lenga-lenga*: eles a repetem com certo sentimento de sua inferioridade” (ROMERO, 1888, p. 88). Na verdade, a inferioridade que sentiam é um reflexo da visão da classe dominante sobre eles mesmos, os africanos e seus descendentes escravizados.

A influência africana dos diminutivos é atestada neste capítulo, identificada em Paraty, por Romero:

Alli fazem-se diminutivos até de pronomes, advérbios, preteritos, participios presentes e outros tempos de verbos. Assim diz-se: túzinho, ellezinho, assimzinho, mesminho, chorandinho, estázinho, erazinho... de tu, ele, assim, mesmo, chorando, está, era... Descobrimos ahi uma influencia africana, pois aos pretos, por seu sentimento de respeito e timidez para com os senhores, ás mais das vezes verdadeiros despotas, é que devemos as formulas elogiativas e excessivamente carinhosas da linguagem, dictadas pela submissão do escravo, taes como: - sinhá, sinhazinha, yayá, yayázinha; sinhô, sinhozinho, yoyô, yoyôzinho (ROMERO, 1888, p. 60).

Volochínov (2014, p. 48) diz que “a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente”, a classe dominante expressa os seus interesses através da palavra. Assim, Romero diz que africanos se dirigem aos senhores de forma respeitosa e tímida, uma representação distorcida da realidade, porque na verdade, eram submissos e sujeitos a severos castigos caso desagradassem os senhores.

No capítulo seguinte, Romero analisa José de Alencar, que nasceu em maio de 1829, em Fortaleza, e morreu em dezembro de 1877, no Rio de Janeiro. Foi advogado, jornalista, político, romancista e teatrólogo. É patrono da cadeira 23 da Academia Brasileira de Letras.

Romero expõe a coleta de poesias sertanejas e romances de vaqueiros de Alencar, que discute acerca das transformações que ocorreram na língua e atribui as diferenças entre o português europeu e americano essencialmente às línguas indígenas. Apenas em um curto trecho durante toda a discussão, menciona as línguas africanas: “o nosso povo formou de raízes tipicas em geral, e algumas de raiz africana; mas todas pelo tipo indígena” (ROMERO, 1888, p. 167). Nessa parte, nem Romero faz interferências, então as línguas indígenas são bastante destacadas como influência.

O autor seguinte, analisado no capítulo IV por Romero, é Couto de Magalhães, que nasceu em 1837, em Minas Gerais, e morreu em 1898. Foi um dos pioneiros a realizar estudos folclóricos no Brasil. Foi aluno da Academia Militar, formou-se em direito, foi secretário do governo e presidente de províncias. Falava diversas línguas, dentre elas, indígenas.

Couto fala sobretudo sobre o “conto dos selvagens”, dos indígenas. Nas suas considerações sobre a poesia popular, Magalhães ressalta apenas as transformações na língua pelas línguas indígenas, por isso, Romero (1888, p. 178) chama atenção para o fato de que são

muitos idiomas africanos falados no Brasil, há mais de três séculos, que transformaram a língua portuguesa: “não é só o tupy que vai transformando a língua portuguesa; são também muitos idiomas africanos falados no Brasil há mais de três séculos”.

E, na parte seguinte a esta citação, há um testemunho de usos de línguas africanas: “Eu colligi também provas disso, não só em uma multidão de termos africanos que nos passaram para a língua popular, como em canções em que ainda uma língua africana é empregada ao lado do português” (ROMERO, 1888, p. 178, 179). E exemplifica com a canção:

Você gosta de mim?! / Eu gosto de você... / Oh! meu bem, / Eu caso com você... / *Alê, alê, calunga, / Mussunga mussunga ê.* / Si me dá de vestir, / Si me dá de comer, / Si me paga a caça, / Oh! meu bem, / Vou morar com você... / *Alê, alê, calunga, / Mussunga, mussunga ê.* (ROMERO, 1888, p. 179).

Na mesma página, Romero faz a observação de que “Nas duas estrophes o estylo, a intuição, as idéas são de inspiração africana, e o ritornello é evidentemente estropiação de termos da Africa” (ROMERO, 1888, p. 179). Um julgamento que considera um falar de língua africana uma estropiação. Mesmo que as palavras ali proferidas tenham mudado em relação à língua originalmente falada na África, ela continua a ser língua. Considerar uma estropiação é diminuir não só a língua, mas seus falantes.

Romero preza muito pelo que é português, porque considera que “Na poesia popular, portanto, depois do português, é o *mestiço* o principal fator. Aos selvagens e africanos, que não são autores directos, coube ali mesmo, porém, uma acção mais ou menos efficaz” (ROMERO, 1888, p. 251, grifo do autor), ou seja, mesmo que a certo momento do período escravista a maioria da população no Brasil fosse composta por africanos, e não portugueses, considera mínima a sua influência e a de índios nativos, reconhecendo, predominantemente, a influência dos mestiços. E continua sua explicação, consoante com a mesma visão de mundo expressa anteriormente, afirmando que

Quanto aos índios e negros, verdadeiros estrangeiros, e forçados ao uso de uma língua imposta, a sua acção foi indirecta, ainda que real. Na formação *psychologia do mestiço*, a que iam transmittindo suas tendencias intellectuaes com todas as suas crenças, anexins, abusões, lendas e phantasias, é que se nota seu influxo (ROMERO, 1888, p. 252, grifos do autor).

Essas ideias, que valorizam o português e desvalorizam o africano, o índio nativo, considerando este último como elemento estrangeiro, se propagavam através do livro, produto ideológico. A escrita é mais pensada do que a fala, e influencia o leitor: “o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala; ele responde a

alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc” (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 128).

Todas as cantigas que não correspondem às portuguesas, Romero atribui às três raças, formando “um typo novo que predominará a acção do branco” (ROMERO, 1888, p. 252). E continua, especificando que essas criações, “que chamaremos mixtas, dá-se cumulativamente a acção das tres raças, e ao mestiço pertence, como propios, o languor lascivo e os calidos anhelitos da paixão. Quase todos os versos desta especie colligimos da bocca de ariscas e faceiras *mulatas*” (ROMERO, 1888, p. 252, grifo do autor), declarando a participação das mulheres na criação de poesia popular.

Na parte seguinte a essas considerações, o autor apresenta “alguns especimens de *lyrismo* popular puramente *brazileiro* e em que a influencia do africano predomina” (ROMERO, 1888, p. 252, grifos do autor), ou seja, alguns poemas e pequenos contos, que não trazem muitas marcas da oralidade, mas a presença de diversas palavras de origem africana, como em um trecho de *A moqueca* (Sergipe e Bahia):

Minha moqueca está feita, / Meu bem, / Vamos nós todos jantar: / Bravos os dengos / Da minha yayá; / Moqueca de côco, / Molho de fubá; / Tudo bem feitinho / Por mão de yayá; / Tudo mexidinho / Por mão de Sinhá!... / Qual será o ladrão / Que não gostará?!... / Qual será o demônio / Que não comerá?!... (ROMERO, 1888, p. 253).

Ao falar sobre contos e lendas, Romero diz que “é directa a acção das tres raças e a influencia do mestiço ainda muito insignificante, a não ser como agente transformador. Temos contos de origem portuguesa (aryana), tupi (pretendida turana), africana (raças inferiores) e mestiça (formação recente)” (ROMERO, 1888, p. 261), ideias um tanto contraditórias, pois considera influência do mestiço insignificante, mas ao mesmo tempo é um agente transformador (da língua). Além disso, assim como a ideologia da época, os africanos eram considerados pertencentes à raça inferior.

O autor cita um conto, recolhido em Sergipe, o qual mostra a adaptação ao meio brasileiro. É intitulado Manjaléo, que afirma ser termo africano. O conto *O Bicho-Manjaléo*, porém, é escrito sem marcas da oralidade: “Uma vez existia um velho casado que tinha tres filhas muito bonitas; o velho era muito pobre e vivia de fazer gamellas para vender. Quando foi um dia, chegou á sua porta um moço muito formoso, montado n’um bello cavallo, e lhe falou para comprar uma de suas filhas” (ROMERO, 1888, p. 261), para citar apenas um trecho.

Ainda quando Romero separa as pessoas por raça, reconhece a influência africana, mas ressalta que essa influência só não é maior do que a portuguesa: “A raça africana tem tido no Brazil uma influencia enorme, somente inferior á importancia da portuguesa; penetrou em nossa

vida íntima, por ella moldou-se em grande parte nossa psychologia popular” (ROMERO, 1888, p. 302), considera, além disso, que a “raça africana entre nós conta-se também como raça invasora e este facto merece atenção” (ROMERO, 1888, p. 303).

Em outro trecho do mesmo capítulo, Romero novamente exalta os portugueses e inferioriza índios, africanos e mestiços:

o concurso de tres raças inteiramente distinctas, em todo o rigor da expressão, deu-nos uma sub-raça propriamente brasileira, o mestiço. O elemento fecundador é o branco que vai assimilando o que de necessario á vida lhe podem fornecer os outros dous factores. A historia prova; ella nos mostra a intelligência e a actividade do branco puro ou no mestiço quasi branco; porém nunca no indio ou no negro, estremes de mistura (ROMERO, 1888, p. 306).

No capítulo VIII, sobre transformações na língua portuguesa na América, além de Romero listar palavras de origem indígena, apresenta palavras de origem africana. São as seguintes: latuque (dança), cafuné (estalo doce na cabeça), senzala (casa de negro), cachimbo (conhecido), maracatu, chiba, samba, candomblé (danças), vatapá, caruru, angu, anguzô (certas comidas), manzanzu (bobo), mangalô (certo grão), quinguingú (trabalho à noite), potirum (trabalho extraordinário feito de sociedade), mandinga (feitiçaria), pendanga (luta), muchila (fibra da carne), banguê (carregar aos ombros), caçamba (vasilha), mocambo (casinha de negro), mucamba (criada de estimação), mocambuzio (triste), cururu (sapo grande), manjoléo (bicho horrendo), bobó (feijão com dendê), quiabo (conhecido), ambrozô (comida de milho e dendê), cambada (porção), pitiu (mau cheiro), pito (cachimbo), piquira (cavalo pequeno), bunzuntão (indivíduo porco), sulamba (sujeito desmazelado), munganga (careta), mangangá (principal, grande), xará (conhecidos), calundu (aborrecimento), caçula e quirera (o filho mais moço de todos), marruá (touro valente), calunga (boneco), missanga (contas), quilombo (reuniões de negros fugidos), quilombola (negro de quilombo), moleque (negro ainda pequeno), xuxu, jiló (frutas), quenga (cuia velha e quebrada), capenga (coxo), camundongo (rato pequeno), malagueta e cumari (pimenta), caxerenguengue (faca velha e quebrada), pixaim (cabelo de carapinha), gaforinha (cabeleira de negro), bunda (nádegas), encafifado (caipora, enfiado), muxoxo (ruído de desdém com a boca), cafanga (embuste), candonga (mentira), cachaça (aguardente), pinoia (cachaça), caçoá (cesto grande para carga animal), engana, enganinha (senhora moça), acaçá (comida de milho), caxumba (moléstia do rosto), malungo (companheiro), mungunzá (comida), zumbi (lobisomem), garapa (bebida), descachelar (arreganhar), bongar (colher grãos esparsos), capiangular (furtar), xingar (insultar), buzuntar,

labrear, lambuzar (sujar), emgambelar (enganar), pitar (fumar), cuchilar (conhecido) (ROMERO, 1888, p. 315, 316).

Algumas afirmações de Romero são paradigmáticas da visão que a “elite” brasileira tinha dos ex-trabalhadores escravizados e livres. Partindo de uma premissa correta, ao considerar que “é uma vergonha para a sciencia do Brazil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das linguas e das religiões africanas” (ROMERO, 1888, p. 10), Romero explicita que, enquanto alguns cientistas vivem anos e anos na África somente para estudar as línguas desse continente, “nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a America em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido neste sentido!” (ROMERO, 1888, p. 10).

Existem outros trechos ao longo do livro que apresentam esse tipo de afirmação, quando lamenta que

tal nós vamos levemente deixando morrer os nossos negros da Costa, como inúteis e iremos deixar a outros o estudo de tantos dialectos africanos que se falam em nossas *senzalas*! O negro não é só uma machina *economica*; ele é antes de tudo, e máo grado sua ignorancia, um objecto de *sciencia* (ROMERO, 1888, p. 11).

Além dessas, Romero faz considerações sobre a escravidão, quando afirma que seja escravidão de índios ou de africanos, ela “ha sido um forte obstaculo ao nosso progresso politico e social, e deturpou, em grande parte, o que de util poderíamos esperar das raças inferiores” (ROMERO, 1888, p. 87). O autor lamenta a escravidão, quando diz que “fomos os primeiros a clamar contra essa lacuna e essa injustiça, apesar de não sermos suspeito, pois somos filho directo de portuguezes” (ROMERO, 1888, p. 189).

Romero afirma também que “ainda entre nós [há] certa tendencia de ridicularizarem-se entre si as diversas raças” e fala brevemente sobre o caboclo, além do africano, português e mestiço, sempre elicitando mais o português: “O negro era, por sua vez, bem desdenhado, e o portuguez alcunhado de maroto, gallego, marinheiro, etc. Ao mestiço deu-se o nome de cabra, bode, e outros titulos malsinantes” (ROMERO, 1888, p. 261).

O autor reconhece a influência africana, e que “muitos de nossos costumes foram por elle, transmittidos”, e cita sua influência na cozinha, na dança e na música, na literatura. E lamenta “que essa raça energica tenha sofrido o labéo da escravidão; fazemos aqui também um voto em prol de sua libertação completa e para que se reivindique o seu logar em nossa historia. Havia outros meios de utilizar o negro sem aviltal-o” (ROMERO, 1888, p. 304), ainda, contudo, considerando os trabalhadores africanos como objetos.

4.2.2 *O linguajar carioca, de Antenor Nascentes, publicado em 1922*

Antenor Nascentes nasceu em 17 de junho de 1886, no Rio de Janeiro, onde morreu em 6 de setembro de 1972. Foi filólogo, linguista e lexicógrafo, foi tradutor e editor de textos. Estudou Letras e Direito, e foi professor universitário. Foi um grande filólogo, conhecia as principais línguas românicas, além de incursões pelo germânico e anglo-saxão. Recebeu um prêmio da Academia Brasileira de Letras, em 1933, pela melhor obra sobre a língua portuguesa; em 1935, a Congregação do Liceu de Goiás conferiu-lhe o título de Doutor Honoris Causa, e em 1952 recebeu o título de Professor Emérito Colégio Pedro II. Dentre suas principais obras, está *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa: Nomes próprios*, de 1952, e *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras*, de 1988.

O contexto sócio-histórico da obra é marcado pelos primeiros anos de república, iniciada em 1889, após o fim monarquia e o fim da instituição escravista, com domínio político das elites agrárias mineiras, paulistas, cariocas. Foi um período em que a sociedade foi reorganizada, inclusive com o desenvolvimento da indústria. O contexto também envolve a Semana de Arte Moderna, em 1922, e a recorrente discussão sobre a necessidade de descobrir e retratar o Brasil.

Analisamos a 2ª edição da obra *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes, “completamente refundida”. Ela tem 219 páginas, 7 capítulos e 2 prefácios, para a primeira e segunda edições. Os capítulos são: O falar brasileiro; Posição do linguajar carioca no conjunto do falar brasileiro; Fonética; Morfologia; Sintaxe; Léxico, Vocabulário.

Aborda, de um modo geral, o falar brasileiro. Há uma preocupação em diferenciar o português repleto de influências devido a todo contexto histórico do Brasil, ainda antes de se constituir nação, e há uma certa valorização desse falar, considerado também forma genuína: “o que não se pode contestar é a existência de variação entre a língua do Brasil e a de sua antiga metrópole” (NASCENTES, 1953, p. 12). E analisa, especificamente, o linguajar carioca no conjunto de falares brasileiros.

A começar pelo título, fica claro que, para o autor, a fala popular carioca não é língua, mas linguajar, um termo mais pejorativo para considerar essa fala específica. Desde o início da obra, o autor (1953, p. 10) esclarece que o índio foi o primeiro a aprender o português, e depois o africano, considera quase simultânea a aprendizagem dessas etnias. E acrescenta que “Desde meados, pois, do século XVI, colonos portugueses, índios, africanos, seus descendentes puros ou mestiços, começaram, cada qual a seu jeito, a modificar a língua portuguesa e mais tarde as

modificações por eles introduzidas vieram a constituir o falar brasileiro.” (NASCENTES, 1953, p. 10).

Esclarece que dialeto crioulo é uma mistura entre palavras europeias e gramática de povo selvagem ou bárbaro. Atesta que o falar dos africanos de mina já não existia: “Um espécimen de tais dialetos tínhamos na linguagem dos pretos minas, hoje totalmente desaparecida” (NASCENTES, 1953, p. 15).

Ao explicar a fala da “classe inculta” está, na verdade, a se referir às pessoas que falavam, além do português, outras línguas, como os africanos e seus descendentes, que além disso, não tinham acesso ao mundo da escrita: “No Brasil porém, a classe inculta, que não nutre preocupações de boa pronúncia, intercala francamente uma vogal sem caráter de parasitaria e sim com o de vogal normal, a classe semiculta deixa ouvir a vogal parasitária com menos intensidade do que a classe inculta” (NASCENTES, 1953, p. 57).

Quanto ao contato de africanos e suas línguas com os brasileiros que faziam parte da tripulação dos navios, considera que “Era, portanto, natural que os tripulantes dos navios brasileiros, que andavam à escravatura, fossem transportando para o Brasil, em cada viagem, expressões que os habituara o falar daqueles com os quais viviam ali em demorado contato renovado todos os anos.” (NASCENTES, 1953, p. 79).

Diversos fenômenos fonéticos são explicados e exemplificados, como prótese, aférese, epêntese, etc. Assim como aspectos sintáticos e morfológicos cariocas são especificados, como pontualidades no uso de substantivos, adjetivos, numerais, pronomes, verbos, etc. O fenômeno que troca o sujeito *eu* pelo objeto *mim*, como em “esta laranja é para mim comer” (NASCENTES, 1953, p. 130), é atribuído aos africanos.

Nascentes (1953, p. 149) questiona a que se deve atribuir a especificidade do português brasileiro e explicita que autores “atribuem ao africano a colocação brasileira”. Há, porém, a consideração de que “É verdade que no português de Angola se dão vacilações análogas às nossas, mas as mesmas vacilações se dão no de Goa, sem influência africana alguma” (NASCENTES, 1953, p. 149). Neste ponto, é importante observar que o autor está atento ao fato de que é possível atribuir as mudanças no português brasileiro aos africanos escravizados ou não: pode ser apenas a própria evolução da língua. E conclui essa parte dizendo que “o melhor é admitir que o substrato índio e o superstrato africano, ao lançarem-se no século XVII os fundamentos da nacionalidade e do falar brasileiros, desmantelaram a cadência lusitana, produzindo a cadência brasileira e esta então ajeitou o pronome como melhor pareceu.”, além de que “A influência do índio e a do negro foram gerais, destruindo a cadência lusitana.” (NASCENTES, 1953, p. 149, 150).

4.2.3 *A influência africana no português do Brasil, de Renato Mendonça, 1933*

Renato Firmino de Mendonça nasceu em Pilar, Alagoas, em 23 de dezembro de 1912, e morreu no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1990. Foi bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II em 1931, e formou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1935. Foi professor de língua portuguesa no Colégio Pedro II, onde havia estudado, e deu aulas de Português e de Literatura Brasileira na Universidade Nacional do México, onde fundou a Cátedra de Literatura Brasileira. Teve diversos cargos, como oficial de gabinete do Ministro das Relações Exteriores, segundo secretário de embaixada do Brasil em Tóquio e no México, primeiro secretário de embaixada e cônsul do Brasil na cidade do Porto, além de postos diplomáticos em diversos países da Europa. Escreveu conferências e artigos, além de ensaios, como *O negro no folclore e na literatura do Brasil*, *O português do Brasil: origens, evolução e tendências*, *O negro e a Cultura no Brasil*, etc. Em 1947, foi eleito sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Quando a obra aqui analisada foi publicada, em 1933, já na chamada Era Vargas, o Brasil encontrava-se em processo de industrialização, mas sofria também as consequências da grande crise mundial iniciada em 1929. Haviam se passado apenas 45 anos desde a abolição da escravatura e 58, desde o início da grande imigração de camponeses europeus. É também importante lembrar que alguns países europeus conheciam regimes autoritários (FAUSTO, 2001, p. 155, 156).

O ensaio *A influência africana no português do Brasil* é dividido em oito capítulos e apresenta, no final, um vocabulário contendo uma lista de palavras de origem africana. O primeiro capítulo apresenta dados etnográficos africanos; o segundo trata de linguística africana; o terceiro, do tráfico; o quarto tem o título “Povos Negros Importados”; o quinto apresenta a fonética e a morfologia da língua Quimbundo; o sexto, que mais nos interessa, estuda a influência africana no português brasileiro; o sétimo é sobre o folclore e o oitavo capítulo apresenta um estudo sobre o negro na Literatura Brasileira. A obra foi um dos estudos pioneiros sobre a influência das línguas africanas no português falado no Brasil.

Mendonça denuncia a pouca atenção que se deu, até então, ao estudo das influências das línguas africanas no português brasileiro: “A lastimável incúria, em que estiveram os estudos sobre o negro no Brasil, demonstra-se pela inexistência de dados diretos como pela raridade, durante muitos anos, de trabalhos modernos sobre o assunto” (MENDONÇA, 2012,

p. 59). No capítulo dedicado à influência africana no português, o escritor alagoano mostra-se indignado com o fato de que fenômenos linguísticos produzidos por africanos foram tomados como de origem tupi em estudos já desenvolvidos anteriormente: “É lastimável mesmo que fenômenos caracteristicamente negros da nossa fonética sejam aproximados do tupi, com menoscabo da verdade histórica” (MENDONÇA, 2012, p. 78). Segundo ele, isso resultava

da proeminência indevida que se conferiu ao índio com prejuízo do negro na formação da nacionalidade brasileira. Há mesmo aí muita coisa influenciada pelo indianismo de Gonçalves Dias e Alencar. O negro que sua no eito e, esfalfado, trabalha sob o chicote, não oferece a mesma poesia do índio aventureiro, que erra pelas florestas... Se um alicerça obscuramente a economia nacional com a lavoura da cana-de-açúcar e do café, e a mineração do ouro, o outro sugere motivos sentimentais para o passatempo dos elegantes do Império... (MENDONÇA, 2012, p.79).

O autor lamenta também que “os nossos filólogos preferem, em maioria, tratar de assuntos lusitanos a encarar os aspectos ricos da dialetologia brasileira” (MENDONÇA, 2012, p. 76). Mendonça considera, no entanto, que, de fato, até o século XVIII, no Brasil, falavam-se mais línguas gerais de base tupi do que línguas africanas. Segundo ele,

Os bandeirantes, exploradores da vastidão do Brasil, foram outros propagandistas insuperáveis do tupi, porque lhe marcaram um lugar invejável na toponímia brasileira. Seria estulto, portanto, menosprezar uma influência secular. A tendência, porém, a exagerar tal influência em detrimento de outras, não se compreende (MENDONÇA, 2012, p. 76).

Conforme o autor, enquanto força de trabalho escravizada, o africano começou gradualmente a substituir o nativo e essa substituição se acentuou do século XVII em diante, “a ponto de no século XIX o índio haver desaparecido praticamente no cenário do país. É então que atua indelevelmente o fator africano. Na intimidade da família, na vida do campo bem como na cidade, o negro é uma figura infalível” (MENDONÇA, 2012, p. 76).

Para ele, não teriam subsistido “dialetos crioulos”, em razão de sua “existência muito instável” (MENDONÇA, 2012, 79, 80), e nem línguas africanas, fora “em certas cerimônias do culto gêge-yorubano”, nas quais “com certeza se falou obrigatoriamente o nagô até recentemente. Todavia, já nas 'macumbas', não se fala mais africano, ao que nos conste, havendo não obstante muitas palavras daquela origem no ritual.” (MENDONÇA, 2012, p. 80). No entanto, “O negro influenciou sensivelmente a nossa língua popular. Um contato prolongado de duas línguas sempre produz em ambas fenômenos de osmose.” (MENDONÇA, 2012, p. 80). São as marcas dessa influência que o livro do Mendonça nos apresenta.

O livro apresenta as línguas africanas que foram faladas no Brasil: “Temos provas de que foram faladas no Brasil as seguintes línguas: Nagô ou ioruba, quimbundo, gêge ou ewe, kanui ou nifê, e guruncis.” (MENDONÇA, 2012, p. 63). E afirma que dessas línguas, duas “foram adotadas pelos negros no país, como línguas gerais: o nagô ou ioruba na Bahia e o quimbundo no Norte e no Sul” (MENDONÇA, 2012, p. 63). Na mesma página, Mendonça afirma que o quimbundo, pelo uso mais extenso e antigo, exerceu maior influência do que o nagô.

A respeito dessa última afirmação, Yeda Pessoa de Castro, que escreveu o prefácio de “A influência africana no português do Brasil” (MENDONÇA, 2012, p. 18), pondera o seguinte:

Quanto à avaliação em torno da influência nagô-iorubá e banto no Brasil, a obra de Mendonça exhibe o mapa da distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial baseado no equívoco metodológico instalado por Nina Rodrigues no âmbito dos estudos afrobrasileiros, a partir da publicação de *Os Africanos no Brasil* em 1932. No mapa, os iorubás estão concentrados na Bahia e os bantos em outros Estados, como se essas duas áreas de influência estivessem em compartimentos limítrofes, mas estanques entre si. Esse tipo de entendimento tem levado pesquisadores a atribuir uma origem iorubá, mesmo quando não o são, a marcas de africanidade em nossa identidade cultural e linguística, a exemplo de algumas palavras de origem fon no vocabulário de Mendonça, que discutiremos adiante.

É o quimbundo que o autor analisa no capítulo V, explicitando o seu funcionamento quanto aos sufixos e prefixos, aspectos verbais, sintaxe, vocabulário, tons, e, na fonética, as alterações de sons na passagem desta língua para o português. O autor atesta igualmente que “o *mina* foi uma língua de preto falada na Bahia, até não há muito tempo, pelos africanos e seus descendentes. Sua existência efêmera já cessou” (MENDONÇA, 2012, p. 80, grifo do autor).

No capítulo VI, Mendonça apresenta as alterações fonéticas observadas no português falado no Brasil que tem origem nas línguas africanas. O filólogo inicia dizendo que ele concorda com os que dizem que o português falado no Brasil é um dialeto: “Limitamo-nos a registrar um fato de há muito verificado por notável filólogo: o português do Brasil constitui um dialeto”, que, prosseguindo sua evolução, “diferenciou-se em subdialeto.” (MENDONÇA, 2012, p. 76).

O principal objeto do capítulo é uma apresentação das alterações do português que provêm de línguas africanas, em função do nível de língua onde se apresentam - fonético, morfológico e sintático. Na seção sobre as alterações **fonéticas** (MENDONÇA, 2012, p. 80-85), são sistematizados os diversos fenômenos observados no português do Brasil:

- a vocalização, isto é, o som lh que muda para y, como em “muyé”;

- a assimilação, quando o fonema j passa para z: “Jesus→Zezúz”, “registro-reziro”;
- a dissimilação, que é a supressão do r: “negro → nego”, “alegre → alegue”;
- a aférese, quando cai o som inicial: “está → tá, você → ocê, acabar → cabá, Sebastião → Bastião;
- a apócope, fenômeno que consiste na queda de sons finais, como l e r: general → generá, cafezal → cafezá, mel → mé, esquecer → esquecê, Artur → Artú (MENDONÇA, 2012, p. 82);
- a metátese, isto é, a mudança de lugar de um fonema na cadeia falada: escuta → secuta, escola → secula;
- o rotacismo, quando há a substituição do r pelo l: rapaz → lapassi, carro → calo;
- o suarabacti, epêntese que consiste em se desfazer um grupo consonantal por meio da intercalação de uma vogal: Cláudio → Culáudio, Clemente → Quelemente, flor → fulô;
- a redução, quando se reduzem os ditongos ei e ou: cheiro → chêro, peixe → pêxe, beijo → bêjo (MENDONÇA, 2012, p. 84).

O autor, no entanto, atesta que essas alterações são também encontradas na classe dominante: “Em Pernambuco e Alagoas, mesmo a gente letrada só pronuncia *quêjo, mantêga, fêjão, dêxe*”. E é importante lembrar que muitas dessas alterações, que o autor atribui à influência da fonologia própria a línguas africanas, são observáveis em outras línguas, sendo inclusive responsáveis pela transformação do latim nas línguas românicas tais como as conhecemos hoje.

Mais influência de línguas africanas no português falado no Brasil são destacadas na **morfologia**: “Na morfologia o negro deixou apenas vestígios o que é explicável pela diferença profunda entre as línguas indo-europeias e africanas” (MENDONÇA, 2012, p. 85). É interessante notar que, segundo Mendonça, o vestígio morfológico mais notável da influência africana no português foi no plural, “O vestígio mais notável acha-se no plural conservado pela linguagem dos caipiras e matutos que, deixando o substantivo invariável, dizem sempre: *as casa, os caminho, aquelas hora.*” (MENDONÇA, 2012, p. 85, grifos do autor). Mais uma vez, é preciso lembrar que esse fenômeno observou-se em outras línguas durante sua evolução, como em francês, por exemplo, onde “o 's' final, flexão do plural, não é mais pronunciado há séculos.

Sempre no campo da morfologia, Mendonça atribui a uma origem africana a invariabilidade tanto de gênero quanto de número de falantes caipiras: “Outro fato característico dos pretos é a invariabilidade tanto de gênero como de número que apresenta o pronome pessoal *ele*. E para indicar plural o pronome *ele* pospõe-se ao artigo definido *os*, conservando todavia a

invariabilidade completa no gênero: *osêle, eles, elas*. No dialeto caipira, em São Paulo, aparece o mesmo pronome: *zele fôro zimborá*.” (MENDONÇA, 2012, p. 47, grifos do autor).

No campo da sintaxe, o autor faz uma reflexão interessante. Após afirmar que, ao seu ver, haveria pouca influência das línguas africanas no português brasileiro, ele faz notar que alguns especialistas de sua época apontavam uma influência sintática do africano relativamente, à colocação dos pronomes átonos, a qual se afastava do português de Portugal e era também observada no português falado em Angola e Goa, tendo, portanto, que ser considerado um fenômeno que se teria originado do convívio dos brancos com inúmera população de procedência africana. Mendonça segue dizendo que:

É possível que assim tenha sido. Pensamos todavia que, se houve participação do negro na posição dos nossos pronomes, essa foi indireta. O negro teria tornado acentuado o pronome átono, tê-lo-ia feito *tônico*. Desta forma, deixaríamos de encarar este fenômeno como sintático para considerá-lo simplesmente fonético. Achamos que em reduzir a fútil e debatida questão dos pronomes a um fenômeno de entonação está o seu desfecho oportuno. (MENDONÇA, 2012, p.87).

É no final do livro, numa seção chamada “Vocabulário” que o autor apresenta o que ele considera a maior contribuição das línguas africanas no português brasileiro, o léxico, especificando que:

Este vocabulário só contém termos africanos usados no Brasil ou empregados por escritores brasileiros. Sempre que possível procuramos dar a abonação respectiva. Outro tanto tentamos fixar para cada vocábulo a sua área geográfica. (MENDONÇA, 2012, p. 121).

São 375 termos, “entre os quais a maioria é proveniente do quimbundo, como ele acentua, mas também do quicongo, comprovado por pesquisas recentes, as quais também apontam os termos fon identificados por engano como de étimo iorubá”¹⁸

4.2.4 *Emília no País da Gramática*, de Monteiro Lobato, publicada em 1935

Monteiro Lobato nasceu em Taubaté, São Paulo, em 18 de abril de 1882, e morreu em 5 de julho de 1948. Foi alfabetizado pela mãe. Formou-se em Direito em 1904, assumiu carga na Promotoria Pública no Vale do Parnaíba em 1907. Ao mesmo tempo, escrevia para jornais

18 Yeda Pessao de Castro, no prefácio da última edição do livro de Mendonça, de 2012, p. 24.

e revistas; num desses escritos, enviados ao jornal O Estado de São Paulo, Lobato destacou a ignorância do caboclo, por causa das queimadas, carta que causou muita polêmica. Fundou a revista Parnaíba, foi editor da Revista do Brasil, foi fundador de editoras. Lobato foi escritor literário, com destaque na produção de contos. Dentre suas obras mais famosas, estão *Ideias de Jeca-Tatu*, de 1918, *Urupês*, de 1918 e *Cidades mortas*, de 1920.

Emília no País da Gramática é dividido em 30 capítulos, relativamente curtos, distribuídos em 146 páginas. Neles, o autor apresenta sobretudo explicações gramaticais, como a classe das palavras, e também noções de etimologia e evolução das línguas. Faz isso através de uma história, na qual Emília e seus companheiros visitam o país da gramática, onde cada aspecto da língua está organizado em uma cidade.

O livro foi publicado em 1934, quatro anos após a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, que, mais tarde, de 1937 ao final da Segunda Guerra Mundial, instaurou um governo ditatorial e nacionalista. (FAUSTO, 2001, p. 184).

A longo da obra, apenas algumas proveniências de palavras na língua portuguesa são destacadas, um exemplo é quando Lobato explica barbarismos, como a entrada de palavras estrangeiras em uma língua: “Se o barbarismo vem da França, tem o nome especial de Galicismo; se vem da Inglaterra, chama-se Anglicismo; se vem da Itália, Italianismo” (LOBATO, 2009, p. 26).

As diferenças entre o português de Portugal e do Brasil são explicadas de forma mais lúdica: “A parte de lá – explicou o rinoceronte – é o bairro antigo, onde só existiam palavras portuguesas. Com o andar do tempo essas palavras foram travessando o mar e deram origem ao bairro de cá, onde se misturaram com as palavras indígenas locais.” (LOBATO, 2009, p. 28), sem sequer mencionar que o português brasileiro é caracterizado não só por línguas indígenas, como também por línguas africanas. Mesmo que haja a presença de um gramático africano como personagem (LOBATO, 2009, p. 48), que pouco aparece na história, nenhuma influência de línguas africanas é mencionada.

Em outro excerto, “Aqui na cidade nova [Brasil] as palavras vindas da cidade velha [Portugal] misturaram-se com inúmeras de origem local, ou palavras indígenas, que já existiam nas terras do Brasil quando os portugueses as descobriram” (LOBATO, 2009, p.94), destacam-se o espaço dado às palavras de origem indígena que o português brasileiro tem, além de toda a página seguinte ao excerto ser a respeito dessas palavras. Além disso, esse trecho permite constatar que existe a visão de que o Brasil passou a existir apenas após a chegada dos portugueses, uma forma eurocentrista de ver a história do Brasil.

A única menção às influências de línguas africanas no português não ultrapassa cinco linhas: “Também vieram muitas palavras da África, trazidas pelos negros escravizados, como BANZÉ, CACIMBA, CANJICA, INHAME, MACACO, MANDINGA, MOLEQUE, PAPAGAIO, TANGA, ZEBRA, VATAPÁ, BATUQUE, MOCOTÓ, GAMBÁ.” (LOBATO, 2009, p. 96), e termina com ponto final, como se fossem apenas essas.

Existe apenas uma consideração, breve e localizada quase no fim do livro, sobre as influências de línguas africanas no português, enquanto é muito maior o espaço dado às influências de línguas indígenas ao longo do livro.

Esses aspectos analisados mostram uma refração do ser no signo ideológico, à medida que praticamente nada é mostrado sobre as línguas e os africanos e afrodescendentes escravizados, de presença tão marcante na constituição social e linguística brasileira. A refração é determinada pelo confronto de interesses sociais, é a luta de classes através da palavra, quando o escritor confere ao signo o caráter que convém (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 47). Isso porque as formas de interação verbal estão sempre vinculadas às condições de determinada situação social (VOLOCHÍNOV, 2014, p. 43).

4.2.5 A língua do Brasil, de Luiz Vianna Filho, publicada em 1936

Luiz Vianna Filho nasceu na França, em 28 de março de 1908, e morreu em São Paulo, em 5 de julho de 1990. Estudou em grandes colégios, como o Colégio Anchieta, em Friburgo, e o Colégio Aldridge, no Rio de Janeiro, além do Externato Burlamaqui Moura e em cursos particulares. Diplomou-se em Direito. Foi político, historiador, professor na Faculdade de Direito na Bahia e, posteriormente, professor de História do Brasil, cargo que exerceu até se aposentar. Em 1934, foi eleito deputado federal pelo Partido Libertador da Bahia, cargo que exerceu por vários anos. Em 1964, ele aderiu ao governo ditatorial e foi nomeado Ministro para Assuntos da Casa Civil da Presidência da República no governo de Castelo Branco. Além desses cargos políticos, foi governador do Estado da Bahia, em 1967 e, a seguir, senador, com ocupação na presidência do Senado de 1978 a 1980. Todos os seus cargos políticos se deram durante a ditadura militar que dirigiu o Brasil depois do golpe de 1964.

Vianna Filho foi autor de trabalhos históricos, como *O negro na Bahia*, publicado em 1946. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, membro da Academia de Letras da Bahia, membro correspondente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa. Na Academia Brasileira de Letras, é o terceiro ocupante da cadeira 22.

A obra *A língua do Brasil* foi publicada em 1936, um ano antes da instalação do Estado Novo. Em um momento histórico fortemente marcado pelo nacionalismo, voltou à tona a discussão, iniciada no século XIX, de como nomear a língua falada no Brasil, se portuguesa ou brasileira. Consideramos que o livro de Vianna Filho insere-se nesse contexto.

O ensaio *A língua do Brasil* conta apenas 70 páginas e é dividido em 4 capítulos, nos quais o autor discute a questão da língua falada no Brasil e as fronteiras que a separam do português de Portugal. O primeiro capítulo apresenta uma discussão mais teórica sobre o tema da linguagem verbal em geral e, mais especificamente, sobre sua unificação ou diferenciação. Nesse capítulo, o autor se inspira e apoia em diversos autores estrangeiros, como o francês Antoine Meillet, e retoma ideias do *Diccionario Gramatica* de João Ribeiro, analisado acima. Desde o início, Vianna Filho deixa clara a sua opinião de que “somente quando deixa de existir a possibilidade de comunicação do pensamento é que começa a independência do dialecto propriamente dito ou de língua estranha” (VIANNA FILHO, 1936, p. 10).

No capítulo 2, o autor continua sua arguição a favor da tese da não separação das línguas faladas no Brasil e em Portugal, com a apresentação de exemplos do latim e do francês, mostrando, que, na evolução da linguagem, sempre se opõem duas forças, uma unificadora e outra diferenciadora, ambas igualmente fortes e frequentemente trabalhando ao mesmo tempo, vencendo uma ou outra em função das circunstâncias. No caso do Brasil, Vianna Filho, assim como

nas demais línguas ou línguas communs, a portuguesa também tem dentro de si mesma as suas particularidades regionaes, os seus modismos, os seus regionalismos e mesmo os seus dialectos, sobre os quaes ella se alça como unidade lingüística ideal, affirmando a sociedade sobre o individuo ou sobre os grupos mais ou menos extensos. No caso particular não temos mais do que o existente geralmente — as duas tendências a actuarem em sentidos oppostos dentro da mesma lingua (VIANA FILHO, 1936, p. 17).

Contudo, o autor permanece convencido de que, se o poder político pode intervir na vida da linguagem, ele não pode fazê-lo “no sentido de diversificar, de segmentar a linguagem, senão premido por graves exigências da sua própria unidade politica.” (VIANNA FILHO, 1936, p.22)

No capítulo 3, Vianna Filho trata da língua portuguesa falada no Brasil, sobretudo do ponto de vista de seu léxico, da sua prosódia e da sua sintaxe, isto é, dos aspectos que a diferenciam do português de Portugal. O que mais nos interessa é compreender como Vianna Filho vê a contribuição das línguas africanas nesse processo de diferenciação.

Línguas africanas são mencionadas apenas na página 31, quando Vianna Filho (1936, p. 31) fala que “em terras brasileiras, respirando novos ares, transplantada para um novo campo, em contacto com duas outras línguas – a principio apenas o tupy e mais tarde o africano – não poderia deixar de sofrer alterações sensíveis e desconhecidas da linguagem da metrópole”. O autor tende a deter-se mais na, segundo ele, perigosa influência das línguas nativas sobre os falantes de português e afirma que

na sua primeira phase de aclimação em terras da America o português esteve ameaçado de sossobrar, vencido pela lingua geral, que, para mais facilmente se impor, contava com a extraordinária maioria da população indigena; a acção dos jesuítas, que cediam á lingua nativa para melhor vencerem na catechese; e a ignorância dos colonos, sempre promptos a assimilarem a linguagem da terra para se entenderem com o gentio e formando verdadeiras linguas mixtas (VIANNA FILHO, 1936, p. 31).

Mesmo se, após essa fase de desvio em relação à língua de Portugal, a língua falada no Brasil voltou “a ser acoçada por novas necessidades de comunicação com a metrópole e a regredir para o núcleo de que se desviara.” (VIANNA FILHO, 1936, p. 32), a “aproximação perfeita” entre as duas línguas seria impossível e o português, batido pelo tupy e o africano trazido pelas grandes massas de escravos”, tomou

tonalidades varias no território brasileiro, ao mesmo tempo que em Portugal a lingua soffria transformações, que, em bôa parte, não mais alcançaram o modo de falar brasileiro. Eram de um lado as trans- formações que, mesmo em Portugal, soffrêra a linguagem e do outro as alterações verificadas em cada região da nova colônia.

A maneira como o autor se refere às línguas tupi e africana é fortemente simplista e redutora, como se todas as comunidades tupi-guaranis que ocupavam as costas brasílicas e todos os habitantes da África falassem, respectivamente, uma única língua. É novamente uma visão distorcida da rica realidade linguística desses povos, que, como vimos, predominou no Brasil naquela época.

Nesse mesmo capítulo, na seção chamada “Dialectologia brasileira”, o autor trata das variantes estruturais presentes no português. A primeira que ele cita é a “supressão de uma ou mais letras no final das palavras” e sobre ela, tece a seguinte reflexão:

Poderia ser, sendo o phenomeno geral a todo paiz, que em todo elle se fez sentir a influencia do tupy. No entanto, si se fôr com mais cuidado ao assumpto, de logo se observará, como ensina Silvio Romero, que o cacoete é o mesmo entre os africanos e dahi o seu apparecimento tanto nas zonas de predominancia tupy, como nas regiões de eleição de africanos. Foi assim, em nucleos autonomos, que se processou a evolução da linguagem trazida pelos colonizadores (VIANA FILHO, 1936, p. 36).

Portanto, de forma bem pejorativa, o autor considera essa variante linguística um *cacoete*, que ele atribui aos africanos, apesar de reconhecer tratar-se de um fenômeno geral a todo o país.

No mesmo capítulo, Vianna Filho trata dos dialetos brasileiros, isto é, de algumas variações linguísticas dentro do Brasil, algumas delas, variantes na pronúncia, sendo também citadas na obra de Mendonça de 1933 como sendo resultado de influência africana. Vianna Filho, ao contrário, atribui as variações às populações cultas e incultas, sem mencionar especificamente africanos ou descendentes de africanos:

É o phenomeno no Pará onde é habitual trocar o som do ô ou ou por u e vice-versa, dizendo: canúa por canôa, cuco por côco, pupa, prua, por popa, prôa, Jouca por Juca'. É pronuncia que o resto do Brasil desconhece, e bastante para assignalar o dialecto do Pará. Humberto de Campos, na mesma região, notou a 'supressão do l na terminação das palavras: federá por federal; nacioná por nacional. Isso não nas camadas populares mas entre a gente culta, espiritos altamente litterarios'. É, aliás, de fixar que tal supressão se dá em todo o norte, mas apenas nas populações incultas (VIANNA FLHO, 1936, p. 40, 41).

No resto da obra, o autor não menciona mais nem as populações descendentes de trabalhadores escravizados africanos, mas expressa a sua ideologia sobre as classes mais baixas, quando diz que, apesar de ser difícil prever o futuro da língua portuguesa falada no Brasil, “é, talvez, fóra de duvida que não será o jargão cahotico, sem forma, sem beleza, que falam as classes baixas e incultas” (VIANNA FILHO, 1936, p. 46). E, como sabemos, talvez na época em que esse livro escrito mais do que hoje, descendentes de trabalhadores escravizados africanos constituíam uma parte importante das classes subalternas

4.2.6 *Introdução ao estudo da língua portuguesa, de Serafim da Silva Neto, publicada em 1950*

Serafim da Silva Neto nasceu em 6 de junho de 1917 no Rio de Janeiro, onde também faleceu em 23 de setembro de 1967. Estudou no Colégio Batista do Rio de Janeiro, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi catedrático do Liceu Nilo Pessanha, em Niterói, e professor de Língua Portuguesa no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Além disso, foi fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, catedrático de Filologia Românica na UFRJ e na Universidade de Lisboa.

Escreveu diversas obras, que tratam basicamente sobre latim vulgar, filologia portuguesa, e o português do Brasil, estudo mais dialetológico. Dentre elas, destacam-se: A

Língua Portuguesa no Brasil, de 1960, *A Formação do Latim Corrente*, de 1941, *Fontes do Latim Vulgar*, de 1938.

O livro de Serafim da Silva Neto foi publicado em 1950, ano em que Getúlio Vargas foi eleito democraticamente, após sua deposição em 1945. Na época, a população brasileira havia crescido consideravelmente, segundo Fausto (2001, p. 215), de 30,6 milhões para 41,1 milhões.

O ensaio *Introdução ao estudo da língua portuguesa* é dividido em 10 capítulos, não numerados. Silva Neto trata acerca do processo histórico que diferenciou o português do Brasil do de Portugal, através dos contatos linguísticos com povos indígenas e africanos, trazidos pelo tráfico transatlântico de escravizados. Os falares regionais são caracterizados e, por fim, um método na pesquisa dos falares brasileiros é apresentado.

No capítulo intitulado *A língua portuguesa no Brasil*, Silva Neto diferencia três tipos de linguagem: a) a “linguagem corrente falada”, isto é, “a linguagem normalmente correta, praticada entre pessoas da classe média, dotadas de certa instrução, quer adquirida diretamente, quer pelo convívio nesse meio.” (SILVA NETO, 1986, p. 15); b) a “linguagem popular”, que é “a linguagem das pessoas mais humildes, das classes mais modestas da sociedade: o meio é pobre e acanhado: a percentagem de analfabetos é muito grande.” (SILVA NETO, 1986, p. 15); c) a “língua escrita”, “onde se não de distinguir a língua escrita desataviada e a língua escrita cuidada, além da *língua literária*, que já comporta personalidade e preocupação de arte.” (SILVA NETO, 1986, p. 15); d) a “linguagem dialetal”, aquela que “dispõe de menos prestígio social e uso mais restrito. Por isso, parece mais regional e rústica” (SILVA NETO, 1986, p. 19). O autor mostra-se atento a diversos níveis de linguagem na sociedade, conforme variam as classes sociais.

Assim como os outros autores analisados anteriormente, Silva Neto tem uma visão de mundo influenciada pela ideologia da sua época. Por exemplo, ele considera que o Brasil só foi descoberto e povoado a partir da chegada dos portugueses na América: “Tendo-se em vista que o Brasil só começou a ser povoado, realmente, em 1532, e que as gerações se prolongaram por um período de trinta anos, veremos que o aparecimento das primeiras diferenciações pode ascender a 1622” (SILVA NETO, 1986, p. 88). Mesmo assim, ele refere-se muito aos cativos africanos e suas línguas. Já no final do primeiro capítulo, ele apresenta um “esquema da *língua portuguesa*” (SILVA NETO, 1986, p. 29, grifo do autor), no qual registra os diversos tipos de uso da língua portuguesa, em Portugal e no Brasil e, no uso regional, assinala, ao lado dos *falares*, também os *crioulos*, com a seguinte descrição: “gramática mínima, executada por seres de categoria social inferior”. No entanto, entre os lugares onde esses crioulos seriam falados

não incluem o Brasil, enquanto que, para todos os outros usos da língua portuguesa citados (literário, corrente e falares), o Brasil está incluído (SILVA NETO, 1986, p. 29).

Quanto ao modo de falar dos trabalhadores africanos escravizados no Brasil, considera-o semelhante ao modo como os índios falam, ambos considerados povos atrasados: “Como se vê, há muitas semelhanças entre o português dos índios e o português dos negros. Isso é, aliás, bem natural, pois tanto o índio como o negro, em atrasado estágio de civilização, aprenderam o português como língua de emergência, obrigados pela necessidade” (SILVA NETO, 1986, p. 36).

Logo a seguir, o autor fala do tráfico para o Brasil, que “começou cedo. A princípio vieram [sem especificação do sujeito] para a lavoura do açúcar e circunscreveram-se ao litoral.” Sobre o assunto específico da escravidão, Silva Neto indica, em nota de rodapé, uma longa lista de historiadores e sociólogos, entre eles, Perdigão Malheiro, Nina Rodrigues e Taunay e cita longamente Artur Ramos, para falar dos “cinco focos de onde os cativos se irradiaram para todo o Brasil” (SILVA NETO, 1986, p. 37). Cita igualmente um fato interessante a respeito do Pe. Nóbrega, que, em carta de 1558, já escrevia que

A melhor coisa que se podia dar a êste colégio seria duas dúzias de escravos da Guiné, machos e fêmeas, para fazerem mantimentos em abundanças para casa, outros andariam em um barco pescando, e *êstes podiam vir de mistura com os que El-Rei mandasse para o engenho, porque muitas vezes manda aqui navios carregados dêles.* (in *Novas Cartas Jesuíticas*, pág. 83)” (SILVA NETO, 1986, p. 38).

Silva Neto acredita que “Originários de possessões lusitanas, êsses negros já falavam, certamente, um dialeto crioulo-português pois a nossa língua foi *geral* nas costas da África durante os séculos XV, XVI e XVII” (SILVA NETO, 1986, p. 38), lamentando que não se tenha descoberto ainda nenhum documento do linguajar que êles falavam, no Brasil, nos primeiros séculos, citando a seguir um trecho dos *Cantos populares do Brasil*, que Sílvio Romero teria localizado em Pernambuco e que “parece imitação de fala de um negro” (SILVA NETO, 1986, p. 38).

Ó boio, dare de banda, / Xipaia esse gente, / Dare p’ra trage, / E dare p’ra frente... / Vem mai p’ra baxo, / Rexando no chão / E dá no pai Fidere, / Xipanta Bastião... / Vem p’ra meu banda”/Bem difacarinha,/Vai metendo a testa/No cavalo-marinha/O, ô, meu boio,/Desce dêsse casa,/Dança bem bonito/No meio da praça.../Toca êsse viola,/Pondo bem miudo:/Minha boi sabe/Dança bem graúdo (SILVA NETO, 1986, p. 38).

Os principais fenômenos linguísticos a serem observados nesse “reisado” são, segundo Silva Neto: o *r e o z* finais que recebem um *e* de apoio; a troca de *zê* em *gê*; a queda do *-s* final;

o enurdecimento do fonema *jê* em *xê*; o enurdecimento do fonema *vê* em *fi*. Ele também acha curiosa a evolução de *espalhar*, que passou a *ispaiá*, depois a *sipaiá* e a *xipaiá*. Faz igualmente notar a mudança de gênero: *esse gente, meu bando, êsse casa, minha boio* (em vez de *boi*). Para Silva Neto, mesmo tratando-se “de mera imitação da fala de negro, êsse texto nos é proveitoso, por salientar algumas particularidades de sua linguagem (SILVA NETO, 1986, p. 39)

Silva Neto faz notar que “No tocante à influência do negro [induzimos que seja no português], há de ter-se em conta a maior ou menor distância entre o senhor e o escravo” (SILVA NETO, 1986, p. 39). Após uma longa citação do sociólogo norte-americano Robert Park, Silva Neto confirma estar de acordo com essa afirmação pois “Realmente, o contato com os brancos era essencial para a 'desafricanização' do negro”, acrescentando que “a educação não compete exclusivamente ao professor, mas encontra sólido apoio no convívio com as pessoas que nos rodeiam, nas coisas que vemos e nas maneiras que nós observamos nos outros.” (SILVA NETO, 1986, p. 40).

E o autor corrobora o que diz com o exemplo do “Pe. Fernão Guerreiro, que aqui esteve em 1603” e “observou que os negros de Angola e Guiné, muitos deles tão boçais 'que quase não se lhes enxergava uso de razão' estavam espalhados pelos engenhos e fazendas de seus senhores, não sendo possível virem às vilas e cidades”, muitos deles tendo chegado “sem saber o português”. Silva Neto cita igualmente um caso acontecido em 1840, quando foram encontrados, “em fazenda às margens do Paraíba, chegados do Rio em recente importação – 'cêrca de vinte moleques, que aparentavam dez a quinze anos de idade e que ainda não falavam português” (SILVA NETO, 1986, p. 40).

De um ponto de vista sociolinguístico, a reflexão de Silva Neto sobre a importância do contato entre escravizadores e escravizados para a assimilação e aculturação dos últimos, é interessante e pertinente, mesmo se, hoje, estranhamos o fato que, em nenhum momento, essas considerações não tenham levado o autor a evidenciar a desumanidade da escravatura, inclusive na aculturação ou desafricanização que ele propõe para os cativos, mesmo se entendemos que, como dissemos, as visões de mundo do autor eram condizentes com as visões de mundo da elite intelectual e da classe dominante de sua época.

Outra consideração interessante sobre como as práticas linguísticas dos trabalhadores africanos escravizados é a seguinte: “A língua ou meia-língua dos negros isolados nos engenhos, nas fazendas ou nos quilombos (os primeiros datam dos fins do século XVI) devia ser[...] era certamente paralela ao inglês dos negros da Carolina do Sul”, ou seja, gramática inglesa simplificada tomada da fala dos brancos mais pobres (SILVA NETO, 1986, p. 41).

O autor explica que há três espécies de língua portuguesa e estabelece outros juízos de valor quanto à fala de africanos e descendentes:

I – a *pura*, falada principalmente pelos portugueses da Europa e pelos seus descendentes. II – a *meio deturpada*, falada pelos mestiços, caracteriza-se pela conjugação incompleta. III – a *completamente deturpada*, falada pelos mestiços e pelos indígenas, caracteriza-se pela ausência de conjugação (SILVA NETO, 1986, p. 47, 48, grifos do autor).

Neste caso, o autor evidencia que descendentes de africanos escravizados ou falam meio ou muito deturpadamente. É uma refração da realidade, quando a classe dominante procura constringir e apagar do signo ideológico, do interior da palavra, a luta das relações sociais, de fazê-la expressão de um ponto de vista único, fixo e imutável (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 200). Em outro caso, Silva Neto (1986, p. 59) diz que “debaixo da minha janela dois negros dos que proximamente se estão introduzindo da Costa da África, falando desembaraçosamente a sobredita língua e não compreendendo nada da portuguesa”, ou seja, relata a presença de africanos que se comunicavam entre si através de outra língua, incompreensível para quem falava português.

Como vimos no capítulo anterior, a comunicação dos trabalhadores africanos escravizados foi completamente dificultada em razão das condições do escravismo. Para a classe dos intelectuais, seus falares, geralmente mais simplificados, eram sinal de inferioridade cultural: “Se negros e índios falavam, nos primeiros tempos da colônia, um português deturpado, simplificado ao máximo em suas formas, era em virtude de condição social ínfima e de mínima cultura” (SILVA NETO, 1986, p. 91). É propício notar por este trecho que “o signo ideológico da ideologia dominante que já tomou forma fixa é sempre um tanto reacionário e busca em certo sentido fechar, fixar e imobilizar o momento precedente do fluxo dialético do processo de formação social” (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 200), confere ao signo, à palavra, a sua visão de mundo.

No panorama linguístico, atestou-se a presença do português, de um crioulo (considerada pelo autor uma adaptação do português feita por mestiços, aborígenes e negros), a língua geral, e “alguns episódicos falares africanos, em proporção muitíssimo menor do que a *língua geral*, mas em uso nos quilombos ou entre negro novos, ainda não devidamente aportuguesados” (SILVA NETO, 1986, p. 49, grifo do autor).

Segundo Silva Neto, uma das soluções languageiras que os trabalhadores africanos escravizados encontravam foi o uso de uma língua geral: “até os negros recém-importados

compreendiam e falavam, não o português, mas a *língua geral*” (SILVA NETO, 1986, p. 59, grifo do autor).

Em outro trecho, a fala dos trabalhadores africanos é diminuída, através do termo “xacoca”, e a cultura branca é valorizada, “não é possível acreditar que a fala xacoca do índio ou do negro tivesse sido o ideal dos mamelucos e mulatos. Pelo contrário, o prestígio do sangue branco pairou sempre acima de tudo” (SILVA NETO, 1986, p. 95).

No capítulo *As três fases da história da língua portuguesa no Brasil*, também há considerações sobre o falar dos trabalhadores africanos, sempre visto de um modo negativo: “Mas se, de um lado, a língua portuguesa assim se estropiava e abastava na boca de gentes brutas e toscas, de outro, era carinhosamente estudada [...] pelos padres em seus colégios” (SILVA NETO, 1986, p. 69). A nota de rodapé, na mesma página, que especifica o termo “toscas” diz “Cf. este passo de João de Barros: ‘Bem como os Gregos em Roma haviã por bárbaras tôdalas outras nações estranhas a êles, por nã poderem formar sua linguagem: assi nós podemos dizer que as nações da África, Guiné, Ásia, Brasil barbarizam quando querem imitar a nossa” (SILVA NETO, 1986, p. 69).

O modo como africanos escravizados e seus descendentes falavam tinha uma classificação, que, segundo o autor, era: “os ladinos, isto é, que já tinham conhecimento da língua portuguesa, dos boçais, ainda incapazes de exprimirem na fala dos senhores” (SILVA NETO, 1986, p. 73).

Quanto à língua falada no Quilombo de Palmares, Silva Neto acredita que “os palmarenses falavam uma dialeto africano do tipo bantu. A razão é que a grande maioria dos quilombolas eram angolezes. A tal ponto que a comunidade dos Palmares chamava *Angola janga*, isto é, Angola pequena” (SILVA NETO, 1986, p. 77, grifo do autor).

A comunicação entre escravizados e escravizadores era importante, “Tanto o senhor como o escravo tinham por objetivo o fazerem-se compreender: por isso o branco já eliminava da sua fala todas as dificuldades e dizia apenas o essencial. [...] É que o ‘superior’, pelo interesse em comunicar-se com o ‘inferior’, se conforma com seu falar xacoco” (SILVA NETO, 1986, p. 97).

Acerca das influências de línguas africanas e indígenas, o autor considera que houve apenas incorporações, não influências. Vemos, assim, que não há interesse em admitir profundas influências, mas admitir incorporações, de forma mais superficial:

Do branco prevaleceu a religião, os hábitos, a língua. É certo que no tocante à etnografia algo nos ficou do negro e do índio: mas a língua, dentre todas as instituições sociais é a que mais fortemente se impõe aos indivíduos. E por isso mesmo ela não

sofreu influências decisivas, senão apenas incorporações ao vocabulário e à fraseologia, bem como um ou outro fato restrito a falares regionais. (SILVA NETO, 1986, p. 95).

E assim continua: “No português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias. O que há é cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa da sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios.” (SILVA NETO, 1986, p. 96, 97), ou seja, considera que essas pessoas falam mal e que suas interferências no português são negativas. Em outro trecho, chama “o português estropiado de negros e índios” (SILVA NETO, 1986, p. 117).

As línguas, como em toda sociedade polarizada, diferenciavam-se por falantes pertencentes a determinada classe social e etnia, que no período colonial “o grupo superior ou dominante estava associado ao uso do português e à pele clara, enquanto o grupo socialmente inferior estava ligado à pele escurecida e ao uso do crioulo ou do tupi” (SILVA NETO, 1986, p. 61). Assim como a classe social mais elevada era vista como superior: “Só pouco a pouco é que se foi alargando a classe social mais bem dotada” (SILVA NETO, 1986, p. 64).

A fala das classes mais baixas, considerada inferior, era pela qual as mudanças e modos de falar se propagavam: “Aqui, na classe social dos índios e dos mestiços que enxameavam à sua roda, é o ambiente propício para propagar-se essa aprendizagem defeituosa e imperfeita e, com ela, os traços devidos à língua de substrato, isto é, aquela que subjazia a um aprendizado anterior” (SILVA NETO, 1986, p. 122).

Silva Neto justifica a pouca influência nas cidades, onde habita a intelectualidade, sempre, na sua ótica distorcida, diminuindo os africanos escravizados por sua condição social, por seu falar, por sua etnia:

A influência dos negros e índios não pôde jamais ser grande nas cidades. O prestígio capaz de a impor faltou-lhes: não tinham prestígio literário porque a sua linguagem não os habilitava a isso, não dispunham de prestígio social, porque a sua cor, a sua origem e a sua situação econômica os ligava às classes mais humildes da população. (SILVA NETO, 1986, p. 118).

Mesmo que a fala dos trabalhadores africanos escravizados fosse composta por interferências, sotaque, mistura entre línguas, de alguma forma expressavam através dessa linguagem os níveis diversos de consciência que tinham, seus interesses, suas necessidades, mesmo que de forma alienada pela visão da classe dominante (cf. CARBONI; MAESTRI, 2016, p. 179).

4.2.7 O ensaio sociológico de Gilberto Freyre: *Casa grande & senzala*, publicado em 1930

Gilberto Freyre foi escritor e cientista social pernambucano. Analisou, nas suas obras, a formação do Brasil. Nasceu no Recife, em 15 de março de 1900 e morreu na mesma cidade, em 18 de julho de 1987. Seu pai era professor universitário. Aos 18 anos, Freyre foi para os Estados Unidos, onde estudou e obteve o título de doutor em ciências políticas, jurídicas e sociais. Após a Revolução de 1930, Freyre acompanhou Estácio Coimbra, ex-governador de Pernambuco, no exílio na Europa, onde ele permaneceu alguns anos e escreveu, entre outros, *Casa grande e senzala*. Prolongou seus estudos em vários países da Europa até voltar ao Brasil e desenvolver seus estudos sobre a formação do povo brasileiro. Foi deputado federal em Pernambuco, de 1946 a 1950. Freyre é considerado um dos mais importantes pensadores brasileiros.

Duas de suas principais obras foram escritas e publicadas com 6 anos de diferença. *Casa Grande & Senzada*, em 1930, quando da chamada Revolução de 30; *Sobrados e Mucambos*, em 1936, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, um ano antes do início do Estado Novo.

A edição de *Casa grande & senzala* analisada é a 51^a, de 2006. A obra é dividida em 5 capítulos: I - Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida; II - O indígena na formação brasileira; III - O colonizador português: antecedentes e predisposições; IV - O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro; V - continuação do capítulo anterior. Tudo isso em 553 páginas.

Na apresentação desta edição, Fernando Henrique Cardoso afirma que “Gilberto Freyre inova nas análises sociais da época: sua sociologia incorpora a vida cotidiana. Não apenas a vida pública ou o exercício de funções sociais definidas (do senhor do engenho, do latifundiário, do escravo, do bacharel), mas a vida privada” (FREYRE, 2006, p. 21).

Apesar dos riquíssimos detalhes que este ensaio traz sobre a vida dos brasileiros no período colonial, nos deteremos às observações que Freyre faz quanto ao modo como os africanos escravizados ou libertos falavam.

Assim como autores que o antecederam, Freyre também considera que “A nossa verdadeira formação social se processa desde 1532 em diante” (FREYRE, 2006, p. 85), desconsiderando o fato que, antes da chegada dos europeus, comunidades tupi-guarani socialmente organizadas já ocupavam essas terras e que, em certa medida, elas contribuíram para a formação do Brasil. Ao citar Southey, segundo o qual “o sistema colonial português se

revelara mais feliz do que nenhum outro no tocante às relações do europeu com as raças de cor” (FREYRE, 2006, p. 160) ou ainda quando ele mesmo afirma que o português era “o menos cruel nas relações com os escravos”, Freyre introduz a ideia de que as relações entre os escravizadores luso-brasileiros e os trabalhadores escravizados fossem menos desumanas que em outras colônias. (FREYRE, 2006, p. 265).

Gilberto Freyre teve a honestidade de reconhecer que os trabalhadores escravizados estiveram presentes em todos os setores socio-produtivos do Brasil:

O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou as riquezas das manchas de massapê. Vieram-lhe da África ‘donas de casa’ para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão (FREYRE, 2006, p. 391).

Sobre as línguas que os africanos escravizados falavam, Freyre considera língua-gerais o que eram propriamente línguas africanas: “Ao lado da língua banto, da quimbunda ou congoense falaram-se entre os nossos negos outras línguas-gerais: a gege, a haúça, a nagô ou ioruba” (FREYRE, 2006, p. 385).

É sobretudo nos capítulos 4 e 5 que Gilberto Freyre aborda mais diretamente assuntos ligados às línguas e aos hábitos languageiros dos escravizados, porque é nesses dois capítulos que ele se detém na influência dos africanos escravizados na vida da família brasileira. Presentes nas casas-grandes, na educação dos filhos dos escravizadores, as africanas recontavam histórias e nelas deixavam marcas de seus falares: “As histórias portuguesas sofreram no Brasil consideráveis modificações na boca das negras velhas ou amas de leite. Foram as negras que se tornaram entre nós as grandes contadoras de histórias” (FREYRE, 2006, p. 413). Freyre considera também que “A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles” (FREYRE, 2006, p. 414), quando se refere às simplificações que faziam na língua portuguesa.

Segundo Freyre (FREYRE, 2006, p. 410, 411), por exemplo, através das amas-de-leite, vieram novos medos da África, que se juntaram aos portugueses. “Deixou-se de ninar o menino cantando como em Portugal: *Vai-te, Côca, vai-te, Côca, / Para cima do telhado: / Deixa dormi o menino / Um soninho descansado.*” para se cantar de preferência: “*Olha o negro velho / Em cima do telhado. / Ele está dizendo / Quero menino assado.*”.

Através de metáforas, Freyre (FREYRE, 2006, p. 414) mostra que a “linguagem infantil também aqui se amoleceu ao contato da criança com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana”. Segundo o sociólogo (FREYRE, 2006, p. 414, 415), não foi somente “a linguagem infantil que se abrandou desse jeito mas a linguagem em geral, a fala séria, solene, da gente grande, toda ela sofreu no Brasil, ao contato do senhor com o escravo, um amolecimento de resultados às vezes deliciosos para o ouvido”.

Ao aludir à disparidade entre a língua escrita e a falada no Brasil, “a escrita recusando-se, com escrúpulos de donzelona, ao mais leve contato com a falada; com a do povo; com a de uso corrente” (FREYRE, 2006, p. 415, 416), Freyre expressa uma compreensão sociolinguística dos mecanismos das dinâmicas linguístico-linguageiras em situações de contato linguístico. E faz o mesmo quando afirma que “Mesmo a língua falada conservou-se por algum tempo dividida em duas: uma, das casas-grandes; outra, das senzalas.” No entanto, sua premissa de uma escravidão patriarcal, quase fraterna, o leva a não querer enxergar as contradições, que acabam sendo neutralizadas. Assim,

a aliança da ama negra com o menino branco, da mucana com a sinhá-moça, do sinhozinho com o moleque acabou com essa dualidade [entre a língua da casa-grande e a da senzala]. Não foi possível separar a cacos de vidros de preconceitos puristas forças que tão frequente e intimamente confraternizavam (FREYRE, 2006, p. 416).

Desse modo,

No ambiente relaxado da escravidão brasileira, as línguas africanas, sem motivos para subsistirem à parte, em oposição à dos brancos, dissolveram-se nela, enriquecendo-a de expressivos modos de dizer; de toda uma série de palavras deliciosas de pitoresco; agrestes e novas no seu sabor; muitas vezes, substituindo com vantagem vocábulos portugueses, como que gastos e puídos pelo uso (FREYRE, 2006, p. 416).

Em relação à capacidade dos trabalhadores escravizados e libertos saberem ler, Freyre (2006, p. 382) faz notar que, durante a Revolta dos Malês e 1835, na Bahia, à qual participaram muitos escravizados e libertos, “O relatório do chefe de polícia da província da Bahia, por ocasião da revolta, o Dr. Francisco Gonçalves Martins, salienta o fato de quase todos os revoltosos saberem ler e escrever em caracteres desconhecidos”, que, segundo ele, “se assemelham ao árabe”. E Freyre acrescenta que “nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das casas-grandes”, o que parece um exagero, já que, segundo o recenseamento da população de 1872, citado por Conrad (1975,

p. 358), havia naquele ano, na Bahia, apenas 395 cativos escravos alfabetizados, numa população total de cativos de 405.075, isto é, cerca de 10%. A alusão ao fato de que alguns cativos sabiam escrever em “caracteres desconhecidos” parecidos com o árabe poderia se referir a mulheres e homens capturados em partes da África onde ainda eram faladas línguas árabes e alguns terem sido alfabetizados nessas línguas, como foi o caso de Mahommah G. Baquaqua (1854).

A respeito do modo como os cativos aprendiam português, Freyre (2006, p. 440, 441) fala de “método de desafricanização do negro 'novo’”, que consistia em “misturá-lo com a massa de 'ladinos', ou veteranos; de modo que as senzalas foram uma escola prática de abasileiramento”.

A verdadeira iniciação do “negro novo” na língua, na religião, na moral, nos costumes dos brancos, ou antes, dos negros “ladinos”, fez-se na senzala e no eito, os “novos” imitando os veteranos. Foram ainda os “ladinos”, os que iniciaram os “boçais” na técnica ou na rotina da plantação de cana e do fabrico do açúcar. Um cronista holandês do século XVII gaba os negros “ladinos” de origem angola como mestres ou iniciadores dos negros “novos”. Do mesmo modo que aconselha a só importarem pretos de Angola. Que os de Arda eram cabeçudos e tardos; difíceis de se habituarem à rotina dos engenhos. Levantavam-se às vezes contra os feitores e moíam-nos de pancadas.” (FREYRE, 2006, p. 441).

4.3 DICIONÁRIOS

Como vimos, ainda na época da Colônia, foram produzidos dicionários bilíngues, relativamente às línguas tupis e africanas. Por exemplo, *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*, do Padre José de Anchieta, em 1595, e *Arte da língua de Angola*, de Pedro Dias, em 1697.

Em 1789, o luso-brasileiro Antônio de Moraes Silva publicou, em Lisboa, o *Dicionário da Língua Portuguesa*, que é considerado o “primeiro monolíngue do português” (HORTA NUNES, 1998, p. 32, traduzimos), que, segundo Horta Nunes, traz nas formas de definição a especificidade do caso brasileiro” (HORTA NUNES, 1998, p. 33). Nele, pudemos verificar que há alguns termos em que a origem africana é especificada.

No mesmo artigo, *Lexique et langue nationale: éléments d'histoire de la lexicographie au Brésil*, Horta Nunes cita igualmente os seguintes dicionários monolíngues: o *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*, de Costa Rubim, publicado em 1853, o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Macedo Soares, publicado em 1888, e o *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, de Beaurepaire Rohan, de 1889.

Os dicionários aqui apresentados foram publicados na segunda metade do século XIX, época de grandes transformações políticas, econômicas e sociais. Em 1850, foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós que proibiu a entrada de africanos escravizados no Brasil. Na mesma época, foi também promulgada a Lei de Terras, que regulamentava a questão da posse e da propriedade da terra. Essa lei, que transformava a terra em um bem de muito valor, o fim do tráfico negreiro – que anunciava o fim da escravidão – e as primeiras tentativas de criar um mercado de trabalho, com a vinda de imigrantes europeus, indicavam que o Brasil transformava-se progressivamente em um país capitalista. A Guarda Nacional foi também centralizada e foi aprovado um Código Comercial. Houve igualmente modernização nos meios de transporte, com construção de ferrovias e implementação da navegação a vapor (FAUSTO, 2001, p. 108, 109).

4.3.1 *Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de Antônio Álvares Pereira Coruja, publicado em 1852*

Antônio Álvares Pereira Coruja nasceu em 31 de agosto de 1806, em Porto Alegre, e morreu em 4 de agosto de 1889, no Rio de Janeiro. Era filho de pais pobres, e antes de sua morte, vivia em uma república de estudantes, em estado de pobreza. Foi professor, pesquisador de história, autor de vários livros didáticos e teve participação de destaque na sociedade. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e um dos organizadores da Sociedade Rio-grandense Beneficente e Humanitária.

Coruja foi candidato na Assembleia Legislativa Provincial e foi eleito suplente de deputado, em 1835, momento conturbado com o início da Revolução Farroupilha. Coruja foi aliado do partido dos insurgentes. Depois, para fugir de perseguições dos caramurus, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até sua morte.

O dicionário objeto dessa análise foi publicado no início dos anos 1850, que, no Brasil foram marcados pela modernização e pela expansão da produção cafeeira. Além disso, 1850 foi também o ano em que foi aprovada a Lei *Eusébio de Queirós*, que proibiu a entrada de africanos escravizados no Brasil. Na mesma época, foi promulgada a Lei de Terras, que regulamentava a questão da posse e da propriedade da terra, a Guarda Nacional foi centralizada e foi aprovado um Código Comercial. Havia sinais de mudanças para uma modernização capitalista, com as primeiras tentativas de criar um mercado de trabalho, em razão da possibilidade de que a escravidão terminasse. (FAUSTO, 2001, p. 108, 109).

A obra *Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* inicia com uma introdução assinada por Coruja. A obra não tem divisão por capítulos ao longo das suas 30 páginas.

Na breve introdução ao dicionário, Coruja (1852, p. 210, 211) explica que os habitantes da província, em contato comercial contínuo com habitantes de Estados vizinhos e

que exclusivamente fallam a lingua castelhana, e sua antiga communicação com diferentes tribus indigenas, tem feito que seus habitantes para exprimirem certas idéas e communicarem certos pensamentos tenham adoptado alguns vocabulos e frases que não tem equivalentes nem no uso commum nem nos dictionarios da lingua.

Na concepção do autor, as influências dos falares da Província de São Pedro são do espanhol e das línguas indígenas, sem nenhuma menção a possíveis influências de línguas africanas.

Por certos vocábulos serem comuns no uso da Província de São Pedro, e ainda não terem registro em dicionários, Coruja faz este trabalho que reúne esses vocábulos: “tendo igualmente consultado os dictionarios da lingua, e ou não os encontrando, ou achando-os com accepções differentes; me propuz fazer d’elles uma collecção com suas respectivas explicações, dando a muitos a origem provável” (CORUJA, 1852, p. 211).

O dicionário não retoma a etimologia de todas as palavras e há muitos vocábulos relacionados a animais ou à natureza, como *apojo*, que é o leite mais grosso que se tira da vaca (CORUJA, 1852, p. 213); *banhado*, terreno baixo com água (CORUJA, 1852, p. 214); *cabos-brancos*, cavalo de qualquer cor com as quatro patas brancas (CORUJA, 1852, p. 216); *invernada*, lugar onde os estancieiros guardam os novilhos para engordar no inverno (CORUJA, 1852, p. 225), para citar alguns exemplos.

Assim como explicita na abertura do dicionário, Coruja não considera palavras provenientes de outras línguas a não ser do castelhano e de línguas indígenas. Não há, ao longo da obra, qualquer menção a africanos escravizados ou à influência de línguas africanas. Sabemos que o Rio Grande do Sul foi uma província fortemente escravista, especialmente nas charqueadas, mas também na pecuária, e portanto com uma população africana ou de origem africana muito importante (MAESTRI, 1984, p. 54). Segundo as estatísticas apresentadas por Conrad (1972, p. 345), em 1874, havia no Rio Grande do Sul 98.450 cativos contra 364.002 “livres”, entre os quais havia também libertos que falavam línguas africanas ou crioulos. A representação da língua desse dicionário é condizente com a visão por muito tempo dominante no RS de que os trabalhadores escravizados nessa província foi sempre uma questão marginal sem importância, predominando, ao contrário, o enaltecimento da imigração europeia.

4.3.2 *Vocabulário brasileiro: para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa, de Braz da Costa Rubim, publicado em 1853*

Braz da Costa Rubim nasceu em Vitória, Espírito Santo, em 1º de janeiro de 1817, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1870. Era filho de Francisco Alberto Rubim, capitão de mar e guerra e também governador do Espírito Santo. Com cinco anos foi com a família morar em Portugal, de onde só voltou em 1840, quando entrou para o funcionalismo público e serviu muitos anos como empregado do tesouro e escriturário da diretoria geral de contabilidade (BLAKE, 1883, p. 45).

Rubim foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (BLAKE, 1883, p. 45). Escreveu *Pomologia e fructologia portuguesa*, em 1845, *Memória sobre os limites da Província de Espírito Santo*, em 1860, *Vocábulos indígenas e outros introduzidos no uso vulgar*, em 1872, dentre outras obras.

A obra *Vocabulário brasileiro: para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* inicia com uma breve consideração do autor, intitulada “Duas palavras”. Nela, Rubim anuncia que, neste dicionário de 80 páginas, trará alguns termos que não se encontram definidos em outros dicionários. Reconhece que seria conveniente indicar a origem dos nomes “que passaram da linguagem dos indígenas da América e da África para o uso comum” (RUBIM, 1853), mas afirma que não apresentará os vocábulos desta forma.

Segundo Horta Nunes (1998, p. 36, traduzimos), o que essa obra pretende mostrar “é a consolidação de um imaginário estereotipado que faz da natureza brasileira um lugar de prodígios.” Nesse sentido, o dicionário apresenta muitas palavras que designam plantas, como *acariuba*, *barruga*, *camaçari*, *folha de fogo*, *guariúba*, etc. Outros diversos termos fazem referência a “tribos de aborígenes”, presentes em diversas partes do livro, como *cahans*, *caiapós*, *tupinambás*, *tupiniquins*, etc.

A primeira constatação que se pode fazer é que, entre as entradas do dicionário, em relação aos termos de origem tupi, os de origem africanas estão em número muito inferior. Outra constatação é que, na definição de alguns desses termos, o autor lança mão de palavras que denotam uma avaliação negativa e preconceituosa. Um deles é *batuque*, definido como “dança de negros acompanhada de **canto, e instrumentos grosseiros**” (RUBIM, 1853, p. 10). Outro é *urucongo*, “instrumento de **música grosseira** de que usam os negros” (RUBIM, 1853, p. 77). Algumas definições como *mulato-velho*, por exemplo, que seria “o bagre escolado; tem pouca estimação” (RUBIM, 1853, p. 52), ou *negro-mina*, cuja definição é “árvore de mata

virgem” (RUBIM, 1853, p. 54), surpreendem porque correspondem a substantivos que, na sociedade da época, tinham como referentes indivíduos de determinada etnia ou raça, sem que fosse feita nenhuma alusão a esses significados.

Entre os termos que indicam categorias socio-étnicas, citamos *cafusa*, definido como “o filho ou a filha de mulato e negra, ou vice-versa” (RUBIM, 1853, p. 14), e *meia-cara*, “escravo importado por contrabando; também se diz de aquisição ou gozo feito sem dispêndio de dinheiro [...] sem pagar” (RUBIM, 1853, p. 49). Entre as curiosidades desse dicionário, há vocábulos cuja origem africana era mais que notória na época em que o dicionário foi elaborado, quando a escravatura durava há praticamente 3 séculos. É o caso de *libambo*, a “corrente que prendia o pescoço de um escravo ao de outro, e também a que prendia o tornozelo ao tronco”, que vinha “do qimbundo *lubambu* (corrente)” (RUBIM, 1853, p. 232). A definição que Braz da Costa Rubim dá dessa palavra é “o mesmo que galés.” (RUBIM, 1853, p. 43).

Nem mesmo nos vocábulos claramente decorrentes de alterações fonéticas devidas à aprendizagem imperfeita do português pelos cativos, Rubim faz referência ao contexto social da escravidão de africanos. É o caso de *iáíá*, *iôîô*, *nhonhô*, *sinhá*, *sinhô*, que Rubim define como termos carinhosos que se dá às moças ou aos moços, no Rio de Janeiro e na Bahia. O termo *quilombola* é especificado como “negro fugido no mato” (RUBIM, 1853, p. 65). Não é mencionado o fato de ser escravizado, provavelmente porque, na época, a maioria dos “negros” eram associados à escravidão e, também, porque se não fosse cativo não precisaria fugir.

Especialmente na análise de dicionários, é fácil perceber que as palavras que se originam de línguas africanas estão sempre embebidas de opiniões, de ideias, de avaliações, que são condicionadas pelas relações de classe, que funcionam como uma força e organizam o conteúdo e a forma da enunciação (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 196).

4.3.3 *Dicionário Gramatical, de João Ribeiro, publicado em 1888*

Como vimos na seção dedicada às gramáticas, João Ribeiro foi jornalista, filólogo, historiador e tradutor. Nasceu em Laranjeiras, Sergipe, em 24 de junho de 1860, e morreu no Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1934.

Apesar do dicionário de João Ribeiro ser especificamente de termos gramaticais, isto é, sobretudo de morfologia e sintaxe, alguns verbetes que nele se encontram podem esclarecer a representação do autor em relação à influência de línguas africanas no português do Brasil ou, ainda, às práticas languageiras dos trabalhadores escravizados. Na entrada *Africanismos*, por exemplo, Ribeiro especifica que um

Número copioso de vocábulos africanos penetraram na língua portuguesa, especialmente no domínio do Brasil, por efeito das relações estabelecidas com a raça negra. [...] Dos africanismos que se introduziram na linguagem brasileira, daremos a análise devida no termo *Brasileirismo*, deste dicionário. Fora destas influências normais, pouca cousa há que averiguadamente proceda da África, salvo raros vocábulos conhecidos da civilização europeia: *zebra*, quadrupede; *baobab*, árvore africana das maiores que existem; *zuavo*, nome de tribo kabyla; soldado francez do regimento africano composto de indígenas da Argélia (RIBEIRO, 1906, p. 18).

Vemos, assim, que, de certa forma, o autor suaviza a realidade da escravidão quando considera a introdução de vocábulos africanos como um efeito de relações estabelecidas com os africanos, sem menção à absoluta dissimetria e violência das relações escravistas. Por outro lado, os africanos são chamados de “raça negra”. Enfim, na narrativa dessa entrada, o autor considera que a influência das línguas africanas no português foram “normais”, podendo esse adjetivo ser interpretado como “não mais do que acontece em qualquer situação de contato linguístico” e talvez menos, já que, a seguir, Ribeiro limita essa procedência da África a “pouca cousa”, salvo raros vocábulos já conhecidos da civilização europeia.

Ao tratar sobre o termo *Brasileirismos*, o autor afirma que

É a expressão que damos a toda a casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa vernácula e a falada geralmente no Brasil. Não se encobre porém aqui o intuito de exculpar com a expressão *brasileirismo* a viciosa inferioridade dos que escrevem mal ou pregam muito de indústria as excelências deste linguajar fora de todas as normas gramaticais. (RIBEIRO, 1906, p. 44).

É evidente a separação feita pelo autor da língua popular, com diferenças fonéticas, lexicais, morfossintáticas, da linguagem culta, à medida que o falante da linguagem popular é considerado inferior, e sua língua, pelo modo como fala, não é considerada língua, mas pejorativamente um linguajar, que está distante das normas gramaticais. Novamente, além de separar os modos de falar, são separadas as classes sociais. Em outro trecho, justifica a escravidão como fato resultante das “necessidades industriais [que] impuseram o tráfico de africanos” (RIBEIRO, 1906, p. 45).

E continua a prezar pela pureza da língua portuguesa, quando considera que os falares no Brasil constituem um dialeto, e afirma “Que esse dialeto, porém, tenha foros de língua literária culta é o que de todo se torna inadmissível, pois que a dialeção brasileira não é suficientemente caracterizada e intensa” (RIBEIRO, 1906, p. 44).

O autor tenta fazer uma separação drástica entre os falares populares e a língua literária quando diz que alterações na pronúncia, como em *mulher-muler*, *almoçamos-almocemos*, “São

vícios todos de origem popular, que não poderiam passar à língua literária” (RIBEIRO, 1906, p. 46).

No vocábulo *Negro*, Ribeiro traz a uma definição interessante sob diversos aspectos:

Sob a denominação de Elemento negro designamos toda a espécie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influência das línguas africanas faladas pelos escravos introduzidos no Brasil. Essas alterações não são superficiais como afirmam alguns estudiosos: ao contrário, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma. A bibliografia do assunto é pouco abundante, se excetuarmos no Brasil raros trabalhos do eminente filólogo Macedo Soares. (RIBEIRO, 1906, p. 216, 217).

É surpreendente o fato de Ribeiro designar uma influência linguística com o nome de uma cor ou raça: o “Elemento negro”, isto é, alterações produzidas no português por influências de línguas africanas”. É também notável o fato de ele reconhecer que essas alterações foram bastante profundas, seja no vocabulário ou no sistema gramatical, contrariamente ao que alguns afirmam. Essa visão destoa um pouco da que ele apresenta na sua gramática.

Ribeiro continua esclarecendo que tratará da influência extensíssima do ambundo, língua de Angola e do Congo, e ressalta que já é sabido que há inúmeros termos dessa origem, citando alguns. Situa os vocábulos de origem africana no popular: “Alguns destes vocábulos são locais e na maioria gerais, conhecidos em todo o Brasil, no elemento popular” (RIBEIRO, 1906, p. 207).

O autor explica a influência do ambundo no português da seguinte forma: “Mas é devido a essa função do artigo ambundo que as palavras portuguesas foram transcritas sob diversas formas: jifunête, alfinete; jiguia, agulha; jialagéma, algemas; cuarmazen, armazém; jichimbu, chumbo” (RIBEIRO, 1906, p. 218). É importante observar que, se as palavras portuguesas foram transcritas com variações, é porque havia escravizados que dominavam a escrita e, nela, misturavam as línguas.

Ainda em se tratando do mesmo termo, *Negro*, há, nesse dicionário, considerações muito interessantes acerca do modo como os africanos e seus descendentes escravizados falavam. Ao falar do sistema gramatical, Ribeiro faz considerações, que hoje poderíamos chamar de sociolinguísticas, com uma ponta de preconceito:

O systema grammatical do grupo bantú, complicado no que respeita às divergências dialectales, é todavia fundamentalmente simples. Compreende-se porque em uma dada região relativamente pequena as divergências sejam tão sensíveis; os povos barbaros, sem tendencias de unificação, sem relações de sympathia interregional, antes inimigos uns dos outros, aceleram cada vez mais a diferenciação entre suas linguas (RIBEIRO, 1906, p. 218).

Ribeiro arrisca uma explicação – também um tanto preconceituosa – para a tendência analítica da linguagem dos africanos no Brasil – *a roça de eu* – pelo sistema de partículas da língua ambundo:

Esses elementos são, segundo as circunstâncias, artigos, partículas, relativos, demonstrativos, e fazem o liame de quase todas as agglutinações: espécies de órgãos de múltiplas funções, que denotam o estágio inferior do organismo de que fazem parte (RIBEIRO, 1906, p. 218).

Reconhecendo, no entanto, logo a seguir que “A mesma coisa fazemos quando redundantemente aplicamos o artigo vernáculo à maioria dos termos árabes: a aichimia, o assucar, etc.” (RIBEIRO, 1906, p. 218).

De modo pejorativo, ao falar do hábito de alguns cativos africanos, quando falam português, repetir, por aliteração, a partícula prefixa inicial em todo o corpo da frase - *Z'ere z'mandou z'dizê* / ele mandou dizer, que seria uma reminiscência da concordância por aliteração, própria da gramática geral das línguas do bantu, Ribeiro tende a crer que não haveria “vestígio dessa sintaxe na linguagem do Brasil, a não ser na meia língua de africanos que estropiam o português” (RIBEIRO, 1906, p. 222).

4.3.4 *Dicionário de vocábulos brasileiros, de Beaurepaire-Rohan, publicado em 1889*

Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan nasceu em 12 de maio de 1812, em Niterói e faleceu no Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1894. Seu pai era o conde de Beaurepaire, humanista e de formação europeia, que ensinava seus filhos. Aos sete anos, Beaurepaire-Rohan foi nomeado cadete pelo imperador D. Pedro II, em reconhecimento aos serviços de seu pai à Corte. Em 1832, entrou para a Academia Militar, foi engenheiro, governou províncias do Pará e do Paraná. Escreveu diversas obras, sobre índios e as secas do Nordeste, dentre elas, *Conquista, catequese e civilização dos selvagens do Brasil, Corografia da Província da Paraíba*, em 1911.

Quando saiu a primeira edição desse dicionário, em 1889, a escravidão acabara de ser abolida e a República iria ser proclamada. O *Dicionário de vocábulos brasileiros* é dedicado A Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II, o que diz muito sobre as ideias políticas do seu autor, em um momento em que a escravatura já tinha caído e havia no país uma forte agitação em favor da queda da monarquia. O trabalho apresenta, em 244 páginas, palavras utilizadas no

Brasil, e, em geral, a especificação da sua origem. Na sua maioria, essas palavras são de origem tupi, mas há diversos registros de palavras de origem africana. Frequentemente, há a indicação de onde aqueles vocábulos são mais utilizados.

Diversos vocábulos apresentados como de origem africana remetem a elementos da culinária trazidos da África, como, por exemplo, *Jiló* - planta hortense, com produto e nome de origem ioruba (ROHAN, 1956, p. 139), *Acarajé* – comida feita com massa de feijão cozido e frita em azeite, também da língua ioruba (ROHAN, 1956, p. 23), *Afurá* – bebida refrigerante usada na África, de origem iorubá (ROHAN, 1956, p. 24), *Arroz de aussá* – comida da nação Aussá (ROHAN, 1956, p. 34); *Quiabo* – produto de origem africana e com nome originário da língua bunda (ROHAN, 1956, p. 203).

Outros vocábulos demarcam aspectos culturais musicais trazidos pelos africanos escravizados, como *Canzá* (ROHAN, 1956, p. 69), *Cocumbi* (dança festival) (ROHAN, 1956, p. 93). Há juízo de valor ao especificar o termo *Lundú*, visto como “dança popular [...] som de música mui atraente. Entre a gente grosseira é dança mais ou menos indecente; mas entre pessoas moralizadas, é sempre praticada de modo conveniente”, vocábulo da língua conguesa e bunda (ROHAN, 1956, p. 145).

Outras palavras mostram elementos da natureza e culturais trazidos da África, como *Guando*, que é um “arbusto da família das leguminosas [...] É planta exótica e provavelmente introduzida da África” (ROHAN, 1956, p. 126). Ou ainda *Capoeira*, que é “espécie de jogo atlético introduzido pelos africanos” (ROHAN, 1956, p. 72),

Por vezes, o autor mostra imprecisão quanto à origem dos vocábulos: *Cabungo*, “Parece-me termo importado de alguma parte da África” (ROHAN, 1956, p. 56), *Caloji*, “Talvez seja termo de origem africana” ou ainda, *Calombo*, “Terá talvez uma origem africana” (ROHAN, 1956, p. 62), *Camafonge* “Parece ser de origem africana” (ROHAN, 1956, p. 63). Isso se repete diversas vezes ao longo do livro, o que demonstra o conhecimento impreciso sobre a África e as línguas africanas na época.

Muitos termos são referentes aos escravizados. Muitas das suas definições marcam ideologicamente essa classe social: *Cangaçais*, “nome burlesco que dão à mobília de pessoa pobre ou escravo” (ROHAN, 1956, p. 65); *Canhembóra*, “escravo que anda fugido e se açoita, ordinariamente nesses escondedouros a que chama Quilombos ou Mocambos” (ROHAN, 1956, p. 67); *Canjerê*, “reunião clandestina de escravos com cerimônias de fetichismo, tendo por fim iludir os simplórios, ganhando-lhes o dinheiro” (ROHAN, 1956, p. 67); *Crioulo*, que é “negro nascido no Brasil; pessoa, animal ou vegetal nascidos em certa e determinada realidade” (ROHAN, 1956, p. 98); *Cuia*, instrumento. “Nas roças, serviam-se dela os escravos, e serve-se

a gente pobre” (ROHAN, 1956, p. 99) – hoje sabemos que essa palavra tem origem nas línguas tupis; *Mocambeiro*, termo pejorativo que designa o “escravo fugido ou malfeitor refugiado em mocambo” (ROHAN, 1956, p. 163); *Moleque*, “nome que davam ao negrinho no tempo da escravidão. Era injúria aplicá-lo aos negrinhos livres”, de origem angolense (ROHAN, 1956, p. 164). A palavra *Quilombo*, por causa do sistema escravista, é denominada como “habitação clandestina nas matas e desertos, que servia de refúgio a escravos”, de origem bunda. (ROHAN, 1956, p. 203).

É interessante observar também o termo *Revira*, que o autor define como “uma espécie de bailado de negros e de gente da plebe” (ROHAN, 1956, p. 209). A explicação do termo *Senzala* é também marcada ideologicamente, à medida que suaviza o significado das senzalas reais, não demonstrando o desconforto que propiciavam às pessoas que abrigavam: “conjunto de alojamentos destinados à escravatura das fazendas. Consiste ordinariamente em choupanas formando um arraial proporcional ao número de escravos”, termo de origem africana (ROHAN, 1956, p. 217).

Existem termos de origem africana que designam aspectos da realidade escravista no Brasil, como *Libambo*, “cadeia de ferro a que se liga pelo pescoço um lote de condenados, quando tem de sair das prisões a serviço [...] É voc. da língua bunda” (ROHAN, 1956, p. 144); *Malungo*, “camarada companheiro, título que os escravos africanos davam àqueles que tinham vindo para o Brasil na mesma embarcação. Depois da extinção do tráfico, tem perdido este vocábulo a sua antiga razão de ser” (ROHAN, 1956, p. 149). Além desses termos, *Mobica* designa “liberto, forro, indivíduo que deixou de ser escravo [...] em língua bunda” (ROHAN, 1956, p. 163); *Muxinga* significa “surra, sova [...] É voc. da língua bunda com a mesma significação que lhe damos no Brasil” (ROHAN, 1956, p. 171).

Há, ainda, termos que mostram um pouco sobre a realidade dos escravizados, como *Cuchilar*, definido como “estar a cair de sono abrindo e fechando os olhos, e tudo isto antes sentado ou de pé do que deitado: Tenho estado a *cuchilar* à espera de meu amo” (ROHAN, 1956, p. 103, 104); *Xingar*, que consiste em “insultar com palavras”, de origem bunda (ROHAN, 1956, p. 242).

Para finalizar as análises de dicionários, é propício comentar que Antônio Joaquim de Macedo Soares foi o primeiro a mencionar a contribuição africana no português brasileiro e escreveu o *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*, publicado em 1888. Não analisaremos esta obra devido a sua indisponibilidade física e virtualmente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escravismo no Brasil, que durou mais de trezentos anos e foi o último no mundo a ser abolido, foi essencial para a prosperidade da colônia portuguesa. Ele foi a razão de um grande contingente de africanos ter sido arrancado de seus países para ser escravizado e, nessa condição, desempenhar todo e qualquer serviço braçal durante todo período escravista, todas as atividades essenciais e indispensáveis tanto no meio rural quanto no meio urbano. Os trabalhadores africanos escravizados sustentaram a produção nas fazendas, a produção artesanal, garantiam o funcionamento das casas-grandes, desempenhavam as mais diversas atividades nas cidades, como meios de transporte, saneamento básico, iluminação, etc.

Desconsiderados como seres humanos pelos escravizadores, os trabalhadores africanos escravizados eram impiedosamente explorados, através das condições inseguras e das longas horas do trabalho pesado, a fim de gerar o mínimo de gastos possível, com comida, vestuário, cuidados médicos, moradia, etc. Essa intensa exploração determinou a péssima qualidade de vida dos cativos e sua baixíssima expectativa de vida. Para os senhores, isso não era problema, uma vez que o tráfico transatlântico garantia a reposição de trabalhadores constantemente.

Seguros da importância da instituição escravista e da indispensabilidade dos cativos africanos e afrodescendentes para produção e para o crescimento da economia, os escravizadores não queriam que a instituição escravista chegasse ao fim e fizeram de tudo para mantê-la.

E isso nos remete à ideologia e, portanto, à linguagem. A ideologia, conforme mostra Volochínov (2014), existe concretamente nas interações sociais, e cada época e cada grupo social tem seu repertório de formas de discurso na comunicação ideológica, determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica. Assim como o signo ideológico, a palavra – que sempre carrega conteúdos ideológicos, se cria entre indivíduos, no meio social. Desse modo, essas ideias de valoração e da importância do escravismo se perpetuaram através dos discursos que circulavam entre as classes. Em casos de alienação da consciência, até mesmo alguns escravizados acreditavam que ser escravizado proporcionava uma melhor condição de vida do que a liberdade faria.

Nos discursos dominantes, a escravidão foi e continua sendo minimizada. Um paradoxo, uma vez que há uma disparidade entre o papel social indispensável e formador que o escravizado africano e afrodescendente teve na constituição social brasileira e a sua representação. Por muito tempo, a classe dominante não reconheceu o cativo como ser humano,

abafou as suas contribuições sociais e linguísticas, limitando o conhecimento também no que se refere sobretudo às práticas de linguagem dos trabalhadores africanos escravizados.

Afora os documentos sobre línguas africanas, a gramática do quimbundo, de Pedro Dias, do final do século XVII, e o manual da língua mina, de Costa Peixoto, de 1741, que tinham, como vimos, objetivos utilitários, de facilitar a comunicação dos escravistas com seus cativos, a tendência das primeiras produções de intelectuais do período escravista foi de abafamento da contribuição africana no português do Brasil. Os instrumentos de descrição linguística do início do século XIX, na tentativa de mostrar as peculiaridades do português do Brasil em relação ao de Portugal, enfatizaram a contribuição indígena e abafaram a africana.

A partir de 1850, as gramáticas, dicionários e ensaios começaram a reconhecer que as línguas trazidas da África pelos trabalhadores africanos tinham deixado marcas no português brasileiro. Alguns autores, como Silvio Romero, lamentaram até a pouca atenção dada até então ao estudo de línguas africanas no Brasil. Em meados do século XX, Gilberto Freyre iniciou uma narrativa que apresentava uma escravidão mais benigna, visão que foi seguida por diversos autores, até os dias de hoje.

Criada em 2003, a lei 10639 institui o ensino obrigatório da História e da Cultura Afro-brasileiras nas escolas de ensino fundamental e médio, a fim que fosse reconhecida a “contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”¹⁹, sem, no entanto, mencionar a escravidão ou os trabalhadores escravizados.

Considerando essas ponderações, nosso objetivo foi analisar as representações das classes dominantes sobre as línguas e falares dos trabalhadores africanos escravizados e sua influência no vernáculo português do Brasil, partindo da hipótese de que o escravismo colonial brasileiro foi essencial nessa relação. Para realizar tal tarefa, examinamos a visão dos intelectuais em gramáticas, ensaios e dicionários produzidos entre o início do século XIX e meados do século XX. E para a análise e interpretação dos discursos, utilizamos sobretudo as visões de Bakhtin/Volochínov sobre a linguagem.

As produções analisadas mostram as visões paradigmáticas das classes dominantes, muitas das quais se repetem em obras de anos diferentes. Além disso, a maioria das produções mostrou que havia uma brusca separação entre o bem e o mal falar, e uma preocupação com a preservação da “pureza” da língua portuguesa em relação às influências de outras línguas. O

¹⁹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 10.639, e 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 10 fev. 2018.

princípio da pureza foi um critério criado e seguido pelas classes dominantes para fazer uma separação de classes através da língua, sem, no entanto, mencionar o fato de que os escravizados e libertos tiveram um aprendizado difícil das variedades populares da língua portuguesa e falavam o que Silva (2004, p. 102) denomina português popular ou português vernáculo, “variante sociolinguística mais generalizada no Brasil”, um português diversificado e variável.

A esse respeito, concebemos que o português que se fala hoje no Brasil, com seus traços inovadores em relação ao português europeu, com suas variantes regionais e sociais em cada região brasileira se deve à forma como foi aprendido por africanos e afrodescendentes escravizados e libertos, e se difundiu através do fluxo migratório de cativos e libertos pelo território brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia João Ribeiro. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/joao-ribeiro/biografia>>. Acesso em: 1 ago. 2017.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia José de Alencar. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/jose-de-alencar>>. Acesso em: 2 ago. 2017.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia Júlio Ribeiro. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/julio-ribeiro/biografia>>. Acesso em: 2 ago. 2017.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia Laurindo Rabelo. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/laurindo-rabelo/biografia>>. Acesso em: 1 ago. 2017.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia Luiz Vianna Filho. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/luis-viana-filho/biografia>>. Acesso em: 5 ago. 2017.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia Silvio Romero. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/silvio-romero/biografia>>. Acesso em: 1 ago. 2017.
- ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. Patrono Celso Magalhães. Disponível em: < <http://www.academiamaranhense.org.br/celso-magalhaes-2/>>. Acesso em: 2 ago. 2017.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Os africanos e as falas africanas no Brasil. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernanda Rosa. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- ANGENOT, Jean-Pierre; KEMPF, Catherine Barbara; KUKANDA, Vatomene. Arte da Língua de Angola de Pedro Dias (1697) sob o prisma da dialetologia Kimbundu. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*. v. 21. n. 2, 2011. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1707>>. Acesso em 10 dez. 2016.
- BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biography of Mahommah G. Baquaqua: A native of Zoogoo, in the interior of Africa*. Detroit: Geo. E. Pomeroy & Co. Tribune Office, 1854.
- BAUTIER-CASTAING, Elisabeth. La notion de pratiques langagières: un outil heuristique pour une linguistique des dialects sociaux. *Langage et société*, n° 15, p. 3-35, 1981. Disponível em : < http://www.persee.fr/doc/lsoc_0181-4095_1981_num_15_1_1308>. Acesso em : 4 jan. 2017.
- BIBLIOTECA DE LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA. Literatura Digital. Sotero dos Reis. Disponível em: < <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=7097>>. Acesso em 1 ago. 2017.
- BIBLIOTECA DE LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA. Literatura Digital. Augusto Freire da Silva. Disponível em: < <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=14274>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario bibliographico brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. *Dicionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>>. Acesso em: 15. ago. 2017.

BLANCHET, Philippe. Contacts, continuum, hétérogénéité, polynomie, organisation «chaotique», pratiques sociales, interventions ... quels modèles ? : pour une (socio)linguistique de la «complexité», *Cahiers de sociolinguistique* 2003/1 (n° 8), p. 279-308.

BLOM; Jan-Petter; GUMPERZ, John J. O significado social na estrutura linguística. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolinguística interacional*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: PETTER, Margarida; FIORIN, José Luiz. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

BOUTET, Josiane; HELLER, Monica. *Enjeux sociaux de la sociolinguistique: pour une sociolinguistique critique*, *Langage et société*, 2007/3 n° 121-122, p. 305-318.

BRANCA-ROSOFF, S. Sociolinguistique historique et analyse du discours du côté de l'histoire: um chantier comun?, *Langage et société*, 07/3 n° 121-122, p. 163-176.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. A “república negra” de Ano Bom: invenção de um “Estado” entre duas colonizações. In: CAMPOS, Adriana Pereira [et al]. *Trabalho forçado africano: experiências coloniais comparadas*. Porto: Campo das Letras, 2006.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMBON, Emmanuelle; LÉGLISE, Isabelle. Pratiques langagières et registres discursifs: Interrogation de deux cadres en sociologie du langage. *Langage et société*, n° 124, p. 15-38, 2008/02. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-langage-et-societe-2008-2-page-15.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

CANUT, Cécile. Pour une nouvelle approche des pratiques langagières. *Cahiers d'études africaines*, n° 163-163, p. 391-398, 2001. Disponível em : <<http://journals.openedition.org/etudesaficaines/101>>. Acesso em : 4 jan. 2017.

CARBONI, Florence ; BARILI, Camila ; PORTO, Débora Luciene ; MELEU, Suélen Martins. O plurilinguismo na história do Brasil : considerações exploratórias. *Organon* (UFRGS), v. 32, p. 149-167, 2017.

CARBONI, Florence. *Introdução à linguística*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CARBONI, Florence. *Vozes do silêncio: considerações sobre a linguagem dos cativos no Brasil*. Organon, Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro, 2009, p. 85-127.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. A linguagem escravizada. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 22, p. 22, 2003.

_____. Signo e luta de classes: por uma epistemologia da representação no Brasil escravista. In: FONSECA, Rodrigo Oliveira. *A Conjuração Baiana e os desafios da igualdade no Brasil: história e discurso*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

CASTRO, Yeda Pessoa de. O português do Brasil, uma intromissão nessa história. In: GALVES, C; GARMES, H.; ROSA RIBEIRO, F. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 175-184.

CÍRCULO FLUMINENSE DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGUÍSTICOS. Antenor Nascentes. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/xcnlf/homenageado.html>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

CÍRCULO FLUMINENSE DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGUÍSTICOS. Serafim da Silva Neto. Disponível em: < http://www.filologia.org.br/vcnlf/vcnlf_serafim.html>. Acesso em: 5 ago. 2017.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CORUJA, Antonio A. P. Collecção de Vocabulos e Frases usados na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. *Revista do IHGB*, Tomo XV, p. 205-238, 1852. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acoruja-1852-collecao/coruja_1852_collecao.pdf>. Acesso em: 6. jun. 2017.

EBRIGRAFIA. Escritor brasileiro Couto Magalhães. Disponível em: < https://www.ebiografia.com/couto_magalhaes/>. Acesso em: 4 ago. 2017.

EBRIGRAFIA. Escritor brasileiro Monteiro Lobato. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/monteiro_lobato/>. Acesso em: 5 ago. 2017.

ENCICLOPEDIA BRITANNICA. Britannica escola. Gilberto Freyre. Disponível em: < <https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/Gilberto-Freyre/487836>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

_____. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. A gramática brasileira e o método científico. *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa*, n 9, p. 27-42, 2007.

FREITAS, Décio. *Escravos e Senhores de Escravos*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

GENI. Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-de Rohan, visconde de Beaurepaire-Rohan. Disponível em: < <https://www.geni.com/people/Henrique-Pedro-Carlos-de-Beaurepaire-de-Rohan-visconde-de-Beaurepaire-Rohan/6000000023052025842>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016b.

_____. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016a.

GRINSHPUN, Yana. NYEE-DOGGEN, Judith. *Regards croisés sur la langue française: usages, pratiques, histoire*. Paris: Presses Sorbonne nouvelle, 2012.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil 500 anos. Estatísticas de povoamento: evolução da população brasileira. Disponível em: < <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>>. Acesso em: 11 de jan. 2018.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Sócios falecidos brasileiros. Renato Firmino Maia de Mendonça. Disponível em: < <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/RFMMendonca.html>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

LOBATO, Monteiro. *Emília no país da gramática*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009.

MACEDO, José Rivair. *História da África*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MAESTRI, Mário. A contra-revolução republicana. 2004. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2004/mes/17/maestri-15denovembro.html>>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. *O escravismo antigo*. São Paulo: Atual, 1994.

_____. *O escravismo no Brasil*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

_____. *Uma história do Brasil: Império*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NUNES, J. H; Lexique et langue nationale. Elements d'histoire de la lexicographie au Brésil. *Langages*, Paris, v. 130, p. 28-41, 1998. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1998_num_32_130_2154>. Acesso em: 30 dez. 2017.

ORLANDI, E.P. e GUIMARÃES, E. La Formation d'un Espace de Production Linguistique. La Grammaire au Brésil. *Langages*, 130. Paris, Larousse, 1998. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1998_num_32_130_2153>. Acesso em: 30 dez. 2017.

PEIXOTO, Antônio da Costa. *Obra nova de língua geral de mina*. Lisboa: Agência geral das colônias, 1944. Disponível em: <http://purl.pt/16608/4/738630_PDF/738630_PDF_24-C-R0150/738630_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2017.

PETTER, Margarida. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, Margarida; CUNHA, Ana Stela. Línguas africanas no Brasil. In: PETTER, Margarida. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

PLEKHANOV, G. *Les questions fondamentales du marxisme*. Paris: Editions sociales, 1947.

RABELLO, Laurindo José da Silva. *Compendio de grammatica da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typografia da Esperança, 1872.

REIS, Francisco Soterro dos. *Grammatica Portugueza: Accomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de imediata applicação pratica*. 2. ed. Maranhão: Typ. De R. d'Almeida & C., 1871. Disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/grammatica_portugueza.pdf>. Acesso em: 3. jun. 2017.

RIBEIRO, João. *Diccionario Grammatical*. 3. ed. Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26040>>. Acesso em: 10. mai. 2017.

_____. *Grammatica portugueza: 3º anno. 3ª edição*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1889. Disponível em: <http://www4.iel.unicamp.br/biblioteca/gramaticaindex.php?fg=arquivos/Joao_3ed_1889/paginas_iniciais.pdf&mn=grammatica10menu.php>. Acesso em: 30. mai. 2017.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. 2. ed. São Paulo: Teixeira & Irmão Editores, 1885. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518640>>. Acesso em: 4. jun. 2017.

RODRIGUES, Aryon D. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ROHAN, Beurepaire. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. 2. ed. Bahia: Livraria Progresso Editora, 1956.

ROMERO, Sílvio. Estudos sobre a poesia popular do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., Rua do Ouvidor, 66, 1888. Disponível em: <<https://archive.org/details/estudossobreapo00romegoog>>. Acesso em: 20. jun. 2017.

ROSA, Maria Carlota. Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram?. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, vol. 2, nº 1, p. 85-98, 1992. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1734>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

RUBIM, Braz da Costa. *Vocabulario Brasileiro: para servir de complemento aos dictionarios da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito, 1853. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/01634100/016341_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 18. jul. 2017.

SILVA JÚNIOR, Manuel Pacheco da; ANDRADE, Lameira de. *Noções de Grammatica Portugueza: de accordo com o programma especial*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1887. Disponível em: <<https://archive.org/details/noesdegramma00pachuoft>>. Acesso em: 30. jun. 2017.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença; [Brasília]: INL, 1986.

SILVA, Augusto Freire da. *Grammatica Portugueza*. 9. ed. São Paulo: Augusto Siqueira & Comp., 1906. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/349122823/1906-Grammatica-Da-Lingua-Portugueza-Augusto-Freire-Da-Silva-pdf>>. Acesso em: 1. jun. 2017.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

VIANNA FIHO, Luiz. *A língua do Brasil*. Bahia: A gráfica, 1936. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/92437>>. Acesso em: 10. jun. 2017.

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. *A Grammatica Portuguesza, de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil*. 2010. 141 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-06102010-092107/pt-br.php>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 16. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. Marxisme et Philosophie du langage. In: SÉRIOT, Patrick. *Marxisme et Philosophie du langage*. Les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage. Limoges: Lambert-Lucas, 2010. p. 521-566.

_____. Que é a linguagem. In.: _____. *A Construção da Enunciação e Outros Ensaio*s. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013. p. 157-188.

VOYAGES. Mapas introdutórios. David Eltis e David Richardson. Atlas of the Transatlantic Slave Trade. Disponível em: < <http://www.slavevoyages.org/assessment/intro-maps>>. Acesso em: 11 de jan. 2018.

VOYAGES. The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Análises do Tráfico de Escravos. Disponível em: < <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>>. Acesso em: 11 de jan. 2018.

WEBPOA. Antônio Pereira Coruja. 2013. Disponível em: < <http://www.webpoa.com/cms/mem%C3%B3ria/destaques/195-ant%C3%B4nio-pereira-coruja.html>>. Acesso em: 5 ago. 2017.